



AME

FRI

CA

NAS



Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas
Afro-Brasileiros - NEAB | UFF



AMERICANAS

Revista do Núcleo de Estudos
e Pesquisas Afro-Brasileiros - NEAB

Catálogo na fonte. UFF / SDC / Biblioteca de Rio das Ostras.

A498 Amefricanas: Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras (NEAB). / Universidade Federal Fluminense. NEAB (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiras). -- Ano 1, v.1, n.1 (out. 2021- mar. 2022)-. -- Rio das Ostras, RJ : Universidade Federal Fluminense, 2021.

Semestral
Publicação online

1. Estudos interculturais. 2. Cultura Afro-brasileira. 3. Africanismo. 4. Brasil 5. Pesquisa Antropológica. I.
Universidade Federal Fluminense

CDD 23 ed. – 370.117

Contatos revistaneab@gmail.com | www.neab.uff.br



Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

Rio das Ostras 2021

Créditos da publicação

Editores

Clarice da Costa Carvalho (UFF)

Maria Raimunda Penha Soares (UFF)

Tarcísio Conceição Oliveira (Mestrando UERJ)

Comitê Editorial

Clarice da Costa Carvalho (UFF)

Maria Raimunda Penha Soares (UFF)

Tarcísio Conceição Oliveira (Mestrando UERJ)

Susana Maria Maia (UFF)

Thamires Costa Meirelles dos Santos (Mestranda UFRJ)

Conselho Editorial/Científico

João Claudino Tavares (UFF)

Hayda Alves (UFF)

Edson Teixeira da Silva Junior (UFF)

Bruno Teixeira (UFF)

Rute Ramos da Silva Costa (UFRJ)

Maria Clareth Gonçalves Reis (UENF)

Rafaelle Servius-Harmois (INTERRMUN'Ã/ Guiana)

Laurineth Silva (UERO)

Naíres G. Farias (UFMA)

Monica Dias (Dra. Em Antropologia/UFF)

Gracyelle Costa Ferreira (ESS/UFRJ)

Suenya Santos (UFF)

Katia Marro (UFF)

Jacqueline Aline Botelho Lima (UFF)

Projeto gráfico, editoração e diagramação

Ingrid Cariello

Foto de capa

Thamires Meirelles

AMERICANAS

Revista do Núcleo de Estudos
e Pesquisas Afro-Brasileiros - NEAB



Rio das Ostras 2021

Apoio **PROEX/UFF**

SU MÁ RIO

interativo



8 EDITORIAL

11 NÓS POR NÓS

12 Integrantes do NEAB e colaboradores

23 FEMENAGEM

24 De Lélia de Almeida à Lélia González: uma femenagem para uma intérprete do Brasil

- **Thamires Costa Meirelles dos Santos**

33 MEMÓRIAS INSURGENTES

34 Memórias Insurgentes: mestras e mestres da cultura e saberes quilombolas e afro-brasileiros

- **Luana Azevedo**

47 RODA DE CONVERSA - Mulheres, Saberes e Insurgências Coletivas: Sandra Benites, Antônia Cariongo e Geneci Maria

- **Thaís Salcedes e Vitor dos Santos Nascimento**

57 PANDEMIA E QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL: ENFRENTAMENTOS E RESISTÊNCIAS

58 Cumé que a gente fica?: uma leitura interligada da pandemia e questão racial

- **Joana da Silva Moreira, Rebeca Ribeiro da Silva e Tarcísio Conceição Oliveira**

63 Quilombos e pandemia: a luta pela vida é histórica e carece de nossa solidariedade

- **Maria Raimunda P. Soares, Susana Maria Maia, Hayda Alves, Belisa Maria Santos da Silva**

70 Relato de experiência: Projeto “Saberes Populares do Campo no enfrentamento da Covid-19”

- **Luana Azevedo, Etienne Madureira, Barbara Generoso**

75 POESIAS

76 Inabitável

- **Tarcísio Conceição Oliveira**

78 Quando rir era proibido

- **Maria Raimunda Penha Soares**

81 INFANTO-JUVENIL

- **Ana Beatriz Silva e Rebeca Ribeiro da Silva**

85 FANZINE

- **Jaasiela Monteiro**

89 CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA INTÉRPRETE DO BRASIL

90 A construção do mosaico “Carol, Carolina”

- **Clarice Carvalho, Mariana Rimis**

92 A ousada Carol

- **Tania Lima**

94 Carolina e a “Questão Social”: uma perspectiva crítica e individual de Quarto de Despejo e Casa de Alvenaria

- **Luiza Marques**

98 Carolineando mundos

- **Patrícia Rosa**

100 Como entendemos Carolina Maria de Jesus: uma mulher negra, poetisa que desejou um Brasil para os brasileiros

- **Adriana de Oliveira Abreu**

102 “O protagonismo de Carolina Maria de Jesus: uma potencialidade na extensão universitária”

- **Thaís Salcedes**

106 Carta a Carolina Maria de Jesus

- **Sarah Neves**

109 UNIVERSIDADE E LUTAS SOCIAIS

110 Ser capaz do belo, do grande e do cotidiano

- **Katia Marro e Josefina Mastropaolo**

114 A defesa intransigente da política de cotas raciais no ano em que o Brasil enfrenta a possibilidade de seu retrocesso

- **Tarcísio Conceição Oliveira e Thamires Costa Meirelles dos Santos**

122 As muitas fomes que nos cercam

- **Suenya Santos**

126 “Movimento Solidário de Rio das Ostras – Trabalhadores unidos”

- **Natasha Christine dos Santos Almeida e Bruno Ferreira Teixeira**

131 MOVIMENTOS NEGROS E COLETIVIDADES/REGIÃO DOS LAGOS

132 Região dos Lagos, movimentos negros e coletividade

- **Ana Beatriz Silva e Rebeca Ribeiro da Silva**

136 Gestação e nascimento do Coletivo Negro Fuzuê

- **Belisa Maria Santos da Silva, Luana Silva de Azevedo, Marcelle de Souza Santos, Tarcísio Conceição Oliveira e Thamires Costa Meirelles dos Santos**

143 ENTREVISTA NARRATIVA

144 Ancestralidade, memória afetiva e os pés fincados no chão: Dalma dos Santos é educadora, poetisa, professora e mestre do saber do Quilombo Machadinho (Quissamã/RJ)

- **Maria Raimunda Penha Soares**



Editorial

Amefricanas - A Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros/NEAB é um espaço de encontros, de sínteses, de questionamentos e de aprendizados. Também é lugar de reflexão crítica e do compromisso teórico e político com os que vieram antes de nós e ousaram lutar, falar e escrever contra o racismo, o patriarcado e o capitalismo predatório de mundos e de corpos; e com as gerações vindouras que gestam a esperança de uma sociedade fundada no Bem Viver e de um Outro Mundo Possível. Esta Revista nasce da confluência, para usar um termo de Antonio Nego Bispo, de vários diálogos, estudos, pesquisas e vivências coletivas de estudantes, docentes e pesquisadoras a partir do NEAB. Como nos ensinou Lélia Gonzalez é da dialética entre consciência e memória que pode emergir uma história não contada, mas vivida e viva, uma história dos que resistiram e lutaram contra os processos de opressão e exploração que recaíram sobre povos indígenas e africanos, bem como seus descendentes. Processos estes assentados/sustentados na colonização violenta das Américas e na escravização dos povos africanos e ameríndios e reafirmadas na colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005). Colonialidade que persiste até nossos dias estruturando relações sociais, institucionais, e práticas racistas, patriarcais e homofóbicas - que atualmente sustentam não só discursos de ódio, mas ações de extermínio e genocídio contra estes mesmos povos outrora subjugados pelo poder do emergente capitalismo e seus tentáculos de violências, violações e explorações particularizados em diferentes lugares do sul global. Essa história que precisa vir à tona como resistência e inspiração de lutas por uma sociedade verdadeiramente emancipada. É de Lélia que pegamos emprestado o nome **Amefricanas**,

é ela que forja em um termo a potência de uma vivência, um corpo, uma luta que conflui das existências ameríndias já enraizadas no que veio a ser chamado de América, pelos colonizadores, com as afro-diaspóricas - que sobreviveram a longa travessia do quase esquecimento, do Atlântico negro. **Amefricanas** se propõe a dialogar fora dos muros da universidade e também dentro dele e, sobretudo, derrubar muros. Uma práxis que se pretenda revolucionária não pode soterrar o que a história, ou a consciência constituída pela colonialidade do saber jogou para baixo do tapete da história. Por isso, “Consciência exclui o que memória inclui” (GONZALEZ, 2020, p. 78).

Neste primeiro número apresentamos textos, feminagens, registros de memórias, debates e posições que permitam conhecer um pouco o que a partir do NEAB temos estudado, pesquisado e debatido coletivamente, em uma perspectiva histórico-crítica, étnico-racial, que se propõe também afrocentrada, decolonial, marxista e voltada para uma práxis transformadora. Os artigos incorporam a questão étnico-racial como lupa analítica em seus mais diferentes contextos, objetivando articular as reflexões oriundas das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no NEAB às determinações macrossociais, históricas e conjunturais postas à realidade brasileira. Busca-se apresentar elementos de uma história não contada e reinterpretar os processos sócio-históricos realocando os sujeitos insurgentes para o centro do debate. A construção de uma narrativa Amefricana aglutina diferentes vozes, conhecimentos e saberes, trazendo para o universo acadêmico possibilidades de aprendizado e trocas oriundas das resistências populares e cotidianas, que

por sua vez, não apenas informam como também dão sentido às nossas lutas por uma emancipação efetivamente democrática, plural e coletiva. Sendo assim, nossos esforços coletivos se voltam para ampliar e potencializar os alcances da universidade, direcionando-se a construir intervenções e debates contra-hegemônicos, confluentes, contra-coloniais e anti-capitalistas.

Os quilombos e assentamentos nos auxiliam diretamente na construção dessas rotas. Os sujeitos de luta e guardiões da memória que dinamizam e constroem a identidade sócio-cultural desses territórios foram fundamentais nesse processo, e apesar do impacto causado pela Pandemia da Covid-19, vide ao avanço predatório do capital contra essas comunidades e seus modos de vida, são eles quem historicamente nos apontam a direção para a superação dos ditames dessa ordem social, baseando-se no bem-viver e na partilha dos comuns. A solidariedade e as redes de fortalecimento coletivo tecidas pelos quilombolas e assentados, são práticas históricas desenvolvidas nestes territórios e refletem o legado deixado por Palmares assim como a memória viva das etnias indígenas e africanas, que além de fornecerem os principais elementos que conformam a cultura brasileira, ofereceram as bases para a construção do projeto político consolidado pelo Movimento Negro e das lutas indígenas. Recuperamos essa grandiosa contribuição Amefricana, como escopo fundamental para nossas reflexões contemporâneas, buscando desvelar as artimanhas do tempo presente postas à universidade e a sociedade brasileira como um todo. Os espaços acadêmicos tensionados pela presença incontestante do significante negro na organicidade institucional, também são discussões apontadas neste primeiro número, uma vez que os Coletivos Negros e seu papel de representatividade, protagonismo, acolhimento e afeto têm se caracterizado como novas formas de organização da juventude negra. Não sem razão de ser, a influência dessa nova geração, ocupando os mais diferentes espaços na nossa sociedade (acadêmicos, culturais, artísticos, etc) têm reverberado na afirmação de identidades infanto-juvenis diversas, positivando a vivência e construção

de trajetórias de pessoas negras, indígenas, quilombolas, periféricas, LGBTQIA+, entre outras.

Os avanços, retrocessos e desafios enfrentados pela universidade e pelos setores comprometidos com a luta pela emancipação humana na atual conjuntura, são também analisados nesta edição, sem abrir mão da contribuição dos sujeitos e sujeitas que abriram nossos caminhos e arraigaram nossas memórias, sem os quais certamente não teria sido possível chegarmos até aqui, tampouco, construirmos os percursos para onde queremos ir. Por esse motivo, **Amefricanas** homenageia e saúda Lélia Gonzalez, Carolina Maria de Jesus, Dalma dos Santos, Dona Noinha, Mestra Dona Chêro, e tantas outras e outros que foram (e continuam sendo) “as verdadeiras porta-vozes da amefricanidade em nosso país” (GONZALEZ, 2020, p. 265).

Que este número, que inaugura **A Revista Amefricanas** possa trazer inquietações, questionamentos, reflexões e, sobretudo, compromissos, envolvimento e articulações com e entre as/os que lutamos por uma sociedade efetivamente emancipada.

Boa leitura!

Nota: Antonio Nego Bispo citado neste editorial é quilombola piauiense (do quilombo Saco-Curtume), poeta, escritor e integrante da rede de mestres e docentes da Universidade de Brasília (UnB). Autor do livro *Colonização, Quilombo: modos e significações* (2015). Os outros autores citados foram: QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 117-142. GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira e As amefricanas do Brasil e sua militância*. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo Afro-latino americano — ensaios, intervenções e diálogos*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NÓS POR NÓS



INTEGRANTES DO NEAB



Ana Beatriz Silva

Graduanda em Serviço Social pela UFF/Curo, professora e educadora popular.

Estudante extensionista no projeto Territórios quilombolas: terra, trabalho e direitos – ações extensionistas integradas nos Quilombos de Sobara (Araruama) e Maria Joaquina (Cabo Frio). Pesquisa criminalização da pobreza, relações étnico-raciais, com ênfase a população negra brasileira e medidas socioeducativas.



Belisa Maria Santos da Silva

Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense.

bolsista no projeto de desenvolvimento acadêmico “Consultório de enfermagem: Laboratório de ensino, pesquisa e extensão sobre mulheres e enfermagem”, voluntária no projeto de Iniciação Científica Saúde sexual e reprodutiva das usuárias do Consultório de Enfermagem do Campus Universitário- UFF e voluntária no Projeto de extensão Recomendações técnicas: Saberes e práticas populares no enfrentamento da Covid-19 em zona rural. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Laboratório de Estudos sobre Mulheres e Enfermagem (LEME). e na atual gestão da Liga Acadêmica em Saúde da Mulher e Empoderamento feminino (LASMEF) e integrante do Coletivo Negro Fuzuê. Possui interesse no estudo de gênero, sexualidade e questões étnico-raciais no campo da saúde



Joana da Silva Moreira

Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social e Economia Solidária (SMASES), de Niterói.

Pesquisadora do NEAB UFF/ Rio das Ostras. Mestranda em Ciências Jurídicas e Sociais no Programa de Pós-Graduação Sociologia e Direito (PPGSD/ UFF), com Especialização em Análise de Políticas para População Negra, pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS/ UFF) e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense, em Rio das Ostras. Possui interesse de pesquisa em gênero, questões étnico- raciais e questão social no Brasil.



Clarice da Costa Carvalho

Assistente Social/Profa. Serviço Social UFF/Rio das Ostras.

Coordeno o Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão - Fundamentos do Serviço Social e questão étnico-racial e o Projeto de Extensão Brasil em Tela. Entusiasta da obra de Carolina Maria de Jesus. No NEAB/UFF - Rio das Ostras integro a Coordenação Colegiada (2021) e a Comissão de Comunicação (2020-2021).



Rai Soares (Maria Raimunda P. Soares)

Professora do Curso de Serviço Social da UFF/ campus Rio das Ostras.

Integra a coordenação colegiada do NEAB (2021). Desenvolve pesquisa e extensão com comunidades quilombolas no Rio de Janeiro há mais de 10 anos. Coordena o Grupo de Estudos Pensamento decolonial e crítica ao eurocentrismo e integra equipe dos Projetos de Extensão Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira e; Territórios quilombolas: terra, trabalho e direitos – ações extensionistas integradas nos Quilombos de Sobara (Araruama) e Maria Joaquina (Cabo Frio).



Tarcísio Conceição Oliveira

Educador e Assistente Social formado pela UFF/ CURO.

Mestrando em Serviço Social pela UERJ, Pesquisador do NEAB UFF/CURO, Integrante do Coletivo Negro Fuzuê e Voluntário no Só Cria - Pré Vestibular Social da Rocinha. Estuda e discute as questões étnico-raciais, (de)colonialidade, filosofia africana e produção de conhecimentos com enfoque na formação do Serviço Social. Dialoga também com as questões de gênero e sexualidade, adolescências e educação popular.



Susana Maria Maia

Assistente Social.
Professora do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal Fluminense/Rio das Ostras.

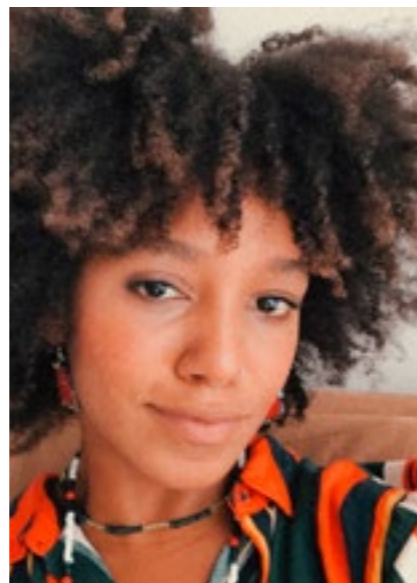
Integrante do NEAB e do Grupo de Estudos e Pesquisas Lutas Sociais e Classes Subalternas. Atualmente na coordenação do Projeto de extensão Territórios quilombolas: terra, trabalho e direitos – ações extensionistas integradas nos Quilombos de Sobara (Araruama) e Maria Joaquina (Cabo Frio).



Rebeca Ribeiro da Silva

Graduanda em Serviço Social pela UFF - CURO. Vinculada ao NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, integrando a comissão de comunicação.

Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão - Fundamentos do Serviço Social e questão étnico-racial. Desenvolve pesquisa sobre infância e juventude e fundamentos do Serviço Social, com destaque para a questão étnico-racial.



Thamires Costa Meirelles dos Santos

Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras.

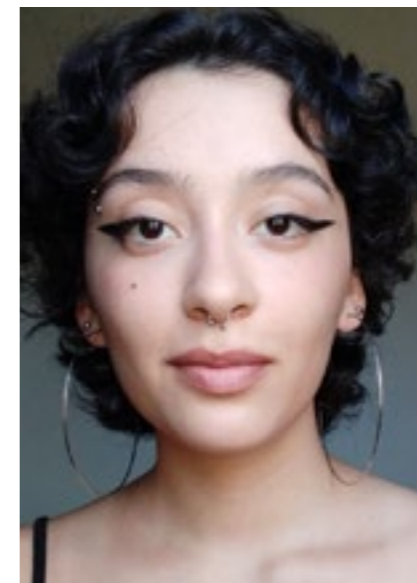
Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social (ESS/UFRJ). Pesquisadora e integrante da Coordenação Colegiada (2020-2021) do NEAB (UFF/Rio das Ostras). Principais eixos de pesquisa e estudos: Serviço Social e Questão étnico-racial; Movimentos Negros e Feminismo Negro.



João Claudino Tavares

Docente do Curso de Serviço Social da UFF/ Campus Universitário de Rio das Ostras.

Graduação em Ciências Econômicas; Mestrado em Economia Rural; Doutorado em Geografia. Integrante do NEAB/UFF/Rio das Ostras.



Mariana Nascimento Rimis da Silva

Discente do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras.

Estudante extensionista no projeto de extensão Brasil em Tela: Questão Social e Cinema Nacional (vinculado ao NEAB) e integrante da comissão de comunicação. Tem interesse em serviço social, questões étnico-raciais e questão social no Brasil.



Bruno Ferreira Teixeira

Assistente Social. Professor do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (Campus Rio das Ostras).

Atualmente na coordenação do Projeto de Extensão “Reflexão para o trabalho com adolescentes - desafios contemporâneos para construção de respostas profissionais”. Integrante do NEAB - UFF Rio das Ostras.



Luana Azevedo

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras.

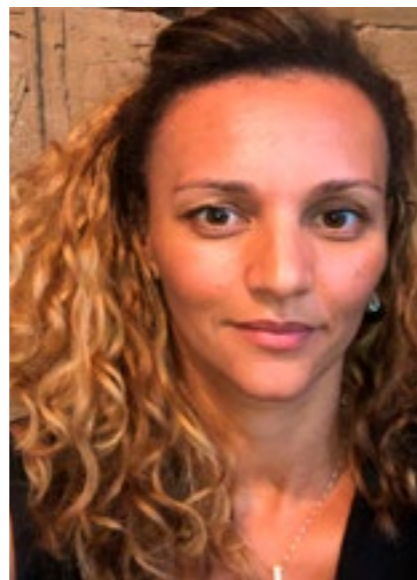
Estudante vinculada ao Núcleo de Pesquisas Afro Brasileiras (NEAB) de Rio das Ostras. Pesquisadora do projeto de pesquisa e extensão “Saberes Populares do Campo no enfrentamento da Covid-19”. Durante a formação aproximei-me dos seguintes temas: questão étnico racial na formação e atuação profissional, educação popular, mulheres quilombolas, movimentos sociais e práticas de consumo sustentáveis.



Maria Luiza G. Martins

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras.

Estudante extensionista no projeto de extensão Questões Étnico-raciais e vivências em Cultura Afrobrasileira (vinculado ao NEAB) e é integrante da comissão de comunicação. Tem interesse em psicologia social, hospitalar e questões étnico-raciais.



Hayda Alves

Enfermeira. Doutora em Saúde Pública. Professora do Curso de Graduação em Enfermagem da UFF/Rio das Ostras.

Integra o NEAB na mesma Instituição. Colabora no programa de pós-graduação em saúde coletiva do Instituto de Saúde Coletiva/ UFF. Atua em projetos de pesquisa participante e extensão popular em saúde coletiva com ênfase na saúde da população do campo, de adolescentes e de jovens. Milita e desenvolve práticas de educação popular em saúde com foco na atuação no território e na articulação com a atenção básica do SUS. Tem interesse por mediações arte-educação com uma “queda” pela produção de fanzines.



Victor dos Santos Nascimento

Graduado em História (UFF, 2020) e mestrando no PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO.

Tem interesse por pesquisas nas áreas do Ensino de História e das Relações Étnico-Raciais, bem como História do Brasil Imperial.



Edson Teixeira

Professor do curso de Serviço Social/UFF/ Campus Rio das Ostras.

Área de Formação: História. Coordenador do Programa de Extensão “Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira”. Integrante do NEAB/UFF/ Rio das Ostras.



Thais Salcedes

Educadora e Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) em Rio das Ostras.

Monitora na Disciplina: Questões Étnico-Raciais, Política Social e Serviço Social II. Integrante no Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão - Fundamentos do Serviço Social e questão étnico-racial e no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFF

COLABORADORES DA REVISTA



Josefina Mastropaolo

Feminista | Assistente social

Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Tânia Lima

Mãe da Giovanna. Professora por vocação. Amante de pessoas Administradora e docente de Ensino Superior. Pratica tênis e muaythai



Natasha Christine dos Santos Almeida

Assistente Social

Mestranda no programa de pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense de Niterói. Representante da Regional Leste Fluminense da ABEPSS na Comissão Permanente de Trabalho que articula a implementação da Lei 13935 (Assistentes Sociais e Psicólogos na Educação Básica). 2021 - 2022.



Sarah Neves

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras

Atuo como monitora pela matéria de Tópicos Especiais em Fundamentos do Serviço Social e sou perdidamente apaixonada pelo meu curso. Filha de assistente social, me criei e fui criada através da profissão. Acredito em pessoas e caminhos que se cruzam, sendo assim, que durante o meu eu possa fazer a diferença. Militante de esquerda, feminista, antirracista.



Adriana Abreu

Graduanda em Serviço Social pela UFF – Campus Rio das Ostras.

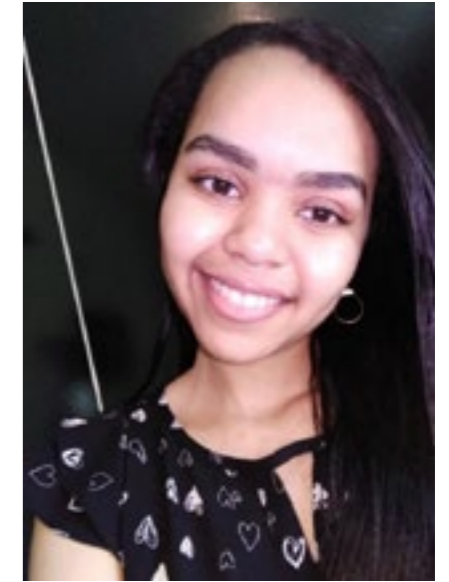
Integrante do Projeto de Pesquisa e Extensão “Mapeamento da população vulnerável à COVID-19 no município de Rio das Ostras: o monitoramento como estratégia de abordagem em tempo de pandemia e distanciamento social”. Tem interesse relacionado à saúde, educação popular, agroecologia e questões étnico-raciais



Etienne Madureira

Graduada em Nutrição pela Universidade Veiga de Almeida (UVA), pós graduada em Nutrição Clínica pela UFRJ Campus Fundão.

Professora do Grupo de Extensão CulinAfro-UFRJ Campus Macaé e Colaboradora do projeto “Saberes Populares do Campo no Enfrentamento da Covid-19”. Pesquisadora sobre doenças cardiovasculares. Tem interesse em temas relacionados a questões étnico-raciais, alimentação, saúde cardiovascular da população negra.



Barbara Marques da S. Generoso

Graduanda em Nutrição pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Atua como integrante do projeto de pesquisa e extensão CulinAfro - UFRJ, integra o projeto de pesquisa “Saberes populares do campo no enfrentamento da Covid-19” e também atua como monitora da disciplina Avaliação Nutricional no Instituto Superior Politécnico Evangélico do Lubango (ISPEL)/Angola. Tem interesse em temas relacionados a questões étnico raciais, alimentação, sustentabilidade, saúde da criança e da mulher.



Suenya Santos

Assistente social formada pela ESS/UFRJ com pós-graduação pela mesma universidade e doutorado sanduíche na EHESS/Paris. Professora do curso de Serviço Social da UFF/Campus de Rio das Ostras desde 2007.

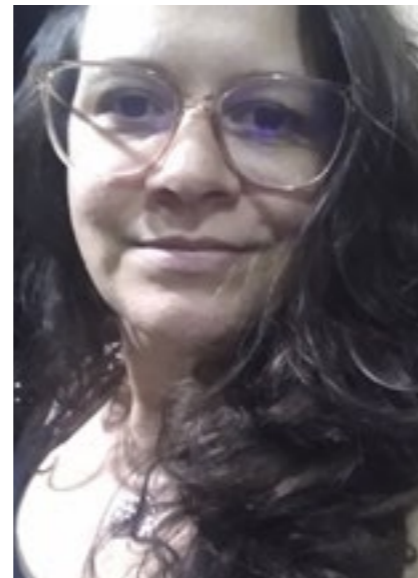
Desde então venho me dedicando ao ensino, pesquisa e extensão sobre Serviço social e questões agrária e socioambiental, me nutrindo no campos da ecologia política. Coordeno o Programa de extensão Semeando Agroecologia no campo e na cidade, o Núcleo de Estudos em Agroecologia e o grupo de pesquisa sobre conflitos fundiários e socioambientais na região da baixada litorânea. Participo da Rede de Agroecologia da UFF e da Articulação de Agroecologia Serramar. Defendo a liberdade de expressão e a democracia, ancoradas numa ética emancipatória que busca superar as desigualdades de classe, raça/etnia, gênero, respeitando a diversidade sexual, religiosa e cultural dos povos. Mãe de Bethânia. Amante de gente e da natureza e da biodiversidade.



Luzia Marques

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

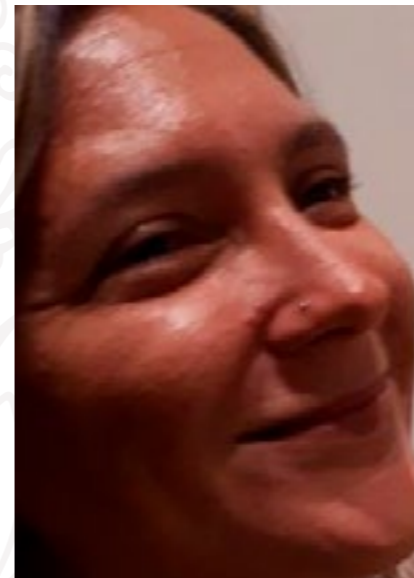
Integrante do Grupo Escritoras Vivas São Gonçalo, participa dos grupos de estudos: QS em Carolina Maria de Jesus, NEPEF, Marxistas. tem interesse nas áreas Questão Urbana e Rural, Relação de Gênero, questão étnico-raciais, Fluxo migratórios mistos, Serviço Social e Educação, e Questão Social no Brasil.



Raquel Donegá de Oliveira

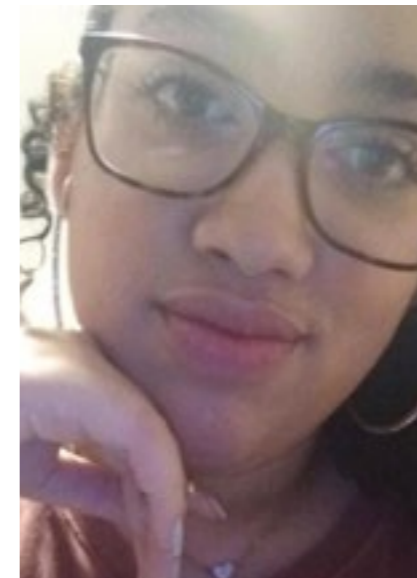
Graduada em Letras (UNIB) e Pedagogia (UNINTER) e Graduanda em Psicologia (UFF).

Atua no Projeto de Extensão “Reflexão para o trabalho com adolescente - desafios contemporâneos para a construção de respostas profissionais” e no Projeto de Pesquisa “Laboratório de Avaliação Psicológica Infantil (LAPi). Pesquisa principalmente os efeitos da literatura nas formação da subjetividade e como forma de enfrentamento do sofrimento psíquico em crianças e adolescentes. Também tem interesse em temas relacionados a gênero, sexualidade, branquitude e pautas antirracistas.



Katia Marro

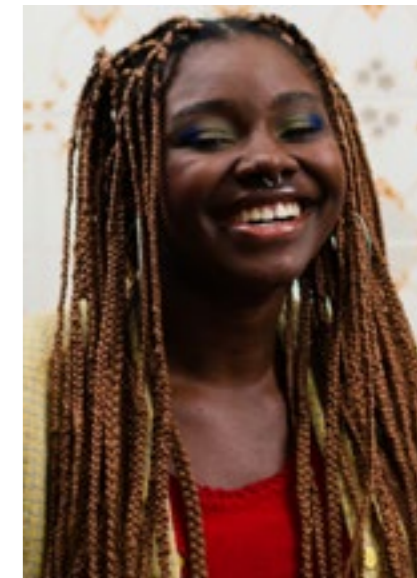
Assistente Social formada pela UNR (Argentina), docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campus Rio das Ostras. Integra o Projeto de Extensão interdisciplinar “Terra, Saúde e Direitos: extensão popular junto a movimentos sociais” a partir do qual desenvolve trabalhos de extensão no Assentamento do MST, PDS Osvaldo de Oliveira, em Macaé. É pesquisadora do Núcleo de estudos e pesquisas Lutas Sociais e Classes Subalternas (CNPq). Contribui com o Coletivo LGBT do MST: sapa + feminista + anticapitalista + antirracista + latino-americana.



Jaasiela Monteiro

Discente do primeiro período no curso de graduação em Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense - campus de Rio das Ostras.

Através do uso de ilustrações, demonstra seu interesse nas implicações existentes na área da saúde e também à questões étnico-raciais.



Marcelle Santos

Graduanda de Psicologia pela Universidade Federal Fluminense – Campus de Rio das Ostras, mulher preta e bissexual. Integrante do Coletivo Negro Fuzuê e do Projeto de Extensão “Mapeamento da população vulnerável à COVID-19 no município de Rio das Ostras: o monitoramento como estratégia de abordagem em tempo de pandemia e distanciamento social”. Tem inclinação as discussões referentes as questões étnico-raciais e a mulher negra e seus atravessamentos.

FEMNAGM





FEMENAGEM

De Lélia de Almeida à Lélia González: uma femenagem para uma intérprete do Brasil

Thamires Costa Meirelles dos Santos

Considero oportuno intitular esse texto com uma provocação que desconstrói paradigmas e afirma um lugar incomum para mulheres negras, a considerar que a historiografia oficial brasileira, representada por seus cânones acadêmicos, não as poupou da invisibilidade estratégica e da deslegitimação de suas intelectualidades. Apesar disso, são essas mesmas mulheres que insurgem em diferentes tempos históricos denunciando violências, expondo contradições, criando novas narrativas e metodologias, e sobretudo, subvertendo a lógica socialmente aceita e brancamente imposta.

Nos limítrofes da academia, o contraponto histórico do qual prescindiu a neurose cultural brasileira¹ tem sido elaborado por pensadoras e intelectuais negras, isso porque antes, outras de nós prepararam os caminhos, enfrentando os neocolonizadores acadêmicos e enunciando novas epistemologias e práticas políticas: “exatamente porque temos sido falados, infantilizados [...], que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar e numa boa” (GONZALEZ, 2020c, p. 78). E não apenas falou, como possibilitou que outras vozes também insurgissem, partilhando de uma interpretação única sobre um Brasil negro, popular, quilombola e indígena, sendo fundamental para a consolidação do Movimento Negro Unificado (MNU) e para a tradição do feminismo negro no Brasil e no mundo.

Refiro-me à Lélia Gonzalez - professora, filósofa, historiadora, ativista, pensadora e feminista negra - esta intelectual trouxe para as agendas políticas e acadêmicas, as reflexões, experiências e os achados de seu incessante intercâmbio cultural (CARNEIRO, 2014), despertados por sua capacidade criativa de exprimir da vida vivida o ingrediente principal de suas análises. Não à toa, sua própria vida e trajetória se constituem como aspectos fundamentais de suas reflexões, a medida em que passa a perceber que ao refletir acerca de suas percepções, unia vivências comuns a outras mulheres negras e pobres, sendo assim, identifica em Lélia de Almeida seu despertar inicial (GONZALEZ, 1994).

¹ A profunda argumentação apresentada por Lélia Gonzalez, trata-se de uma análise atenta aos efeitos do racismo na psique do colonizado e do colonizador. Bebendo diretamente da fonte da psicanálise, e em diálogos com pensadores como Franz Fanon, sua preocupação estava em revelar a lógica de dominação que comporta a psique da branquitude a partir da via colonial, deste modo, a neurose cultural brasileira caracteriza-se como um processo de ocultamento estratégico de elementos importantes da nossa cultura e de nossos antepassados, para manter a hegemonia cultural, intelectual, e política branca, eurocêntrica e “universal”. Ao construir uma crítica severa aos considerados “verdadeiros intérpretes” do país, a exemplo Caio Prado Jr. e Gilberto Freyre, enfatizou que a principal sintomática da neurose cultural brasileira, é o racismo.



Lélia González

Nascida em Belo Horizonte - MG em fevereiro de 1935, Lélia Gonzalez nasceu Lélia de Almeida, filha do ferroviário Joaquim de Almeida e de Urcinda de Almeida, trabalhadora doméstica de origem indígena; o sobrenome “Gonzalez” vem apenas a partir do casamento com o espanhol, Luiz Carlos Gonzalez. Ainda na infância e em decorrência da perda do pai, Lélia passa a ser cuidada pela irmã mais velha, pelo fato de sua mãe assumir a chefia familiar. Como trabalhadora doméstica, Urcinda trabalhava para uma família italiana que resolveu custear a educação de Lélia, essa foi a oportunidade que encontrou de continuar seus estudos: “[...] Passei por aquele processo que eu chamo de lavagem cerebral dado pelo discurso pedagógico brasileiro, porque na medida que eu aprofundava meus conhecimentos eu rejeitava cada vez mais minha condição de negra” (GONZALEZ, 1994, p. 383).

A migração para o Rio de Janeiro representava novas possibilidades, e por ser a mais nova entre seus dezoito irmãos, Lélia Gonzalez driblou a curva do inaccessível à educação e conseguiu se inserir no ensino superior; o que não a fez deixar de trabalhar, também no exercício doméstico, como babá. Tendo feito, em partes, a trajetória de outras mulheres negras brasileiras, que assim como sua mãe tiveram no trabalho doméstico sua única possibilidade de venda da força de trabalho, pôde refletir sobre o lugar da mulher negra sob a perspectiva de suas existências. Paradoxalmente, pensou todas essas questões em um contexto universitário que legitima que ocorra uma “divisão interna da mulher negra”, processo de exclusão e invisibilidade que reproduz uma violência simbólica contra intelectuais negras, tornando o ambiente acadêmico ainda mais complexo e adoecedor, segundo ela (idem, p. 384): “[...] no momento em que você se choca com a realidade de uma ideologia preconceituosa e discriminadora que aí está, a sua cabeça dá uma dançada incrível”.

Graduou-se em História e Geografia em 1962 pela antiga Universidade do Estado de Guanabara, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), desde

então começou a atuar como professora em universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Gama Filho (UFF), Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), entre outros colégios da cidade. Cabe destacar que os processos de formação e atuação docente significaram um divisor de águas na trajetória de Lélia Gonzalez, sendo o pontapé inicial para reflexões acerca de sua condição racial, do processo de embranquecimento sofrido nesse e em outros contextos, e do reconhecimento político de sua negritude. (GONZALEZ, 1994)

Por outro lado, longe daquele espaço, as contradições também se faziam inteiramente presentes. A família de seu companheiro Luiz Carlos Gonzalez, ao saber do casamento entre os dois, mostrou-se extremamente racista em seus discursos e práticas, confirmando a ideologia eugenista do embranquecimento da nação, como expressão do senso comum e do imaginário social que se apresenta escamoteada pelo mito da democracia racial no país, “porque mulher negra não se casa legalmente com um homem branco; é uma mistura de concubinato, com sacanagem, em última instância”. (idem, p. 384). A partir disso, abre-se uma fenda no horizonte de Lélia capaz de trazer à tona todo o processo de internalização do discurso “democrático racial” que havia reprimido, que segundo ela: “foi um contato direto com uma realidade bem dura” (ibidem).

A aproximação com o candomblé e a psicanálise representou um caminho de volta às suas origens, em uma busca constata por conhecer suas raízes e afirmar sua existência, exercendo um papel fundamental para o reconhecimento de sua negritude de maneira coletiva e política; ademais, para além de uma experiência individual profunda com essas duas matrizes, Lélia incorporou elementos importantes de ambas concepções como fonte de conhecimento potencializadora para uma leitura crítica da realidade de negros e negras. Nos textos e entrevistas que datam do final dos anos de 1980, é evidente que a autora escolhe dialogar com a cosmogonia yorubá

presente no candomblé como fundamento epistemológico, tal qual a teoria psicanalítica: “esta resistência cultural que o negro apresenta onde quer que ele esteja, a gente só vai entender com um conhecimento muito profundo, muito sério, das instituições das diferentes culturas africanas” (GONZALEZ, 1994, p. 386).

Depois do falecimento de seu marido, em meados da década de 60, ainda sob o regime militar, Lélia Gonzalez iniciou a prática de debates de filosofia em sua casa², espaço coletivo profícuo para a emergência de discussões fundamentais no desenvolvimento de seu pensamento intelectual e para elaboração de uma agenda política efetivamente democrática, plural e negra. O movimento contestador do qual Lélia se aliava, contava com importantes nomes como Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Abdias do Nascimento, Thereza Santos, entre outros; sendo assim, apesar de partilhar de uma análise própria sobre a realidade brasileira em uma perspectiva negra, seu pensamento expressa o projeto político construído pela ebulição do Movimento Negro à época, e encontra eco nas obras e na trajetória dessas outras (o) pensadoras (r).

A intelectualidade criativa de Lélia chamou atenção da grande filósofa e ativista Sueli Carneiro, para ela: “essa capacidade de Lélia falar, na primeira pessoa, sobre as dores e rejeições que o racismo provocava tinha um efeito libertador para as mulheres negras” (CARNEIRO, 2014, p.18). Na mesma direção, a intelectual e ex-ministra Luiza Bairros (1994) relembra a participação fundamental de Lélia Gonzalez no MNU, afirmando que quando a maioria

² Ocultados da história, a presença de negros e negras no período da Ditadura Militar é pouco tratada e difundida, bem como sua participação no interior dos movimentos e das lutas sociais. Raquel Barreto demarca a presença de Lélia Gonzalez nesse período histórico atentando para o fato de que o momento era de forte repressão política no país e qualquer movimentação além do considerado “normal” poderia ser considerada como subversiva, deste modo: “As reuniões, por mais inocentes que parecessem ser, representavam certo perigo” (BARRETO, 2005, p.25).

dos militantes ainda não tinham uma elaboração mais aprofundada sobre a mulher negra, era ela quem servia de porta-voz contra o sexismo que ameaçava subordinar sua participação e de suas companheiras de luta no interior do Movimento Negro Unificado, e contra o racismo que as impediam de se inserirem plenamente no movimento de mulheres.

Em suas obras, textos e entrevistas, Lélia Gonzalez partilhou de uma percepção única capturada por intermédio de um viés coletivo, sendo assim, até mesmo

Lélia Gonzalez recorre a base da nossa formação social para compreender o modo como o racismo é amplamente naturalizado em nossas relações cotidianas”

os espaços que “formalmente” são caracterizados por não se constituírem como espaço de formação política, também se fundamentaram como lócus de suas vivências e reflexões, é explícito em suas obras a forma como a relação estabelecida com o carnaval, por exemplo, possibilitou a elaboração de análises particulares e ao mesmo tempo comuns à condição de outras mulheres negras brasileiras – um ponto chave que fez com que a intelectual potencializasse suas formulações a

partir da indissociabilidade entre as resistências cotidianas da população negra e suas práticas políticas. Em razão disso, o terreiro de candomblé, bem como os barracões das Escolas de Samba, onde Lélia integrava e participava ativamente da Escola de Samba Quilombo, se consolidaram como espaços fundamentais para sua formação intelectual e política (GONZALEZ, 1994, 2020c).

Por apresentar uma ampla contribuição para o aprofundamento dos conceitos de racismo e sexismo (GONZALEZ, 2020c), foi pioneira em elaborar uma análise

interseccional no Brasil, a partir da constatação de que as mulheres negras sofrem duplamente os efeitos da dominação em relação às mulheres brancas, por sua condição de raça e classe. Esta lógica, além de perpetuar as desigualdades raciais erguidas durante a escravização, tornou-se inteiramente útil para o desenvolvimento do capitalismo à brasileira; à exemplo, temos uma divisão sexual e racial do trabalho completamente estabelecida, bem como as noções de mucama, mulata e mãe-preta. Deste modo, engajada em desvelar a essência do mito da democracia racial, Lélia Gonzalez recorre à base da nossa formação social para compreender o modo como o racismo é amplamente naturalizado em nossas relações cotidianas, expondo as fissuras da consciência escravista, de onde saltam o caráter subversivo da memória ancestral.

A autora aposta na dialética das contradições presente na consciência e na memória, para trazer à tona as resistências históricas protagonizadas por negros, negras e indígenas, isso porquê o discurso da consciência “universal” oculta, aliena e promove o esquecimento de suas existências, saberes e tecnologias. Para difundir a ideia do negro como um problema para o desenvolvimento da nação, foi necessário uma série de aparatos sociais, econômicos, culturais e simbólicos que assegurassem sua “inferioridade” intelectual e racial, quando, na verdade, foram os próprios negros em diáspora, juntamente com os nativos, que forneceram os principais referenciais culturais e linguísticos que conformam a cultura brasileira e a própria América Latina.

É com base nessa constatação que Lélia Gonzalez inaugura uma crítica decolonial ao cunhar a categoria de Amefricanidade, na defesa de que “aqui, a força cultural se apresenta como a melhor forma de resistência” (GONZALEZ, 2020a, p. 133), sendo assim, compreende que a chamada “América Latina” é na verdade muito



mais ameríndia e amefericana do que qualquer outra coisa, e “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada” (idem, p. 135). O caráter metodológico dessa elaboração está na possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo, por este motivo, suas implicações políticas e culturais são consideradas, de fato, democráticas.

A autora também demarca a participação das mulheres nesse processo, não à toa seus intercâmbios culturais e andanças pelo Brasil e pelo mundo afora, fizeram com que Lélia desenvolvesse uma capacidade única de perceber as similaridades entre a cultura e a linguagem em diferentes países. No contexto brasileiro, identificou que nosso português é o mais africanizado do mundo, pela forte presença do dialeto banto e yorubá, assim como, a região caribenha apresenta grandes similaridades no que diz respeito à africanização do continente (GONZALEZ, 2020a). Da mesma maneira, sua passagem pela Jamaica foi significativa para elaboração dessa categoria; foi na figura heroica de Nanny (Guerreira e mãe do seu povo na ilha de Moore Town) que encontrou os pilares da amefricanidade, uma vez que reconheceu através da história oral dessa comunidade matrifocal, suas similaridades com lideranças femininas e negras esquecidas por longos anos pela historiografia brasileira, como: Maria Felipe, Luiza Mahin, Dandara, entre outras. (GONZALEZ, 2020b apud SOARES; SANTOS, 2021)

Em diferentes momentos, Lélia Gonzalez destacou na mãe-preta a resistência silenciosa que superou o imediato e deu a “rasteira na raça dominante”, transmitindo através da oralidade todo patrimônio de saberes linguísticos,

históricos e culturais advindos de África, sendo, portanto, a verdadeira mãe da nação brasileira (GONZALEZ, 2020d). Para CARNEIRO (2014, p. 39) “ela destacou a figura da mãe-preta como aquela que melhor representa a resistência negra contra a escravidão”, evidenciando nessa matriz histórica a inspiração que as amefricanas devem buscar para construir uma concepção feminista: “o fato é que Nanny, espécie de Oiá/lansã constituiu-se num dos grandes pilares dessa amefricanidade que nos alerta e sustenta nossas lutas atuais, amefricanas de todas as regiões. Axé Mulher!” (GONZALEZ, 2020b, p. 157).

A proposição de um feminismo afro latino-americano emerge do avanço de suas análises ao longo dos anos, fomentada pelas trocas com diferentes mulheres do Brasil e do mundo³; foi movida pelos aprendizados com as amefricanas de todas as regiões, dentre elas, as trabalhadoras, periféricas, indígenas, quilombolas, acadêmicas e não acadêmicas, militantes, etc., que surge uma nova concepção de teoria e prática feminista em seus escritos. Lélia Gonzalez compreendia que, apesar do racismo e do sexismo demarcarem o lugar comum dessas mulheres, são elas que reinventam cotidianamente suas estratégias de sobrevivência e resistência, tendo muito a contribuir com uma perspectiva feminista fundamentalmente plural, inclusiva e democrática.

Por identificar que as amefricanas e ameríndias se localizavam nos setores populares de organização política, sendo fundamentais para a construção de estratégias de luta e em muitos casos como protagonistas, foi que buscou equacionar as contradições presente no movimento feminista branco (GONZALEZ, 2020c). Considerou também o fato dessas mulheres não sentirem suas trajetórias representadas, tampouco suas demandas priorizadas, uma

³ As experiências oriundas da inserção e participação ativa de Lélia Gonzalez junto aos movimentos sociais e diferentes frentes de organização política dentro e fora do Brasil, tornam-se imprescindíveis para a elaboração de suas análises e críticas. As passagens pelo Caribe, Quênia, Senegal, Costa Rica, Canadá, Estados Unidos, entre outros, desenvolveram ainda mais sua capacidade intelectual e sensível em perceber as similares culturais, os impactos causados pela colonização, bem como a necessidade de apontar o racismo como aspecto nuclear ao capitalismo. A ativista, além de uma das fundadoras do MNU, criou também o Centro de Lutas Luiza Mahin (1978), participou da Diretoria do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (1986-1987), esteve na III Conferência Mundial sobre a Mulher em Nairobi (1985), integrou o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT) (1981-1985), entre outras participações e inserções.

vez que, apesar da importante contribuição do feminismo hegemônico em torno do conceito de capitalismo patriarcal e das bases materiais e simbólicas de opressão contra as mulheres, pouco se atentou para determinação racial.

Como candidata à deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Lélia fez da luta contra o racismo e o sexismo sua plataforma política; em função disso, sua agenda incorporava as demandas do Movimento Negro Unificado e do movimento de mulheres. Vale ressaltar que, embora não tenha sido eleita, Lélia militou de forma político-partidária no PT entre 1981-1985, integrando o Diretório Nacional do partido durante três anos. Em uma comovente carta dirigida à Lula (Presidente do PT à época), se desligou do partido alegando discordar de práticas internamente desenvolvidas, sobretudo “no que diz respeito ao estreitamento de espaços para uma política voltada para as chamadas minorias” (GONZALEZ, 1985 apud CARNEIRO, 2014, p. 83).

Portanto, retomo ao pressuposto que me provocou a femenejar Lélia Gonzalez, considerando sua importante participação na cena política e intelectual na década de 1980, como uma das intérpretes negras mais importantes do Brasil. Seu pensamento influenciou uma geração de intelectuais e ativistas, e estabeleceu as bases que estruturam o movimento de mulheres negras contemporâneo, se expressando como parte de um projeto político do próprio movimento negro brasileiro. Contribuiu de forma histórica para o aprofundamento das discussões em torno das categorias de raça e gênero, mas além disso, o conjunto de sua obra revela seu esforço sistemático para analisar e interpretar o Brasil em uma perspectiva negra. (BARRETO, 2018)

Femenagear Lélia Gonzalez na qualidade de intérprete do Brasil, é afirmar o lugar de visibilidade que a academia branca negou, é legitimar e incorporar suas contribuições como lupa analítica fundamental para a interpretação da realidade brasileira, tal qual ela é. É também transgredir a norma que beneficia historicamente os mesmos homens brancos, a fim de garantir que seus privilégios raciais permaneçam intactos. Em outras palavras, consiste fundamentalmente em apresentar o contraponto histórico prescindido pelos cânones acadêmicos, realocando as intelectualidades femininas e negras para o centro do debate.

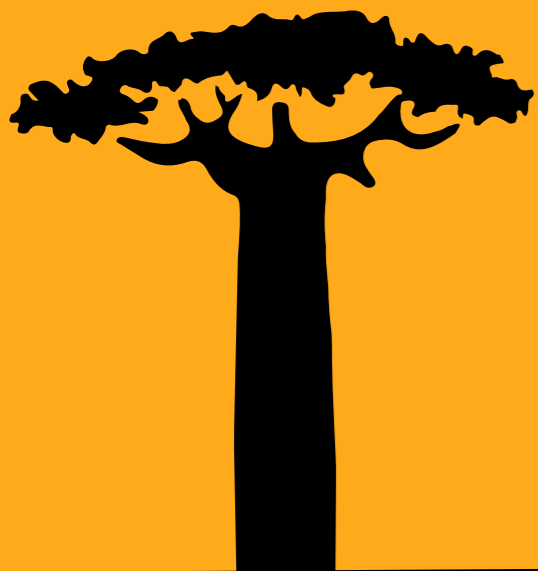
Desde de julho de 1994 - data a qual Lélia Gonzalez precocemente veio a falecer vítima de um infarto miocárdio, aos 59 anos - manter viva sua memória constitui-se como uma postura política e reivindicatória dos movimentos negros, que incansavelmente recuperam a grandeza de suas contribuições para o direcionamento de nossos enfrentamentos contemporâneos. Não à toa, ao dizermos que “Nossos passos vêm de longe” estamos nos referindo a mulheres negras, que, assim como Lélia, nos antecederam insurgindo em diferentes tempos históricos, sendo fundamentais para abrir os caminhos para uma nova geração, e denunciar que já fomos silenciadas, mas nunca silenciosas.

REFERÊNCIAS

- BAIRROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. **Afro-Ásia**. 1994, p. 1-21. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20990/13591>. Acesso em: 08 jun. 2021.
- BARRETO, Raquel. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça**: Narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. 2005. 128 p. Dissertação de Mestrado (História social da cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC/Rio, Rio de Janeiro, 2005
- BARRETO, Raquel. Lélia Gonzalez: Uma intérprete do Brasil. In: GONZALEZ, Lélia. **Lélia Gonzalez: Primavera para as Rosas Negras**. [S. l.]: Diáspora Africana, 2018. cap. Introdução, p. 12-27.
- CARNEIRO, Sueli. **Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história**. CEVA, Anthonio; CORREA, Paulo; SCHUMACHER, Schuma (ed.). Brasília: ABravideo, 2014. 120 p.
- GONZALEZ, Lélia. A Categoria Político-Cultural da Amefricanidade. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo Afro-latino americano** – ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. p. 127 a 138.
- GONZALEZ, Lélia. Lélia fala de Lélia. **Estudos Feministas**, p. 383-386, 1994. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16220/14767>> Acesso em 08 jun. 2021.
- GONZALEZ, Lélia. Nanny: Pilar da amefricanidade. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. p. 151-157. ISBN 978-85-378-1889-3.
- GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro Latino Americano. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo Afro-latino americano** – ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020c. p. 139 a 150.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo Afro-latino americano** – ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020d. p. 75-93.
- SOARES, Maria Raimunda; SANTOS, Thamires. Consciência escravista e memória ancestral: a dialética que comporta a América Ladina e se efetiva em práticas de resistência de mulheres afro-brasileiras. Artigo apresentado no “**X Congresso Internacional de Diversidade Sexual, Étnico-racial e de Gênero**” (CINABEH). Abril de 2021.



MEMÓRIAS
INSURGENTES





MEMÓRIAS INSURGENTES: MESTRAS E MESTRES DA CULTURA E SABERES QUILOMBOLAS E AFRO-BRASILEIROS

Luana Azevedo

Jongo: Oralidade, Saber da Experiência e Identidade

O título que nomeia essa sessão é inspirado no artigo “O processo educativo do jongo no Quilombo da Machadinho: oralidade, saber da experiência e identidade” de Rute Costa e Alexandre Brasil Fonseca (2019), material que nos leva a compreender a dimensão pedagógica do jongo, que cumpre um papel educador dentro das comunidades quilombolas, sendo considerado patrimônio imaterial da humanidade, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). O jongo também *“conhecido como caxambu ou tambor, é uma dança semirreligiosa, de matriz africana, praticada desde o período colonial pelos negros, nos terreiros das fazendas da antiga região produtora de cana-de-açúcar do Sudeste brasileiro. Por meio do jongo, os escravizados exprimiam as suas dores, planejavam revoltas e fugas e celebravam os seus festejos* (RIBEIRO, 1984 *apud* COSTA, FONSECA, 2019, p. 2).

Através dos movimentos corpóreos, do som dos tambores, das roupagens tecidas pelas mãos das mulheres, e dos cantos que contam histórias da comunidade, o jongo registra desde o Brasil Colônia, o modo de vida de comunidades quilombolas, captando seus anseios, desejos, dúvidas, medos, tradições, poesias, saudades, ensinamentos, etc. Sendo considerada uma prática ancestral, que se manifesta em territórios distintos, de diversas formas, pois cada lugar marca a dança com suas singularidades e particularidades, mas todas mantêm um conjunto de símbolos materiais e imateriais característicos da tradição.

O Jongo é essa manifestação cultural afrodescendente, que é passada de geração em geração, transmutando em diferentes tempos e espaços, trazendo consigo as histórias de um povo, os ensinamentos dos ancestrais, educando e transmitindo os valores da comunidade para a nova geração.

Nesta sessão lembramos integrantes de comunidades quilombolas e afrodescendentes, que seguem mantendo a tradição do Jongo em seus territórios, bem como da prática da capoeira.

DALMA DOS SANTOS - Pesquisadora, educadora popular, poetisa e mestre do Jongo “Tambores de Machadinho”



Foto de Pedro Gradella – Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos 2015/2016 UFF/MinC.

Dalma é professora, funcionária pública, que exerce a profissão com muito compromisso e se formar era um sonho que foi realizado. É quilombola de Machadinho, em Quissamã, no norte do Estado do Rio de Janeiro, onde nasceu e voltou anos depois, quando reencontra Dona Cherô, sua prima, conhecida benzedeira e mestre de jongo de Machadinho, que estava formando um grupo de Jongo. Dalma conta que foi com Dona Cherô que aprendeu mais sobre o Jongo, visto que ela tinha muito conhecimento sobre a cultura afro-brasileira, propondo intercambiar saberes. Dalma ofereceu-se para alfabetizar Dona Cherô, que, infelizmente, faleceu antes disso. Mas seus ensinamentos permaneceram na comunidade. Dalma é

uma das mulheres que passa adiante o que aprendeu, tendo um trabalho muito importante com as crianças, para quem ensina sobre o Jongo e outros elementos da cultura afro-brasileira. É autora do livro “Flores da Senzala” (2016) que reúne poesias, contos, cantos e histórias da comunidade, e atualmente desenvolve uma pesquisa com as plantas utilizadas pela comunidade. Abaixo trazemos leitura e pontos de Jongo por Dalma dos Santos, retirados do livro Flores da Senzala (2016).

Jongo, fuga e desabafo

“No tempo da escravidão, assim contam as pessoas mais velhas, cantavam melodias no jongo como forma de desabafo, distração e fuga. Olhando olho no olho, de modo que os capatazes e os senhores não as compreendessem, possibilitando a fuga. Estas melodias expressavam e eram cantadas como forma de resistência. Jongos que são cantados pelo grupo cultural Tambores de Machadinha.” (SANTOS, 2016).

O galo e o pinto¹

*“O galo e pinto foram dormir no puleiro
O galo cochilou e o pinto cantou primeiro
O galo e pinto foram dormir no puleiro
O galo cochilou e o pinto cantou primeiro*

Ê piu, piu, ê...

Ê piu, piu, ê...

Olê, lê, ê...

Olá, lá lá....

Olê, lê, ê...

Olá, lá lá....”

Cundê, cundê²

*“Cundê, cundê, cundê, cundê,
Eu não estou pra fazer roça
Pra boi dos outros comer*

¹ Este ponto faz referência à fuga de escravos: Quando o galo, que era o capataz, dormisse. O pinto, que era o escravo, fugia.

² Este ponto faz referência ao desabafo da situação de trabalho dos escravizados: Não estou aqui para produzir comida para os outros, sem poder consumir o fruto do próprio trabalho.

DONA NOINHA – Mestra Jongueira de Campos dos Goytacazes



(Foto: Site da Prefeitura de Campos-RJ – Local: Homenagem a Dona Noinha, com entrega de placa, pelo NEABI/Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF)

Geneci Maria da Penha se auto denomina como Noinha, nascida e criada em Campos dos Goytacazes. Formou-se no ensino médio, cursou Técnico em Enfermagem, profissão na qual aposentou-se, atualmente está com 76 anos e é mestra jongueira com muito orgulho. Conta que participa do jongo desde a barriga da mãe, pois a família inteira é jongueira, passando de geração a geração. Noinha conta que tem lembranças de participar de rodas de jongo com menos de 5 anos de idade, embora tenha uma família numerosa, foi sua irmã Genilda, residente da cidade de Niterói-RJ, quem mais dedicou sua vida ao jongo. Em muitos terreiros, crianças não entravam nas rodas de jongo, mas no terreiro de seu

avô Casturino – Cândido de Oliveira, grande jongueiro, e de seu tio Álvaro Joviano, era permitido todas as idades. Dona Noinha fala que sua história com o jongo é uma história de amor, quando ficou adulta, e o avô e o tio faleceram, sua mãe assumiu a função de mestra jongueira, e ela e os irmãos auxiliavam. Anos depois, quando sua mãe faleceu, Noinha assumiu o legado de sua família tornando-se mestra jongueira em Campos, e sua irmã Genilda em Niterói. Abaixo dois jongos da mestra Dona Noinha.

Jongo da Marielle³

*“Extra Extra
assim dizia o jornal
Silenciaram uma ativista,
uma grande idealista
que dizia para o povo que se sente
escravizado
Através da educação
ele vai ser libertado*

*Ele vai ser libertado
ele vai ser libertado
através da educação
ele vai ser libertado*

*ele vai ser libertado
ele vai ser libertado
através da educação
ele vai ser libertado*

*Extra extra
Se dizia no jornal
Silenciaram uma ativista,
uma grande idealista
que dizia para o povo
que se sente escravizado
através da educação ele vai se libertado*

*Ele vai ser libertado
ele vai ser libertado
através da educação
ele vai ser libertado*

Salve Marielle!”

Povo Congo

*“Meu Bisavô veio do Congo
Não esqueceu o seu tambor
Aqui veio escravizado
onde lá era Senhor*

*Meu Bisavô veio do congo
não esqueceu o seu Tambor
Aqui veio escravizado
onde lá era senhor*

*Encontrou com Zacarias,
perguntou por Jeremias
Ele então me respondeu
na senzala sim senhor*

*mas a senzala está fechada
e lá dentro o meu avô
de tanto levar lambada
estava gemendo de dor*

*E Eu falei bate o tambor
negro congo bate o tambor
preto congo bate o tambor
e liberta meu avô
bate o tambo negro congo
bate o tambor negro congo
bate o tambor
e liberta o meu avô!”*

MESTRA DONA CHERÔ - Guilhermina Rodrigues - Quilombo da Machadinho (in memorian)

Guilhermina Rodrigues, Mestra Dona Cherô, ancestral do Quilombo da Machadinho, candoblecista, Mestra Longueira e grande referência na memória da comunidade. Chêro era conhecedora do uso de ervas medicinais, da cultura quilombola e afro-brasileira e uma liderança política da sua comunidade. Abaixo, ponto de jongo de sua autoria:



Foto de Cheiro enviada pelo Quilombo Machadinho (arquivo pessoal)

*Plante capim ô lê, lê...
nasceu Guiné
catatumba pegou fogo
defunto chamou no pé.*

MESTRE CICI – Valdecir dos Santos - Quilombo da Machadinho (In Memoriam)

Valdecir dos Santos, Mestre Cici, nasceu na Fazenda Machadinho. Teve a sua infância como resistência ao preconceito. Aos 15 anos foi obrigado a trabalhar no cultivo da cana de açúcar, para ajudar nas despesas da casa. Gostava de praticar a pesca e sua maior paixão foi o Jongo. Abaixo, ponto de jongo de Mestre Cici:

*Vou subir no pé de jambo
Para ver se está maduro
Você quer, eu também quero
Vamo dividir no meio*



Foto arquivo da Semana de Cultura Afro-brasileira (NEAB/UFF)

³ Marielle Franco foi uma mulher negra vereadora (2017) do estado do Rio de Janeiro, periférica do complexo da Maré – RJ, lésbica, que foi executada na cidade do Rio de Janeiro (2018), tendo sido considerado um crime político, que até a data de finalização deste material não foi solucionado, os mandantes do atentado seguem desconhecidos.

MESTRA DONA PRETA - Maria da Natividade - Quilombo da Machadinha

Maria da Natividade, Mestra Dona Preta, mestra jogueira do Quilombo da Machadinha. Moradora da comunidade desde a juventude, dançarina de Fado e referência ancestral e cultural da comunidade. Abaixo, ponto de Jongo de Mestra Dona Preta:



Foto retirada do facebook do Quilombo Machadinha



Foto de Pedro Gradella. Arquivo do Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos 2015/2016, UFF/MinC

*Machadinha não é vila nem cidade,
nunca vi lugar pequeno ter tanta mocidade.*

MESTRE SEU GILSON - Gilson Inácio – Quilombo da Machadinha

Gilson Inácio, nasceu em Santa Francisca, conheceu Maria da Conceição e foi morar em Machadinha, trabalhou na Usina de Quissamã. É dançador de Fado, jongo e também brincante de bois Malhadinhos, manifestação da cultura local. Abaixo, Jongo de Mestre Seu Gilson:

*Cundê, cundê, cundê, cundê,
....eu não tô pra fazer roça
pra boi dos outros comer.....*



Foto retirada do Facebook do Quilombo Machadinha

MESTRE LEANDRO – Leandro Nunes Firmino – Quilombo da Machadinha

Mestre Jongueiro do quilombo da Machadinha. Morador da comunidade desde sua adolescência e, atualmente, também é responsável pelo Jongo Mirim da comunidade. É dançador de Fado e também brincante de bois Malhadinhos, manifestação da cultura local. Abaixo, ponto de jongo elaborado por Leandro Nunes Firmino, o Mestre Leandro:

*Acende a fogueira seu moço
a fumaça subiu,
toque o Tambor pra mim
que a Casa Grande já caiu.*



Foto de Pedro Gradella (Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos 2015/2016 UFF/MinC)

**MESTRES DA CAPOEIRA: MEMÓRIA VIVA E CONEXÃO ANCESTRAL:
MESTRE DENGO E MESTRE MISTÉRIO****MESTRE DENGO (Manoel da Cruz Vieira) – Associação de Capoeira
Raízes de Aruanda – Macaé- RJ**

“Nasci em 14 de agosto de 1957 e comecei a treinar na década de 1970, no ano de 1972 com Mestre Levi, de Duque de Caxias. Na época, ele não era Mestre e morava em Macaé mas tinha um conhecimento da arte. Com ele aprendi os primeiros passos e desde esse tempo nunca mais parei. Sou Mestre formado praticamente há 50 anos, praticando e ensinando a capoeira; já viajei por vários estados e capitais brasileiras sempre em busca de novos conhecimentos. Tive a oportunidade de ir na Europa, na França, através da capoeira. Sou presidente e fundador da Associação de Capoeira Raízes de Aruanda de Macaé, fundado em 10 de julho de 1999. Realizamos grandes encontros culturais, a cultura afrobrasileira é muito rica e nos proporciona um mundo de possibilidades. Atualmente, o Raízes de Aruanda foi aprovado como ponto de Cultura. Aguardamos por dias melhores!” (Fala de mestre Dengo, enviada especialmente para este número da Revista)

Menino de pé no chão (Mestre Dengo)

*Eu sou um negro
Não nego meu natural
Eu era bem pequeno quando no trem pegava carona
Muleque de pé no chão
Todo mundo olhava e dizia
Não vai dá ou que prestar
Usava calça curta
Camisa aberta no peito
Lá vai o moleque vender bala no trem
Nunca tive um apoio meu pai era muito pobre
Mas tinha a graça vinda
Que era minha companhia
me orientou e me disse
Filho vai a luta
Deus ajuda quem precisa pode confiar em mim
Muleque de pé no chão
Também é filho de Deus
le viva meu Deus camarada!*



Foto arquivo pessoal do mestre Dengo (enviada para a Revista)

MESTRE MISTÉRIO (Carlos Alberto da Silva) - Associação de Cultura e Capoeira Balikuddembe – Rio das Ostras - RJ

Nasceu em 2 de novembro de 1964, em Rio das Ostras, mas é registrado em Macaé em função da dificuldade de ir ao cartório de Casimiro de Abreu, sede do município. Em virtude das dificuldades financeiras de sua mãe e o abandono do pai, em 1971 é internado na Fundação do bem estar do menor (antiga Funabem, Flubem ou Febem), em Araruama, onde cursou o Ensino Fundamental I. Em 1995, sua mãe já em melhores condições lhe traz de volta à Rio das Ostras e não tendo escolas, estuda em Barra de São João, complementando o Ensino Fundamental II. Por ser um aluno aplicado ganhou uma bolsa escolar para o Ensino Médio na Escola Cenecista Antônio Caetano Dias, em Macaé. Cursou Ciências Contábeis. Parou de estudar, em 1982, para trabalhar na construção civil. Em 1988, inicia o curso de Letras na FAFIMA, em Macaé. Concluiu Letras em 1992. Em 1994, começou a trabalhar para o Estado do Rio de Janeiro como agente administrativo. Em 1997, começa a trabalhar na Prefeitura de Rio das Ostras por contrato, em 1998 ingressou concurso público. Em 2004, ganha uma segunda matrícula no município. Em 1980 começa a treinar capoeira na extinta Associação de Capoeira Silêncio Com a Fera. Foi aluno do Mestre Dengo. Em 1997, se forma professor de capoeira e funda a Associação de Cultura e Capoeira Balikuddembe. Em 2000, se forma contramestre e em 2003, Mestre. Em 1979, começou a integrar o grupo de jovens da igreja católica e lá ganhou o apelido de Dr. Mistério. Com o tempo, o Dr. Sumiu e ficou só o Mistério. Na escola, é conhecido como Professor Mistério; e na capoeira: Mestre Mistério. (Este texto foi enviado pelo próprio Mestre Mistério para a Revista).

Capoeira contemporânea

(Mestre Mistério)

1ª parte

Aprende capoeira na senzala
Pra lutar contra o chicote do feito
Camuflou sua luta numa dança
Pra enganar aos olhos do senhor.
É crioulo, cafuzo e nego legal
Veio de Angola, do Congo ou Senegal
Sua vida está cheia de mistérios
Capoeira lhe dá um alto astral.

Oi lelele lalalá Capoeira lhe dá um alto astral

Oi lelele lalalá Branco e preto na roda é tudo igual

(repetir quatro vezes)

2ª parte

Aprende capoeira na academia
Capoeira moderna e tradicional
Para quem não souber do que eu falo
Tô falando angola e regional.
Capoeira é a união de toda raça
Separada na escravidão brutal
Hoje é alegria de um povo
Branco e preto na roda é tudo igual.

Oi lelele lalalá Capoeira lhe dá um alto astral

Oi lelele lalalá Branco e preto na roda é tudo igual

(repetir quatro vezes)

Repete a 2ª parte

Oi lelele lalalá Capoeira lhe dá um alto astral

Oi lelele lalalá Branco e preto na roda é tudo igual

(repetir seis vezes)



Julho de 1980 – Batizado do Primeiro Cordel (arquivo pessoal do Mestre Mistério)



Mestre Mistério tocando berimbau - Foto arquivo pessoal do Mestre Mistério

REFERÊNCIAS

COSTA, Rute R.; FONSECA, Alexandre Brasil. Análise das Práticas Pedagógicas: o processo educativo do jongo no quilombo Machadinho: oralidade, saber da experiência e identidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v.40, 2019.

SANTOS, Dalma. Flores da Senzala. Rio de Janeiro: Mundo das Ideias, 2016.

Debate: Mulheres, saberes e insurgências coletivas. Gravada em voz. GRUPO DE ESTUDOS PENSAMENTO DECOLONIAL E CRÍTICA AO EUROCENTRISMO. 2021.

Entrevista com Dalma dos Santos. Arquivo do Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos.



Roda de Conversa - Mulheres, Saberes e Insurgências Coletivas: Sandra Benites, Antônia Cariongo e Geneci Maria¹

Thaís Salcedes | Vitor dos Santos Nascimento



O Universo Científico não comporta todas as formas de saberes. O ambiente acadêmico, como estruturado hoje, é uma via difícil de se andar. Em muitos aspectos o discurso proveniente dele é altamente segregador. Além disso, privilegia um tipo de conhecimento que foi historicamente estabelecido como o 'pensar certo' e, em contrapartida, não leva em consideração as diversas formas de pensar que não se colocam dentro dos moldes tradicionais da ciência moderna.

A necessidade de pensar, a partir de perspectivas que reconheçam dentro do ambiente acadêmico narrativas plurais, que conversem com os saberes e conhecimentos étnicos e culturais, a partir de uma perspectiva crítica e dialética, deu origem ao Grupo de Estudos Introdução ao Pensamento Decolonial e Crítica ao Eurocentrismo, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiro (NEAB). O grupo de estudos tem como objetivo articular os debates de autores decoloniais, críticos e marxistas, para compreender a formação social brasileira e latino-americana. Trazer diálogos que versem com os

¹ Esta síntese foi construída a partir da Roda de Conversa no Grupo de Estudos "Introdução ao Pensamento Decolonial e Crítica ao Eurocentrismo", no dia 02 de Dezembro de 2020, via plataforma Google Meet. As escritas que apresentam aspas (") tratam-se de falas literais das palestrantes.

conhecimentos afro-diaspóricos e indígenas, que muitas das vezes não chegam ou chegam pouco à universidade, e que têm muito a nos ensinar sobre a história do Brasil e memória desses povos: Quilombolas, Indígenas, Ribeirinhos e de Terreiros. Nosso desafio é que os nossos estudos não se resumam somente à universidade, mas que tragam esses saberes, conhecimentos, modos de vida, práticas, cultura, a luta e a tradição de vivências que são tão importantes.

Nesse sentido, o NEAB através do Grupo de Estudos mencionado acima, convidou três mulheres: uma jogueira – Dona Noinha; uma quilombola – Antonia Cariongo; e uma indígena – Sandra Benites; para uma roda de conversa sobre o tema “Mulheres, Saberes e Insurgências Coletivas”.

Dona Noinha, como é autoidentificada e mais conhecida Geneci Maria da Penha, é uma mulher mestra jogueira do grupo Congola. Nascida e criada em Campos dos Goytacazes, hoje com 76 anos de idade, é aposentada dos seus trabalhos como normalista e técnica de Enfermagem.

Antônia Cariongo, como é mais conhecida Maria Antônia Dias, é mulher negra do Quilombo Cariongo, de onde retira o sobrenome, situado no Maranhão. Com 41 anos de idade e 15 anos de militância, coordena o Comitê de Defesa dos Direitos dos Povos Quilombolas e é interlocutora das necessidades e vivências do povo do quilombo ao qual faz parte. Integra a Coordenação Nacional do Setorial Ecosocialista do PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade), em sua região. Atua no Maranhão, principalmente em Santa Rita, cidade próxima à capital São Luís.

Sandra Benites, ou Ara Rete, seu nome em Guarani, tem suas origens no Mato Grosso do Sul. É professora do Ensino Fundamental I,

licenciada em Formação Intercultural Indígena da Mata Atlântica, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é Mestre e Doutoranda.

Provenientes de diferentes regiões do Brasil e com histórias de vida distintas, compartilham o fato de serem lideranças em suas comunidades e representam a luta histórica de seus povos, junto aos seus companheiros e companheiras.

A roda de conversa teve início com algo que não estava programado: Dona Noinha sentiu o desejo de cantar um jongo que havia escrito em memória aos seus ancestrais. No jongo, ressalta a importância da relação que o povo negro tem com a terra, de onde também retiravam a sua comida, e da expectativa de receberem a mesma para plantar e morar após o fim do cativeiro, o que sabemos não ter se concretizado. Foi uma boa surpresa preparada para o grupo no Dia Nacional do Samba.

Geneci Maria, Dona Noinha - fala sobre sua entrada no Jongo, como aprendeu e com quem:

- “Não tem data. Foi desde que minha mãe me gestou. Minha família é toda jogueira, é de geração a geração. Eu me lembro que com menos de 5 anos já estava na roda de Jongo. Eu tenho uma família numerosa, mas quem mais se dedicou ao jongo foi eu e minha irmã Genilda, que mora em Niterói. Em muitos lugares a criança não entrava na roda de jongo, mas no terreiro do meu avô Casturino Cândido de Oliveira, grande jogueiro - e do meu tio, Álvaro Joviano, não tinha faixa etária. Começou a andar, já tava dançando, até os 70, 80 anos tinha pessoas dançando. Minha história com o Jongo é uma história de amor”.

Depois que ela ficou adulta, o avô e o tio faleceram, a Mãe assumiu como mestra jogueira

e ela e os irmãos ficaram ajudando a mãe. Os seus irmãos não tinham inclinação para o jongo. Então, quando a sua mãe faleceu, ela assumiu o legado, em Campos dos Goytacazes, e a sua irmã, em Niterói: Congola I e Congola II. Dona Noinha diz que sua alma é jogueira e o contato com outras pessoas que gostam do Jongo faz a sua alma muito feliz. É algo que as outras pessoas não têm noção. E que a pele branca não quer dizer nada, o que vale é o amor pela cultura que é linda.

Outra temática que perpassou o encontro foi a questão da identificação racial. Nesse sentido, Antônia Cariongo nos demonstrou a importância da pertença ao quilombo não ser ligada unicamente à cor da pele, mas por suas ligações históricas com a terra e com a cultura. Ela fala um pouco sobre a cultura quilombola no Maranhão, como é a vida, a organização, o que se produz, como sobrevive e etc:

Autoidentifica-se enquanto mulher negra, apesar de ter mãe negra e seu pai um homem branco. Isto fez com que ela nascesse com a pele mais clara: - “Mas o quilombola não se define pela sua cor de pele, o que o define são suas raízes, as suas gerações, de onde ele surgiu, quem foram seus pais, seus avós”. Do povo dela, são nove gerações. O criador de Quilombo Cariongo, onde mora, foi descendente de escravos fugidos do Rio de Janeiro.

Antônia Cariongo ainda não tem formação superior, “só o ensino médio”, mas decidiu entrar na militância a partir de uma reunião, há 15 anos, onde viu que seu povo precisava de alguém com maior discernimento para poder buscar os seus direitos. Foi a partir daí que começou a se engajar. Na época dessa reunião, a comunidade já era reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente de Quilombo, mas tinham poucas informações sobre seus direitos. A população do Quilombo, em sua grande maioria

os mais velhos, não tiveram acesso à educação. Nesse sentido, ela que tinha tido acesso ao ensino formal, tinha a necessidade de se juntar aos mais velhos para servir de intermediária e pudesse falar a mesma língua que os que vinham de fora, numa necessidade de assimilar o técnico com o dia a dia:

- “Sobre a minha cultura, eu sou uma pessoa que já viajou bastante... Fui a muitos lugares, muitos Estados. Mas para viver [...] a minha raiz está aqui. Se eu saio daqui eu preciso retornar pra cá. Porque é como se eu não tivesse vida fora daqui. A gente tem uma vida totalmente diferente.”

Na comunidade, um dos ritos mais festejados é o Tambor de Crioula, tendo se tornado Patrimônio da Humanidade. Mas além do Tambor de Crioula, tem os Cocos, o Tambor de Minas e as Macumbas. No ano corrente não haveria festejos por conta da pandemia. O festejo mais popular é o de São Sebastião: - “As pessoas têm um conhecimento totalmente diverso da cultura negra e, muitas vezes, julgam sem conhecer”. Ela mesmo diz ter sido muito criticada quando disse, há um tempo, que seu maior desejo era conhecer um bruxo, que sabe fazer trabalhos, remédios, coisas boas: - “Antes de existir a medicina, quem curava? Como era a vivência do negro há 100 anos atrás, digamos assim? Os negros se curavam... tinham, não [...] tem, esse dom da cura, de fazer o remédio. E o Deus, ele não muda, né? Do branco pro negro. Nós só temos um Deus, só que nós temos a nossa forma de referenciar o nosso Deus que é o mesmo Deus de todo mundo. E aí as pessoas precisam conhecer isso pra depois elas se posicionarem sobre isso. Entendeu? Amo a nossa cultura. Amo ser quilombola. [...] O quilombo é diferente do território. O território é o espaço geográfico, o quilombo é a sede. No território existem 3 comunidades, fora a dela. O território é o lugar onde eles transitam”.

O quilombo onde Antônia vive é composto por 86 famílias, cerca de 350 pessoas. Vivem da agricultura familiar. Conta que a sua infância foi em meio ao ambiente de agricultura, desde os 7 anos com os seus pais. Em termos religiosos, se definem enquanto católicos e evangélicos. Segundo ela, o diferencial do Quilombo Cariongo é o fato de só morarem familiares.

Sandra Benites, com sua trajetória acadêmica, ressalta a importância de estar nos locais de produção de saber para, de certa forma, desconstruir algumas questões e estabelecer outras. Isso precisa ser levado a cabo com muito ânimo, pois é muito fácil se sentir desmotivado. Ela nos fala sobre sua trajetória na universidade e sobre sua atuação profissional:

Em 2000, mudou-se para o Espírito Santo onde morou até 2016. Em 2016, mudou-se para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado. “Viciou-se” na academia e, atualmente, cursa o doutorado. Acredita que esse vício se deve ao fato de que é necessário desconstruir algumas questões, e isso é fundamental para ela estar ali hoje. Apesar de muitas críticas a esse espaço, Sandra Benites acredita ser necessário estar nele para desconstruir algumas questões. Ela já começa tarde na vida acadêmica, mas foi um momento importante de amadurecimento e escuta: - “A questão do aprendizado para o negro, para o indígena é pautado na oralidade, que está sempre em formação, o aprendizado é sempre contínuo”.

Para ela, a licenciatura foi muito importante porque contou com a presença de indígenas de diversas gerações, dos mais novos aos mais

velhos. Ressalta ter sido muito importante poder trazer para a esfera acadêmica o seu lado de mãe e indígena. Foi nesse momento que percebeu a importância dela mesma falar por si e pelos indígenas partindo de sua realidade. A linha de estudo na graduação se dá em torno desse “olhar distorcido sobre as comunidades tradicionais, indígenas e guaranis”. No entanto, a sua relação com a Universidade é um tanto controversa pois ela não se vê representada enquanto mulher indígena nesse espaço: - “Você não vê uma mulher que sangra, uma mulher que pare, uma mulher grávida, uma mãe [...] Como sendo mãe, como nos veríamos nesse espaço que deveria

respeitar as mães. [...] Não me vejo nesses espaços, é como se não estivesse ali. Porque geralmente o sistema propõe um enquadramento e quando começa-se a resistir, e os que estão resistindo são pessoas que não tem uma visão branca hegemônica, ou você enfrenta ou você cansa e desiste. Nós que viemos dessa luta pra enfrentar esses espaços, não é fácil e tem que ter muita sabedoria. Por isso não podemos nos silenciar, se você

não cabe a esse lugar aí que se deve questionar as barreiras pra não estarmos nesses espaços”.

Sobre a educação e atuação profissional, Sandra Benites nos diz [...] “A comunidade sempre tem sua educação própria”. Relata as problemáticas da educação formal, se impondo sempre superiores e de cima pra baixo, apesar de os indígenas terem asseguradas condições específicas em seu processo formativo. Embora tenha a lei que garanta que a Educação indígena tem que ser bilíngue, diferenciada, específica, comunitária: - “quando os indígenas precisam sair da aldeia esse ensino não é respeitado”; no

ensino superior, por exemplo. Na sua atuação profissional enfrentou alguns impasses. Na menarca das meninas guaranis existe um ritual de reclusão: - “As escolas não entendem esse ritual como uma prática formativa e, por isso, quando essas meninas estão reclusas por conta do ritual, num período menstrual, a escola não respeita esse sistema de educação indígena”; impondo atividades escolares: - “Aquilo que é importante para os Ribeirinhos, Quilombolas, guaranis, indígena não é validado como educação. Daí o processo do racismo”.

Barreiras enfrentadas, ensinamentos e aprendizados ancestrais da Mestra jongueira Dona Noinha:

- “O que eu sofri de barreira foi muito, porque na minha região têm muitas pessoas evangélicas, isso não quer dizer nada. Mas outras que têm uma visão só, que olha só pra um lado e não quer conhecer, discrimina, tem preconceito. O jongo pra eles é a Macumba, pra eles eu sou feiticeira, macumbeira. A Macumba é um instrumento, não tem nada a ver, mas pra eles quem toca um instrumento é macumbeira. Macumba não é religião, então ser jongueira era pejorativo, era discriminado. Através de muitas lutas hoje eles me respeitam”. Ela conta que fazia 3 dias de festas em homenagem a Zumbi dos Palmares e certa vez uma kombi passou na madrugada e arrancou tudo o que eles tinham enfeitado: - “A mãe, os mais velhos nos ensinaram a respeitar a nossa cultura, aos nossos mais velhos e também aos mais novos, quando a gente respeita os mais novos eles vão crescer pessoas boas”.

- “Quando entramos na roda de jongo devemos reverência ao tambor. Cada lugar tem sua toada diferente, cada região tem sua forma de dançar e tirar o outro da roda. Difere-se de grupo para grupo [...] A cultura de jongo tradicional, no jongo

de terreiro, não entra na roda sem ser convidado. Cria-se uma roda e é acompanhada por chocalhos. No jongo tradicional [...] um entra ao centro e canta 2 ou 3 pontos de jongs, e outro vem e corta e o que está dentro dá o lugar. Em muitas regiões se dança em forma de umbigada. Tem dois ritmos, o campista regional mais lento e o mineiro, por causa da lavoura e cana-de-açúcar teve a migração e trouxeram a sua contribuição. Na religiosidade afro-brasileira temos o ritmo, a falange dos mineiros que é de Umbanda, o ritmo mineiro tem um ritmo mais rápido”. Apesar de em sua região na época a capoeira não ser muito conhecida, ela acredita que o avô dela era capoeirista. Porque os passos dele eram de capoeirista. Ela diz que a capoeira veio do jongo. Os seus avós contavam que só se podia dançar nas festas em homenagens aos santos. E enquanto eles dançavam nas senzalas treinavam-se as lutas de defesa que veio a se tornar a capoeira.

Existem os pontos de entrada, de despedidas, os da colheita. Tem os cavalos de batalha: - “Tinha um pessoal que quando chegava já tinha o primeiro jongo de entrada que era o cavalo de batalha”. Começava às 10 horas da noite e ia a noite toda. Tem as crendices que no jongo da casa do tio dela, a Nola, ela nasceu na véspera de São João e trabalhava como doméstica, mas a família vinha de todo lugar e se reunia em volta da fogueira. Tinha banana assada, milho, aipim. Eles iam trazendo coisas para compartilhar: - “Minha filha, o jongo tem esse poder! Eu posso estar cansada, eu posso estar sentindo dor! Hoje eu não danço mais por causa dos problemas da coluna, a idade vai chegando e vai piorando e hoje eu não tenho esse poder, mas canto, mas grito e tem fé, cada um tem sua fé, e eu tenho fé em tudo que é positivo. Cada um tem sua força interior e tem que usar para o bem”.

Na região de Noinha, o boneco do boi é cultuado. Em Campos, é um dos poucos lugares

que tem o boi pintadinho. Há bonecos do boi, da mãe Maria etc. Ela conta que foi bolsista por dois anos na UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, e lá fez uma pesquisa sobre o boi pintadinho e conseguiu ver a dificuldade e a luta do povo para poder colocar o boi na rua para desfilar. Ela também tirou um ponto de jongo para eles.

Antônia fala sobre o Tambor de Crioula no Quilombo Cariongo:

Temos o espaço que é a casa do Tambor de Crioula que fica no centro histórico de São Luiz que todos devem ir, nos quilombos tem as rodadas de tambor de Crioula. O tambor de crioula é uma dança, cantada por pessoas respeitadas e reverenciadas. No Maranhão, se passa de pai pra filho pra não deixar morrer. Cutivam e preservam para que não se acabe porque ele expressa o momento da escravidão como forma de esquecer a dor: - “O tambor de crioula é muito intenso, que contagia e te atrai”. Próximo a comunidade tem o Seu Vaqueiro, cantador de tambor de crioula, do Território Oiteiro dos Nogueiras, que sempre é convidado para cantar na comunidade e o pessoal da Vila Fé em Deus: - “O tambor de Crioula não é dançado só por mulheres, tem um tambor de crioula, na região de Campos de Anajatuba, que é dançado só por homens”. E na sua comunidade, tem o só de homens, tem o tambor do dia-a-dia com homens e mulheres e, tem um que é majoritariamente de mulheres.

A luta pelo território - Antônia Cariongo fala sobre as conexões do aparato do Estado com os interesses dos fazendeiros. Em seu relato,

“Só se entra na militância se tem esse espírito de luta, onde uns não podem ter tanto e outros nada, você sempre se envolve com essas situações de enfrentamento, de ameaças de morte e viver com um psicológico difícil”
(Antonia Cariongo)

Antônia falou sobre a ameaça de morte que sofreu enquanto desenvolvia atividades em sua comunidade e nas outras vizinhas:

Sobre a luta, a militância, ela nunca pensou em desistir. Ela relata que no início do ano de 2020 recebeu uma ameaça de morte diretamente de um Procurador Federal de Justiça: - “Quem está na militância passa um pouco por isso. Porque quando você busca por direito você acaba incomodando pessoas”. O movimento, o Comitê que ela coordena, surge para se organizar contra um empreendimento cheio de irregularidades que vem causando um impacto gigantesco, estrutural, psicológico na vida das pessoas, dos quilombolas, no meio ambiente. Eles se juntaram, criaram

o comitê, buscando a lei e descobriram a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT. Qualquer empreendimento que seja federal ou privado deve passar por consulta prévia, quando vai atingir territórios quilombolas. Mas esse empreendimento não tinha feito consulta, como muitos outros. Entraram na justiça, brigaram durante 3 anos e a justiça determinou o levantamento de todos os impactos e um protocolo de consulta. O DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, responsável pela obra de Duplicação da BR 135, reconheceu a necessidade de um estudo de todos os impactos, e os quilombolas, através do Comitê, farão um protocolo de como eles devem ser consultados e o PBA - Plano Básico Ambiental quilombola trabalhado dentro de alguns territórios que já foi feito pela Vale, quando fez a duplicação das rodovias. Ela relata que é uma briga constante pois essa empresa só destrói o meio ambiente e deixa as pessoas doentes, por causa dos minério de ferro - que ela trafega dentro desses

territórios, os peixes dos igarapés estão sumindo, contaminados pelo minério.

Antônia contou que através dos estudos desenvolvidos pela professora Raimunda Soares, que integra o NEAB, a comunidade foi certificada pela Fundação Palmares: - “Há 12 anos a comunidade vinha passando por um conflito muito grande com um fazendeiro da região, que levava a polícia até as comunidades, ameaçava com armas, entrava dentro das casas, todo tipo de violação de direitos era provocada dentro da comunidade”.

Mesmo depois de documentado, ainda tiveram a presença desses fazendeiros duas ou três vezes. Eles descobriram que o procurador responsável pelo DNIT era o fazendeiro. Sobre as ameaças à sua vida, Antônia conta que: - “Os caras vieram numa moto e fizeram a curva na moto”! Relata o choque, com a situação. Em conversa com a assessoria jurídica que auxiliava os quilombolas, sugeriram que ela deveria sair do Maranhão, porém, ela decidiu não sair de casa, do quilombo, e que não vai deixar de visitar a comunidade. Hoje ela evita sair de casa à noite, não anda mais sozinha, busca estratégias de proteção como mudar caminhos e horários para sair de casa e reivindicar a proteção do Estado para que ela continue fazendo o seu trabalho. Ela relata o quanto a sua família lhe pediu para sair do movimento, mas que só sai quando Deus lhe tirar dessa terra. Faz acompanhamento psicológico através de uma ONG. Hoje ela está mais tranquila, mas sabe do perigo que “esses caras representam pra ela” em função da briga dela com o prefeito pelo descaso com as comunidades e as denúncias ao Pinistério público: - “A maioria dos quilombos não é certificada pela Fundação Palmares porque não tem quem faça o histórico, uma série de violação de direitos. O INCRA tem um trabalho que é fazer os estudos, mas infelizmente não fazem.

Não veem o serviço dentro das comunidades com os Repasses do Estado a esses órgãos”. Relata que o irmão dela precisa de um tratamento de hemodiálise, 9 pacientes vão pra essa luta, o ônibus além de ser precário, era o mesmo usado em festas, velórios: - “Tem famílias passando fome, não tem escola, não tem transporte pra levar essas crianças pra escola, não tem chinelo, não tem vestimentas. Só se entra na militância se tem esse espírito de luta, onde uns não podem ter tanto e outros nada, você sempre se envolve com essas situações de enfrentamento, de ameaças de morte e viver com um psicológico difícil”.

Dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas:

Sandra relata que: - “para os indígenas não é diferente, as lideranças também estão a mercê de levar tiros e serem mortos [...] Os acadêmicos hoje fazem essa ponte para denunciar e compartilhar”. Ela relata que todas as vezes que compartilha as crueldades com os povos no Whatsapp, nos grupos de professores e militantes, não se manifestam, e: - “é nesse nível que se sabe quem realmente quem está do nosso lado verdadeiramente”. Ela fala da importância de ao menos compartilhar pois eles estão lá colocando a cara, que esses fazendeiros não têm piedade.

Ela relata a importância de resistir, mas não romantizar todas essas vivências, porque: - “parece que temos que morrer para ser lembrado”. Ela sempre morou na aldeia e, na gravidez, foi chamada para fazer ações comunitárias no município de Aracruz, em Aldeia Boa Esperança, no Espírito Santo. Ela aceitou, mas dizem que ela não pode por estar grávida: - “O sistema exclui as mulheres, as mulheres grávidas”. Na aldeia ela não teve problemas, as lideranças permitem que ela trabalhe com seu filho, mas fora já enfrentou vários problemas: - “Aonde que está o nosso lugar, esse direito nosso enquanto mulher?” Ela se emociona quando a Dona Noinha fala sobre o preconceito

com o jongo, sobre a macumba: - “Isso é tudo para nos vulnerabilizar enquanto ser diferente, e nos negar a garantia. Numa perspectiva hegemônica branca, o que o outro faz é feio, é ruim ou coisa não importante, tudo para nos enfraquecer e ter domínio sobre nós”. Recorda-se dos avôs e avós e se emociona: - Elas falavam que eles morrem felizes cantando”. E ainda falaram: - “Eu posso morrer, fazendeiro pode chegar e atirar em mim, ou me matar ou fazer qualquer coisa comigo, mas eu vou morrer feliz cantando?” Quer dizer, a crença é uma outra maneira de resistir e encarar essa situação de violência que acontece com eles. Por isso que ela considera, o jongo, o tambor, a dança, o canto, muito importante pra nós todos.

Uma vez perguntaram o que era educação de qualidade. Ela relata que briga com o sistema porque a escola não garante esse lugar para eles, porque se a escola busca fortalecer a sociedade, ela precisa sair desse conforto, desse pensamento branco, hegemônico pra chegar até eles: - “Parabéns pra todos nós que estamos resistindo. A gente precisa reverberar isso, os jovens, nessa escola que faz uma lavagem cerebral nele. Ainda bem que ainda existe a Dona Noinha, a Maria Antônia, essa força, várias outras mulheres, pra resistir e resgatar a nossa juventude pra fazer reverberar a nossa verdade, não reverberar que o jongo é macumba, que isso e aquilo é ruim. Essa força, isso é a nossa força, isso é o nosso espírito, isso é o nosso corpo, isso é o nosso território. Que é o nosso canto, a nossa alegria, a nossa tristeza. Minha vó dizia que o canto é pra a gente, é pra nós, pra a gente que acredita nesse canto. É porque esse canto que canta quando a gente está feliz, quando está triste, esse é o nosso canto, isso que é nossa educação de qualidade, essa que é a nossa vida. Estamos aqui neste espaço pra incomodar mesmo. Como dizia uma liderança indígena: eu prefiro morrer lutando, do que morrer covarde tentando eliminar o outro. É por isso que estamos aí, precisamos recuperar nossa força,

que nós estamos aí nesses espaços, através do nosso canto, do nosso jongo”. Ela relata que o filho passou na faculdade, mas depois se sente incompetente por não saber cálculos, física e diz que se talvez tivesse estudado em uma escola particular conseguiria. Ela explica pra ele que: - “nós enquanto indígenas somos guerreiros por enfrentar isso”. Hoje ele liga pra ela e diz que ela é muito guerreira: - “Nós precisamos buscar nossas forças pra deixar nosso legado, e não deixar essas cabeças brancas fazer uma lavagem na cabeça deles. A academia é mais um espaço que a gente precisa desconstruir”.

Acreditamos que, ao encerrar o encontro, podemos perceber que existe muito valor em deixar um legado. Poder ouvir essas histórias de resistência que servem, também, para nos dar força é um privilégio. A nossa luta é a mesma, indígenas e negros. Para finalizar, decidimos fazer como iniciamos e solicitamos à Dona Noinha que cantasse outro jongo, se não estivesse cansada: - “Cansada? O jongo tem esse poder.” Canto, grito e tenho fé, ao que cantou um jongo em homenagem à Marielle:

**Extra! Extra!
Assim dizia o jornal.
Silenciaram uma ativista, uma grande
idealista
que dizia para o povo que se sente
escravizado
Através da educação
ele vai ser libertado!
Salve Marielle!**

O encontro foi forte e inspirador. Ressaltamos a importância de ouvir histórias de luta e de resistência como a das três convidadas porque, a partir delas, aprendemos e (r)existimos. Afinal, conforme disse Dona Noinha ao longo do encontro: “ninguém é sozinho no mundo!”.



Marielle Franco

PANDEMIA E A
QUESTÃO
ÉTNICO-RACIAL:
ENFRENTAMENTOS E
RESISTÊNCIAS





ARTIGO

CUMÉ QUE A GENTE FICA?: UMA LEITURA INTERLIGADA DA PANDEMIA E QUESTÃO RACIAL¹

Joana da Silva Moreira | Rebeca Ribeiro da Silva | Tarcísio Conceição Oliveira

Faz três meses que essa pandemia insiste em ficar entre nós e *já tá* levando muita gente embora. No começo nós pensamos que seriam apenas 15 dias, o que já parecia terrível, mas agora estamos aqui a muito mais tempo do que esperávamos, sem previsão de quando a vida vai voltar ao normal. Na verdade, *pra mim* ela nunca foi normal. Sempre tive a sensação de que precisava trabalhar muito mais, estudar muito mais, me esforçar e fazer tudo além da conta para conseguir muito menos.

Agora as coisas só parecem piorar: *pra mim* e para quem está perto de mim. Não me sinto bem. Todo esse tempo sem poder sair de casa só cuidando dos filhos, da própria casa, da saúde da mamãe que também não vai bem e sem receber nenhum salário, tem me trazido uns pensamentos ruins, uma tristeza profunda. Precisava pensar em alguma solução para isso, porque eu não posso adoecer.

Semana passada fui ao médico, contei como estava me sentindo. Ele me encaminhou para um psicólogo, mas a fila está grande. Parece que tem outras pessoas sofrendo do mesmo mal que o meu. Enquanto não chegasse minha vez, precisaria encontrar outra solução. Foi aí que lembrei de Carolina Maria de Jesus — minha filha mais velha tinha me contado um pouco sobre ela. Uma mulher negra, que veio da favela e registrava sua vida em diários e depois se tornou uma grande escritora. Fiquei admirada quando ouvi falar, quero até ler o livro dela, mas por agora não posso comprar, então resolvi me inspirar.

Acho que não vou conseguir escrever sobre tudo que acontece todo dia, mas vou contar um pouco da minha vida nesses dias de pandemia. Vai ser uma forma de desabafar e já me pareço com ela mesmo, com a Carolina: sou pobre, preta, favelada, mãe e tenho amor pelos livros. Além disso, escrever sobre tudo que foi registrado ao longo desse texto me lembrou um trecho muito especial do livro de outra escritora negra que descobri durante essa pandemia, o nome dela é Conceição Evaristo e o livro se chama *Olhos D'água*, que diz o seguinte: “escrever é uma maneira de sangrar. Acrescento: e de muito sangrar, muito e muito...”. Então vamos lá.

Eu lembro exatamente como tudo começou. Em janeiro a gente já ouvia falar algumas coisas desse novo vírus que *tava* afetando uma cidade na China e depois o país. Achei que não chegaria até aqui e que logo descobririam a cura, não sei, mas é que a China parece tão distante. Em fevereiro a gente via esse vírus se espalhando pelos países do mundo, mas mesmo assim eu acreditava que iam conseguir controlar.

¹ Lélia González (1980), no artigo de nome “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*”, apresenta um panorama da situação da população negra, especialmente da mulher negra, problematizando a sua (não) inserção naquele contexto histórico particular, originado do processo de colonização e escravização, e que permanece em nossa sociedade. Ao utilizarmos esta pergunta como título, pretendemos afirmar que as situações que recaem para a população negra, nos dias atuais e, com o agravamento da pandemia da covid-19, se (re)atualizaram, mas não perderam a sua base de sustentação e manutenção, recaindo de forma mais intensa para a mulher negra. Além disso, utilizamos do *pretuguês* na nossa escrita na intenção de rompermos com uma linguagem acadêmica, uma linguagem que não cumpre o seu papel social de ser entendível a toda e qualquer pessoa e de tornar o conhecimento produzido nas universidades, mas não somente, de acesso a todos.

Enquanto isso, aqui no Brasil, tudo era confete, serpentina e pelas ruas das cidades muita alegria. Afinal, era carnaval. Lembro das ruas do Rio de Janeiro lotadas, pessoas de todos os cantos do mundo, confete, serpentina e muita purpurina. Eu acho que nosso espírito carnavalesco nos impediu de ver que esse vírus poderia nos atingir também. E fomos curtindo enquanto podíamos, até que o vírus foi se espalhando... e chegou aqui.

No final desse mês veio uma madame que *tava* viajando em outro país e trouxe a tal covid *pra cá*. Já tinham avisado para ficar em casa, fazer isolamento, quarentena e todas essas medidas de prevenção. Mas aqui na favela a gente sabia que se não fôssemos lutar pelo nosso, o patrão também não ia pagar. Meu marido nunca pôde deixar de ir trabalhar e eu só deixei porque fiquei desempregada. A gente não podia parar de trabalhar, os patrões mandavam embora.

E tinha a questão da dificuldade da água por aqui, não dava para ficar o tempo todo lavando a mão, as roupas e as máscaras. [Uns meninos se juntaram para colocar uns pontos de água pela favela](#), que aí os comerciantes encham e a gente pode lavar a mão sempre que passar. Achei a iniciativa legal, mas não seria necessário se o governo lembrasse que a gente existe. Pra completar, o médico do postinho disse que a prevenção desse vírus é lavar tudo com água e sabão. [Isso parece bem simples, mas não onde moro. Fiquei com vergonha de falar pro doutor que não é sempre que podemos contar com água da prefeitura... E o pior, corre o risco de acabar...](#) Se acabar a água tem que comprar, mas vamos comprar com que dinheiro? E num é que a água acabou? Olha, se não fosse a ajuda da associação de moradores, não sei o que seria de nós.

² Quando dizemos que este sangramento não estancou, é porque cruzamos informações do [perfil predominante das pessoas que utilizam as políticas sociais públicas, por exemplo o Sistema Único de Saúde \(SUS\)](#) em relação ao número de mortes pela covid-19, [que são reflexos e expressões desse perfil predominante](#). Nesse (inter)cruzamento de informações e dados, as contribuições de Abdias do Nascimento (2016) no livro “*O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*” se tornam mais importantes do que nunca, uma vez que entendemos esse genocídio como um projeto contínuo, legitimado pelo Estado, por meio de medidas “[...] (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo” (p. 10) e a “recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos” (p. 10) e, intensificado nesse contexto de pandemia mundial.

Tivemos muita ajuda de vizinhos, era doação de água e também de comida. E assim, vamos sobrevivendo.

Foi nessa que a tal madame transmitiu covid para a empregada dela: Cleonice. Mesmo nome que o meu, preta como eu, pobre e doméstica. [O primeiro caso letal desse vírus aqui no Estado do Rio de Janeiro](#). Senti a partida de Cleonice como se ela fosse uma grande amiga minha ou uma parente muito próxima. Porque ela realmente poderia ter sido, poderia ter sido eu inclusive.

Agora me diz, custava a madame dispensar Cleonice e continuar pagando seu salário *pra* ela se prevenir em casa? Para o bolso da madame não custava nada, mas infelizmente para Cleonice custou sua vida.

[Nós domésticas não tivemos o direito de ficar em casa, recebendo nossos salários como outros trabalhadores](#). O que aconteceu foi que algumas tiveram que trabalhar e outras ficaram desempregadas como eu.

Sabia que esse vírus matava, mas percebi que ia matar muito mais os nossos. Aquele sangrar, que eu citei antes, é algo que o nosso corpo, o corpo negro, sofre desde que o Brasil é Brasil, desde a escravidão de indígenas e africanos. É um sangramento que não é de hoje, não começou com essa pandemia, mas sem dúvidas aumentou nela. Não estancou.²

Pelo menos estamos recebendo o [auxílio emergencial no valor de R\\$600,00](#). Não é muito, porque são 6 bocas aqui em casa e a comida está cara também, fora que tem o aluguel e a luz, mas já é um apoio. Fico pensando na possibilidade desse valor diminuir, das coisas aumentarem ou até mesmo as duas situações. Seria algo muito preocupante. [Em momentos assim, eu logo para](#)

“Sabia que esse vírus matava, mas percebi que ia matar muito mais os nossos.”

[de pensar nisso, ainda mais quando lembro que algumas pessoas voltaram a usar fogão a lenha em casa por conta da pandemia, principalmente por causa do preço do gás. Mamãe vive falando de casos, aqui nas redondezas, de pessoas que sofreram queimaduras por conta disso.](#)

Estou muito preocupada com a educação das filhas. A mais nova estava aprendendo a ler e escrever, a do meio *tá* terminando o nono ano e a mais velha, *já tá* quase terminando o ensino médio e tem o sonho de ser jornalista. A gente não pode pagar faculdade e nem cursinho, mas fiquei muito feliz quando ela conseguiu a vaga em um pré-vestibular social, mesmo com as aulas sendo na forma online. Aqui em casa não tem internet para as três estudarem e muito menos um celular bom. Falei com ela para ir na casa da vizinha por enquanto, a Sandra é muito gente boa e sempre ajuda com o que a gente precisa.

Está sendo muito difícil ver tudo isso acontecer, muitas pessoas estão morrendo e o presidente não faz absolutamente nada. Pelo contrário, o nosso representante diante dessas mortes disse que *não é covreiro!* Veja que contradição! É triste lembrar que nesse dia já registramos 2.575 mortes e mais de 40 mil casos confirmados de pessoas contaminadas pelo coronavírus. Se ao menos tivéssemos um governante que agisse em prol do povo e se preocupasse em vacinar a população como forma de imunização. Mas estamos sem perspectiva... e pelo visto também estamos sem presidente! É muito descaso com a gente!

Já se passaram 5 meses desde que a pandemia começou e por aqui as coisas não melhoraram. [Tô preocupada porque sempre estão falando sobre o quanto o auxílio é uma despesa muito grande pro governo. Tenho medo deles tirarem o que é nosso por direito](#), mas não posso nem pensar nisso agora, tem acontecido outras coisas por aqui.

Já faz uns dias que vinha escutando uns choros e gritos da Patrícia. A Sandra disse que é o marido que *tava* batendo nela. Eu nunca fui com a cara daquele sujeito, mas agora parece que ficou pior. [Ontem ela apareceu aqui na porta de casa chorando e pedindo ajuda, disse que ele estava muito agressivo e ela não sabia mais o que](#)

[fazer. A coitada estava toda roxa.](#) Sandra e eu falamos que ela podia ir na delegacia, que podia dormir aqui em casa e no dia seguinte procurávamos aquele centro que atende às mulheres vítimas de violência. Hoje ela e Sandra foram lá, não pude ir porque não tinha ninguém para olhar as meninas e nem para cuidar de mamãe. Sandra voltou sozinha, disse que Patrícia tinha ficado na casa de um parente até as coisas acalmarem, que agora ela teria uma medida protetiva e o Lúcio não ia poder chegar nem perto dela. Fomos na casa dela pegar as coisas e amanhã eu levo, enquanto Sandra olha o pessoal aqui de casa pra mim. Sandra me disse que ouviu a assistente social dizer que durante a pandemia, os casos de violência doméstica contra as mulheres aumentaram muito. Não consegui dormir pensando na Patrícia e nas outras mulheres que estavam sendo agredidas pelos maridos e companheiros dentro de casa, no lugar onde deveriam se sentir mais seguras e por quem deveria oferecer paz.³

Fico preocupada de ter que sair de casa, mas não podia deixar de ajudar a Patrícia. Mas a verdade é que parece que mesmo com a pandemia, de uma forma ou de outra, forcem a gente a sair de casa para garantir a nossa sobrevivência ou de quem está por perto. [Esse mês várias pessoas foram para as ruas nas manifestações do “Vidas Negras Importam”.](#) [Começou lá nos Estados Unidos, quando a polícia assassinou o George Floyd sufocado em plena luz do dia.](#) Ele dizia que não conseguia respirar, e acho que muitos de nós sentimos um pouco isso todos os dias. Talvez por isso esses protestos tenham se espalhado, todo mundo já estava exausto. Aqui no Brasil, as coisas já não caminhavam bem. Não caminham bem desde 1500, se for pra dizer a verdade.

Quando as pessoas falam sobre o “novo normal” eu fico com muita raiva, porque antes da pandemia as coisas já não estavam tão normais assim. A gente ter que se matar de trabalhar, para ter o mínimo, não é normal. Parece que o valor e o lucro importam mais do que as próprias pessoas, do que as próprias vidas. Como se não bastasse essa exaustão coletiva que a gente tá passando, nos dias de hoje ainda vemos notícias de [pessoas em situações análogas a escravidão](#). E ainda disseram que aboliram a escravidão! Ora, diante de nossa situação, o que houve foi uma falsa abolição. Olhe como estamos!?

Mas esse ano está sendo especialmente triste. Além de crescerem o número de mortes pela covid, não deixaram de nos matar pela cor da nossa pele. [Primeiro foi o João Pedro](#). Um menino bonito, novo, cheio de sonhos, tinha a mesma idade da minha filha do meio, 14 anos. Foi morto pela polícia dentro de casa em uma operação. [Também teve o Miguel Otávio](#), uma outra criança linda, com tanto futuro pela frente... Tinha só 5 anos, quando a patroa da mãe dele não o olhou com carinho suficiente, deixou que saísse sozinho pelos elevadores, o que resultou na queda do menino do nono andar do prédio. Miguel poderia ter sido amigo da minha filha mais nova, poderia ter sido meu filho, meu sobrinho. Sinto como se fosse a dor da mãe dele, um pouco minha também. Mirtes, mãe de Miguel, era doméstica, assim como eu.

É tanta coisa que está acontecendo... e meu coração de mãe volta a sangrar. [No fim do ano, “sumiram” três meninos negros na cidade de Belford Roxo](#), o mais novo tinha 9 anos. Enquanto mãe, meu coração fica partido. Enquanto ser humano, fico revoltada com a falta de respostas e com o descaso.

Casos assim me deixam com uma mistura de sentimentos. Esse coletivo forte que somos, enquanto população negra, se entristece toda vez que vidas são interrompidas e atravessadas de maneira tão violenta. O luto é coletivo, é ancestral, mesmo sabendo que não nos resumimos a apenas isto. Por isso quando aqueles jovens foram para rua gritar que nossas vidas importam, eu achei justo, achei necessário e senti uma ponta de esperança. Achei importante denunciar o *racismo estrutural*⁴ e reviver o Quilombo de Palmares, que durante uma conversa pós ato, com alguns integrantes de Movimentos Negros, fiquei sabendo que foi o primeiro Estado Livre das Américas e chamado até de República de Palmares, pela sua estrutura política, social e econômica. Vamos aquilombar o nosso povo! E, ao falar do nosso povo, não quero perder de vista que somos muitos e diversos, seja pela cor da pele e a

sua tonalidade, gênero, orientação sexual, condição física e muitas outras questões que compõem e marcam o nosso corpo.

Dizem que a gente se acostuma com tudo na vida. Ainda não consegui me acostumar com isso. A morte fazendo parte da minha rotina, rondando minha vida e das pessoas que eu amo, me atormenta e assombra. Mês passado aconteceu o que eu mais temia, perdi uma pessoa querida para a covid. Meu primo Helson tinha só 40 anos. Ele também nunca pôde ficar em casa, estava trabalhando como entregador de aplicativo. Pegou a covid

e todo mundo na casa dele também ficou doente, mas só ele faleceu. Foi um baque aqui em casa, eu e mamãe ficamos desoladas. Tenho muita preocupação com a saúde dela, porque tem o risco de pegar a covid e ainda tem o emocional que fica abalado com essas notícias. Tenho muitas lembranças do meu primo, crescemos juntos, quase como irmãos, o nosso Natal sempre foi junto, mesmo nas vezes que não tinha ceia. Esse ano não sei como vai ser passar essa data

sem ele. Ele vai estar sempre presente na minha vida. Mas fico pensando na família dele, nos filhos e na esposa. Ele se manteve trabalhando porque precisava e agora eles não têm mais o pai, a Carla não tem mais o marido. Ele era entregador de aplicativo, não tinha carteira assinada então ninguém vai receber pensão.

[Quando os entregadores fizeram paralisação há uns meses, chamaram de “Breque do Apps”](#), meu marido criticou. Disse que enquanto estavam parados poderiam trabalhar e ganhar mais dinheiro. A gente teve uma briga feia aqui em casa por causa disso. Onde já se viu? Essas pessoas trabalham todos os dias, rodam a cidade inteira e não tem direito a uma água, não tem direito a nada.

³ O aumento significativo do feminicídio durante a pandemia da covid-19 é um ponto fundamental de registrarmos e pautarmos, tanto que em consequência destas manifestações, que perpassam pelo machismo, sexismo e racismo, sustentado por essa estrutura patriarcal, foi sancionada a [Lei nº 14.022 de 7 de Julho de 2020](#), que dispõe sobre medidas de enfrentamento a violência doméstica e familiar durante a pandemia.

⁴ Para maiores aprofundamentos sobre este debate, ver: ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

Parecem escravos modernos. E ainda tem quem critique, nem se eu quisesse poderia fazer isso. Agora que eu vi meu primo ser levado por esse vírus, tenho mais certeza de que eles estavam certos. Se ao menos ele tivesse algum direito, a família dele não ia passar necessidade hoje.

Já estamos em 2021 e a situação não está nada bem. Tem momentos que parecem repetitivos, mas o tanto de injustiças que estamos vendo acontecer bem debaixo do nosso nariz é impressionante. Dói demais ver que algumas lutas já nascem marcadas em nossa pele, seja por causa do lugar de onde nascemos e viemos ou até mesmo pela cor dela. [A Chacina do Jacarezinho](#) mostrou uma face muito dolorosa desse sangramento. É algo que eu nunca vou esquecer. Fico pensando nos familiares que presenciaram todo aquele horror e banho de sangue. As mãos desse Estado é coberta de sangue!

Em alguns casos, nem mesmo esse direito de continuidade, de se preparar *pra* esse mundão é atingido em sua completude, [como foi o caso da jovem grávida que teve sua vida interrompida por uma bala em Lins de Vasconcelos, no Rio de Janeiro](#). A bala perdida sempre encontra um corpo negro! Quando comecei esses escritos no ano passado falava disso e, um ano depois, continuamos sofrendo as mesmas violências. Perdemos duas vidas, uma que foi interrompida ainda no ventre da mãe, cheia de sonhos. Isso me fere a alma. Penso que o Emicida tinha razão quando dizia que [“existe pela alva e pele alva”](#). Mas confesso que ainda quero sonhar com um país que não ameça a cor da minha pele, porque assim saberei que os meus filhos poderão ser livres para existir no mundo.

Por falar na possibilidade de existir nesse mundo, penso também que para isso precisamos de oportunidades. No nosso caso, as boas ainda são bem poucas. Estava conversando com a vizinha, ela falou que seu filho Juninho ficou desempregado e começou a trabalhar como motorista de aplicativo. Ele disse que o litro da gasolina está quase 7 reais e é muito caro comparado há uns anos atrás... Tô vendo que com esse governo a gente tá ficando mais prejudicado, isso sim.

Ainda não falei, né? As coisas ficaram mais complicadas depois que o governo reduziu o valor do auxílio emergencial para R\$250,00. O que já era pouco, ficou pior. Reduziram o valor do nosso auxílio. Não pensam em nos dar emprego ou outro benefício, mas os preços dos alimentos sobem a um ritmo absurdo. Muita gente não têm dado conta de pagar o aluguel e comer, porque com esse dinheiro que o governo dá você não faz muita coisa. Aqui na vizinhança eu já vi umas duas famílias deixando suas casas. A família da Neide disse que ia voltar para o Espírito Santo, ver se os parentes de lá ajudavam. Já a família do João disse que não sabia o que fazer, mas o proprietário mandou embora. A esposa e os filhos conseguiram voltar *pra* casa da mãe dela, mas o João, coitado, ficou aqui pra ver se conseguia emprego, mas acabou ficando em situação de rua. Isso foi o que alguns vizinhos comentaram, que viu ele nas ruas do centro, mas quando foram falar com ele, o João saiu correndo. [As pessoas nessa situação aumentaram muito durante essa pandemia](#). O João foi somente uma, de milhares.

Se pudesse abrigaria todos aqui em casa, mas mal dá pra gente. Por aqui a gente está se virando como pode, né? Vendendo o almoço pra comer a janta. E por falar em almoço... comecei a fazer umas quentinhas pra vender, pra complementar a renda em casa.

Esses dias estava vendo um programa na televisão e o moço disse que isso era empreendedorismo e que bom mesmo era ter nosso próprio negócio. Ele disse que ia dar boas dicas de como fazer essa coisa de ser o próprio patrão funcionar. Acho que ele estava enganado. Não *dá pra* chamar essa luta pela sobrevivência que a gente trava aqui todos os dias, com as únicas ferramentas que temos, de “empreendedorismo” ou de “ser o próprio chefe”. Rezo para poder ter a carteira assinada outra vez, rezo para que minhas filhas consigam estudar mais do que eu pude, para nunca serem forçadas a fazer esse tal de empreendedorismo que nem eu.

Escrevo *pra* aliviar minhas dores. Penso em como tudo poderia ter sido diferente. Se o nosso presidente acreditasse na ciência, defendesse o SUS e não fosse anti-vacina. *O cara* ainda enganou as pessoas, vendendo o discurso de que nossa salvação seria o [kit covid](#) ,

contendo hidroxocloroquina e ivermectina. ELE NÃO levou nada disso a sério! ELE NUNCA nos protegeu! Se ao menos desde o início, tivéssemos vacinas, as coisas teriam sido um pouco diferentes.

Já é setembro... e mesmo diante tanta tristeza, agradeço por ainda respirar e pela minha família estar aqui comigo. A mamãe vai tomar a 3º dose da vacina dos idosos e minhas filhas tomaram a primeira. As meninas continuam estudando em casa e usando a internet da vizinha. As aulas presenciais voltaram. Dividiram as turmas e falaram que é pra evitar o contágio. Mas preferi que as meninas estudem em casa mesmo. Tenho medo desse vírus. Eu vi que tem a [variante Delta](#) , circulando por aí. É melhor a gente continuar se cuidado, mesmo todos vacinados. Ainda não acabou!

ARTIGO

QUILOMBOS E PANDEMIAS: A LUTA QUILOMBOLA PELA VIDA É HISTÓRICA E CARECE DE NOSSA SOLIDARIEDADE

Maria Raimunda P. Soares | Susana Maia | Hayda Alves | Belisa Maria Santos da Silva

Que a pandemia decorrente da Covid-19 deixará marcas históricas e aprofundará distâncias sociais, que antes já eram intransponíveis em uma sociedade de classes, já sabemos. O que devemos nos perguntar é que legado nos deixarão as organizações populares que se mobilizam em torno da sobrevivência imediata, da solidariedade e da luta contra o genocídio negro e indígena, aprofundado por crises sócio sanitárias? Neste cenário, as universidades tanto podem contribuir com estas organizações quanto aprender com as mesmas, na perspectiva de construir diálogos e intervenções diferenciadas.

Neste sentido, os quilombolas, os assentados do MST, os pequenos produtores da agricultura familiar, os moradores de favelas e comunidades rurais e urbanas tem

5 Para maiores aprofundamentos sobre este debate, ver: MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

Atualmente, passamos dos meio milhão de mortes pela covid-19, totalizando hoje, no dia dessa escrita, 584 mil vidas silenciadas. Silenciadas por uma estrutura cheia de opressões, como o racismo, machismo, lgbtphobia e etc, além de um governo genocida, uma *necropolítica*⁵ expressa na figura do atual Presidente da República do Brasil, que decide quem pode morrer e quem pode viver, além de querer acabar com as vitórias sociais de toda uma população. Eu escrevo também *pra* jamais esquecermos do que essa pandemia nos roubou. Não podemos nos esquecer! Como disse Conceição no livro que eu falei lá no início: “eles combinaram de nos matar e a gente combinamos de não morrer”.

nos ensinado que a solidariedade de classe salva vidas e mobiliza para a luta por uma existência que nos livre de nos tornarmos números e CPF’s cancelados.

A pandemia por Covid-19, associada a uma política de morte e de destruição dos poucos direitos assegurados em lei, aprofundou a vulnerabilidade social das comunidades quilombolas no Brasil. Atualmente, segundo a Conaq (2018) existem em torno de 6.000 quilombos em todo o território nacional. Além da ameaça de perdas de vida pela pandemia – que atinge comunidades que em sua maioria já carecem de políticas públicas que dialoguem com seus modos de vida, organização e cultura – há um acirramento da violência contra os quilombolas, em especial fruto das disputas pelos seus territórios, nos

últimos anos (CONAQ; TERRA DE DIREITOS, 2018). Disputas que têm gerado violações de direitos, assassinatos, ameaças, desterritorialização e destruição da natureza e das fontes de subsistência destas comunidades.

O pouco que se avançou em termos de respostas à contaminação e mortes por Covid-19, de garantia de alimentos para a sobrevivência imediata, de acesso à vacina, deve-se, fundamentalmente, à organização dos movimentos quilombolas em articulação com outros movimentos, universidades e instituições parceiras destas comunidades. Neste sentido, as universidades têm e podem desempenhar papel importante, garantindo, sobretudo, que o aprendizado, a articulação e organização que se mobiliza, por conta da pandemia e seus efeitos socioeconômicos não se encerrem com o “fim” da pandemia, mas possa contribuir com a problematização das políticas públicas direcionadas às estas comunidades e assim, com a mobilização em torno da garantia de direitos.

Os Quilombos como territórios de resistência e luta

Os quilombos surgiram como verdadeira oposição ao escravismo (MOURA, 1993). O Escravismo se configurou como uma forma predatória, mas legalizada, de se apropriar do trabalho e da vida daqueles que eram escravizados. Foi a formação social colonial escravista que alimentou o emergente modo de produção capitalista com o trabalho, o sangue e a vida de negros/as trazidos/as forçadamente da África e dos povos originários destas terras, que passaram a então ser chamados de indígenas. As modernas sociedades capitalistas patriarcais e racistas, não só criaram o trabalho livre explorado e a escravidão moderna (QUIJANO, 2005), com suas ideologias raciais que perduram até hoje, como forjaram o terreno onde surgiram formas particulares de resistência e oposição à sua lógica destrutiva. Os quilombos se inserem nesta dinâmica de resistência.

Como nos indica Clóvis Moura (1993) sempre houve resistência por parte de negros/as escravizados/as, de diferentes formas e com diferentes impactos na sociedade colonial, estes/as nunca permitiram ser destituídos/as de suas humanidades e insurgiram contra a escravidão, se aquilombando, fugindo, participando e organizando revoltas, queimando plantações, assassinando senhores (MOURA, 1993; GOMES, 2015; SANTOS, 2015). A organização das existências destes povos em quilombos, a relação com a natureza, a forma de criar tecnologias que lhe permitissem sobreviver em terrenos íngremes e desconhecidos, a manutenção de vínculos ancestrais, a religiosidade, a prática de rituais de cura e cuidado com a saúde também se configuram em formas de resistência (SOARES, 2020).

Os quilombos, conhecidos historicamente como *territórios livres* para negros e negras escravizados/as no período colonial no Brasil, se constituíram como uma importante forma de organização social, política, cultural e espiritual do povo negro; representaram e ainda representam um modo de resistência ao genocídio e um grito de liberdade (SOARES, 2020).

A Territorialidade Quilombola se configura a partir de uma cosmovisão diferente da lógica da propriedade privada e concentração de terras, o território é compreendido como lugar onde a vida acontece (SOARES, 2020a), espaço sociocultural, político e geográfico que comporta formas de viver construídas a partir da ancestralidade, do parentesco, da sobrevivência imediata, das conexões com a natureza e com a terra, da religiosidade e da memória individual e coletiva.

As articulações através de projetos, ações desenvolvidas por universidades nestes territórios, devem considerar tanto sua história de luta e resistência, quanto a particularidade na sua forma de vida: cultura, ancestralidade, oralidade, religiosidade, memória e dinâmica produtiva, dentre outras dimensões, que para os quilombolas são indissociáveis.

A luta pelo reconhecimento sócio cultural das Comunidades Quilombolas é histórica, ela é atravessada pelo embate em torno do território e do acesso a políticas públicas. Esse embate é um dos eixos para compreendermos hoje a relação da pandemia e os quilombos

Como tem denunciado os movimentos quilombolas, está em curso uma política do atual governo que visa não só acabar com os parques direitos conquistados por estes sujeitos (como os ataques do governo à Convenção 169 da OIT, o desmonte da Fundação Cultural Palmares e do INCRA – responsável pela titularização das terras quilombolas – o desfinanciamento de políticas voltadas para os quilombolas, dentre outras medidas), como apoiar e abrir caminhos para o avanço predatório do capital sobre os territórios quilombolas, o que tem deixado um rastro de morte e destruição na vidas desta população (SOARES, 2020a).

Mas os territórios quilombolas respiram luta e resistência, e a pandemia tem sido mais um campo de enfrentamento para que tenham assegurados, acima de tudo, o direito às suas existências.

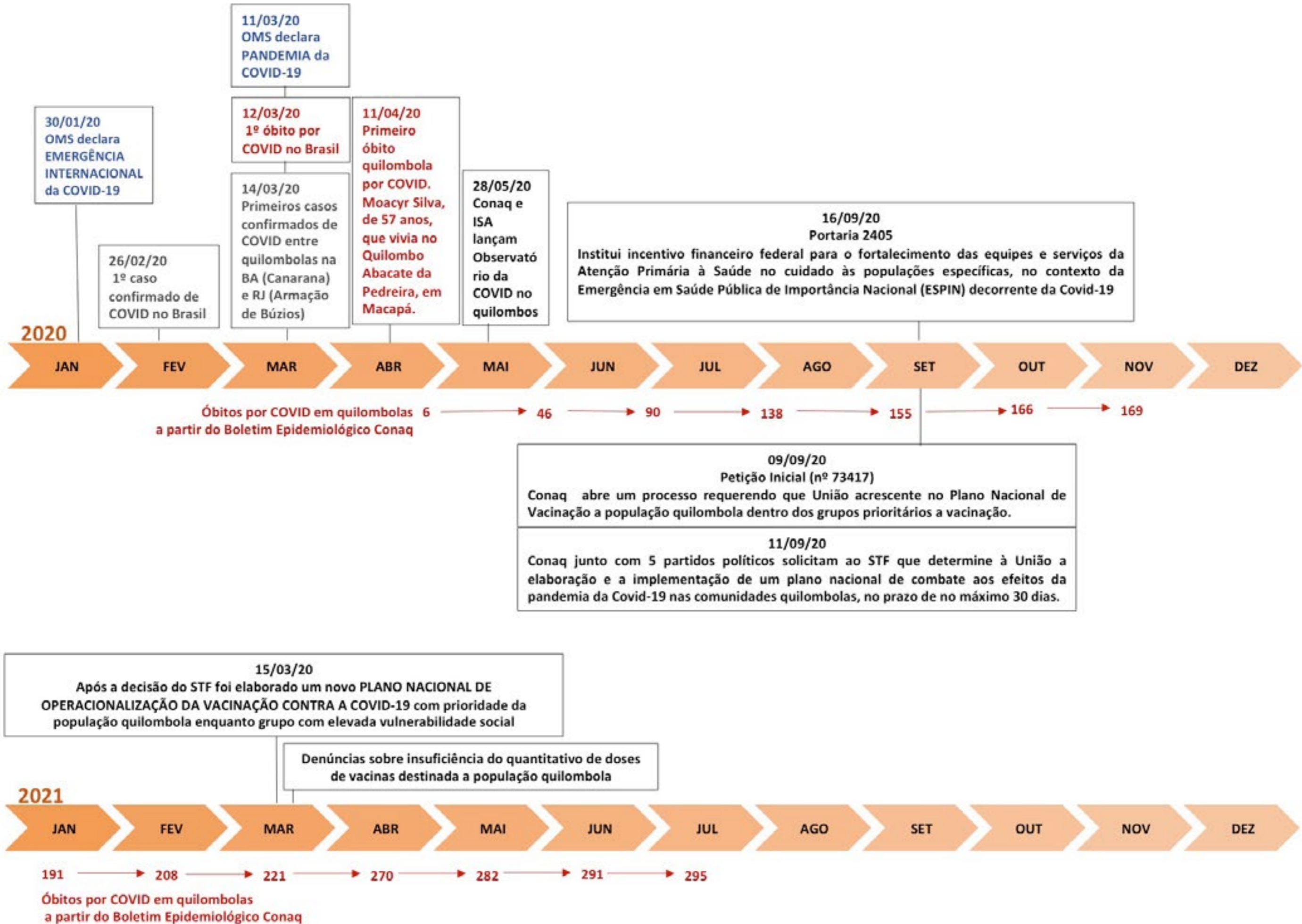
Pandemia e a luta pela vida nas comunidades quilombolas

A luta pela vida no quilombo, contra o racismo, a violência do capital (através do agronegócio, dos grandes empreendimentos – mineradoras, hidrelétricas, etc) não começa, nem terminará com a pandemia. Enquanto vivermos em uma sociedade guiada por uma política de morte que criminaliza sujeitos e territórios com existência historicamente marginalizadas, os quilombolas terão que lutar diariamente pela sua sobrevivência: para titular suas terras, para não serem invadidos por fazendeiros, assassinados em conflitos agrários, discriminados em suas existências diárias e em suas práticas culturais e religiosas. Portanto, resistência e luta, são práticas conhecidas destas comunidades.

A pandemia da COVID-19 afeta de forma mais grave a população quilombola. Essas comunidades vivenciam precariedades estruturais como falta de acesso a água, renda, conflitos e dificuldades ligados a regularização fundiária, reduzida escolarização, dificuldades para acesso e utilização de serviços de saúde entre outros fatores que dificultam a adoção de medidas de prevenção, vigilância/rastreamento e assistência à saúde frente ao SAR-Cov-2, mas também, à garantia de condições mínimas de manutenção da vida numa situação de crise social, econômica e sanitária aprofundada pela pandemia (VALENTE et al., 2021; ARRUTI, 2021).

Segundo dados do IBGE, o Brasil possui 5.972 comunidades quilombolas distribuídas em 1672 municípios brasileiros (IBGE, 2021). A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ) estima se tratar de 16 milhões de pessoas sendo 30% idosos. Importante ressaltar que a perda de uma vida quilombola significa a perda de conhecimentos, história, memória, enfim, um acúmulo de lutas e resistência que se conserva nas pessoas e se transmite, muitas vezes, apenas na oralidade.

Apesar da pressão dos movimentos sociais, as ações do governo federal (Ministério da Saúde) para priorizar as comunidades quilombolas no enfrentamento da pandemia foram pontuais, limitadas e ainda assim com dificuldades de implementação, como transferência de recursos para ações na atenção básica e a vacinação prioritária dessa comunidade, etc. A figura 1 situa aspectos importantes sobre a pandemia da COVID, a pressão da Conaq e a inércia do governo federal, restando aos movimentos sociais recorrer à judicialização para assegurar o direito à saúde das comunidades quilombolas



A mobilização dos movimentos, em especial da CONAQ, assegurou junto ao STF a vacinação prioritária aos quilombolas e explicitou o racismo que persiste em nossa sociedade em relação aos quilombos. Foram muitas as denúncias e questionamentos de segmentos locais da sociedade sobre o direito dos quilombolas (e indígenas) à vacinação prioritária. A sociedade não reconhece que estes segmentos da classe trabalhadora não só têm direito à reparação histórica relacionada aos quase 400 anos de escravidão, como são responsáveis por assegurar modos de vida que hoje são reconhecidos como essenciais para se construir um futuro sustentável no Brasil e no mundo.

No transcurso da pandemia, as comunidades quilombolas e diversos parceiros tiveram que construir estratégias próprias como o Observatório da COVID nos Quilombos [<https://quilombosemCovid19.org/>], dada a subnotificação e ausência de sistema oficiais de informação; além da produção de cartilhas a partir da parceria com Universidades e movimentos sociais para enfrentar a falta de orientações adequadas (CONAQ, 2021; CAVALCANTE, 2021; UERN, 2021).

O Observatório é uma estratégia de monitoramento autônomo frente a um quadro de subnotificação da Pandemia da COVID em territórios quilombolas. Segundo levantamentos realizados, muitas prefeituras deixam de informar quando a transmissão da doença e morte ocorrem entre a população quilombola. Essa organização autônoma foi central para o fortalecimento da luta destas comunidades pelo acesso à vacina.

Contudo, essa ainda é uma conquista a ser efetivada. Em reportagem veiculada no dia 16 de junho de 2021, a Agência Brasil (2021) informou que até o dia 11 do mês citado, “495.938 quilombolas haviam tomado uma dose da vacina de covid-19 e 40.791 tinham recebido as duas doses, segundo informações da plataforma LocalizaSUS, do Ministério da Saúde”, representando respectivamente, 43,7% e 3,6% da população quilombola acima de 18 anos. Observa-se com isso, que ainda há um

longo caminho para efetivar um direito que precisou ser judicializado pelos movimentos para ser assegurado.

Reafirmamos que, para além do acesso às vacinas e às políticas públicas, assegurar a atenção à saúde junto às comunidades quilombolas implica diálogos com as formas de resistência, produção de memória e identidade como parte da história de luta pela vida. Nesta direção, as universidades têm desenvolvido uma série de estratégias e projetos, em conjunto com a população quilombola, fortalecendo o papel social da universidade pública. Vamos conhecer e difundir essas experiências!

NOTA

A permanente tendência à invisibilidade da população negra ficou evidente na pandemia da Covid-19. O seu não-reconhecimento a partir da identificação da raça/cor de casos suspeitos, confirmados e mortes pela doença se expressou oficialmente pelo Ministério da Saúde (MS) a partir da não inclusão dessa informação na análise dos boletins epidemiológicos iniciais sobre Covid-19. O quesito raça/cor é de preenchimento obrigatório nos sistemas de informação em saúde desde a publicação da Portaria MS 344/2017, dada a importância de gerar informações epidemiológicas capazes de guiar estratégias específicas dirigidas aos grupos mais atingidos e/ou vulneráveis. Em âmbito nacional, a produção de informações sobre Covid a partir do quesito raça/cor ocorreu somente após intervenção do GT Racismo e Saúde da Coalizão Negra e da Sociedade Brasileira de Médicos de Família e Comunidade. Mesmo com a implantação de políticas públicas de enfrentamento de desigualdades raciais em saúde como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Portaria MS 992/2009), racializar as informações de saúde é um desafio persistente e aprofundado na pandemia. Apesar do quesito raça-cor constar nas fichas de notificação para Síndrome Gripal e para Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) utilizadas para análise epidemiológica da Covid-19, a incompletude dessa informação para a notificação da doença permanece quase o dobro dos dados gerados com informação completa, isso sem contar os problemas ligados à obtenção e registro de uma informação autodeclarada em um país marcado pelo racismo (SANTOS et al., 2020).

Obras consultadas

- AGÊNCIA BRASIL. *No interior do país, acesso à vacina de covid-19 mobiliza quilombolas* (Reportagem). 2021 Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-06/no-interior-do-pais-acesso-vacina-mobiliza-quilombolas>
- ARRUTI, José Maurício et al. O impacto da COVID sobre as comunidades quilombolas. AFRO: *Informativo Desigualdades raciais e Covid-19*. Disponível em <https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Informativo-6-O-impacto-da-Covid-19-sobre-as-comunidades-quilombolas.pdf>. Acesso em 30 de junho de 2021.
- CAVALCANTE, Eliane Santos. *Cartilha educativa de prevenção e orientações ao coronavírus para comunidades tradicionais quilombolas*: ampliando olhares. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Disponível em: http://escoladesaude.ufrn.br/media/uploads/2021/03/20/cartilha_educativa_comunidades-quilombolas.pdf
- CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. *Como prevenir a proliferação do coronavírus nos quilombos*. 2021. Disponível em http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/04/CARTILHA-como-prevenir-a-prolifera%C3%A7%C3%A3o-do-Coronav%C3%ADrus-nos-quilombos_altera%C3%A7%C3%B5es_ford.pdf
- CONAQ; TERRA DE DIREITOS (Org.). *Racismo e violência contra quilombos no Brasil*. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf). Acesso em: 26 jan. 2021.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e Quilombos*: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claroenigma, 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/27480-base-de-informacoes-sobre-os-povos-indigenas-e-quilombolas.html?=&t=downloads>
- MOURA, Clóvis. *Quilombos*: resistência ao escravismo. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SANTOS, Antônio Bispo. *Colonização, Quilombos*: modos e significados. Brasília: 2015.
- SANTOS, MÁRCIA PEREIRA ALVES DOS et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 34, ed. 99, p. 225-244, May- Aug 2020. DOI <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/LnkzjXxjSjFbY9LFH3WMQHv/?lang=pt>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- SOARES, Maria Raimunda Penha. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 46, p. 52-67, 2020.
- SOARES, Maria Raimunda Penha. Quilombos e lutas pelo território: organização, resistência e insurgências coletivas. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 272-298, 2020a.
- QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, E. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- UERN. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. *Projeto de extensão Direito e História*: formação política na comunidade quilombola de Arrojado. Orientações e sugestões às comunidades quilombolas do Rio Grande do Norte. 2021. <http://portal.uern.br/wp-content/uploads/2020/09/Cartilha-Proj.-Direito-e-Hist%C3%B3ria.pdf>
- VALENTE, P.A., SCHALL, B., MOREIRA, A.M.F., SOUZA, S.E., SILVA, M.A.N., SILVA, M.A.M., OLIVEIRA, R.G. Narrativas sobre a Covid-19 na vida de mulheres quilombolas do Vale do Jequitinhonha: estratégias contracolonizadoras de luta e (re)existência. In: MATTÁ, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia* [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 171-180. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978- 65-5708-032-0. <https://doi.org/10.7476/9786557080320.0014>.

Para conhecer um pouco mais...

DEALDINA, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, Selma dos Santos (Org.). *Mulheres quilombolas*: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020. p. 25-44.

FIABANI, Adelmir. *Mato, Palhoça e pilão*: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532 – 2004]. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

SOARES, Maria Raimunda Penha. Insurgências coletivas e práticas contracoloniais: encontros possíveis e necessários no diálogo de saberes entre universidades e territórios quilombolas. Artigo apresentado no *Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas. Povos, comunidades, natureza*: Insurgências frente ao extrativismo predatório. Março de 2021. No prelo.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

Projeto “Saberes Populares do Campo no Enfrentamento da Covid-19”

Luana Azevedo | Etienne Madureira | Barbara Generoso

Este relato registra a experiência de participação no projeto de pesquisa e extensão “Saberes Populares do Campo no Enfrentamento da Covid-19”, que teve como intuito planejar ações de prevenção e promoção à saúde, durante a pandemia da Covid-19 nos territórios rurais participantes, sendo esses: os Assentamentos do Movimento Sem Terra (MST) localizados em Macaé-RJ, o GT Mulheres da Agroecologia da Região dos Lagos-RJ e o Quilombo da Machadinho, localizado em Quissamã-RJ. Abordaremos, sobretudo, as ações desenvolvidas no e com o Quilombo Machadinho, posto que integramos a equipe de pesquisa voltada para este território, dentro da proposta mais ampla do projeto.

O projeto “Saberes Populares do Campo no Enfrentamento da Covid-19” tem como intuito trabalhar, de maneira conjunta as comunidades rurais, o enfrentamento da pandemia causada pelo vírus popularmente conhecido como Covid-19. É nesta direção que a professora de Enfermagem Hayda Alves escreve um projeto que propõe a utilização dos recursos de pesquisa da Universidade, para potencializar as práticas de cuidado já existentes nos territórios participantes, que tem a particularidade de serem rurais e de comunidades tradicionais. É importante destacar que apesar da pandemia se configurar como uma crise sanitária, o agravamento da pobreza e do desemprego por exemplo, também foram fatores que incidiram nessas comunidades. Entender os determinantes sociais do adoecimento foi uma chave da nossa proposta.

Nosso ingresso no projeto se deu em momentos diferentes, mas nossa inserção foi motivada, sobretudo, pelo interesse e vinculação com os objetivos, temáticas e

propostas metodológicas. O primeiro ingresso no projeto foi em meados de julho de 2020, num momento em que ainda sabíamos muito pouco sobre o vírus da Covid-19 e estávamos no ápice do isolamento social como estratégia de diminuição da transmissibilidade do vírus. Neste cenário o projeto foi contemplado pelo edital “*Chamada MCTIC/CNPq/FNDCT/MS/SCTIE/Decit No 07/2020 – Pesquisas para enfrentamento da COVID-19, suas consequências e outras síndromes respiratórias agudas graves*”, e assim iniciamos as nossas atividades de maneira remota. Os territórios foram escolhidos tendo como filtro vínculos preexistentes, entre estes e as Universidades, estabelecidos por meio dos projetos de pesquisa e extensão ativos nos campi. Em outras palavras, comunidades que já tinham uma relação de confiança com as/os pesquisadoras/es.

A equipe do projeto é bastante diversa, composta por professoras(es) pesquisadoras(es), estudantes, colaboradoras(es) e representantes das comunidades participantes, o que é uma potencialidade, mas também um desafio, principalmente porque nos propomos a trabalhar com três territórios diferentes, respeitando e acolhendo suas singularidades e particularidades culturais, étnico raciais e econômicas.

O caminho metodológico da construção de uma proposta que contemplasse os três territórios e construíssem ações que possibilitasse o diálogo entre eles deu-se a partir de trocas entre os/as pesquisadores/as que já desenvolviam projetos nos territórios. Estas trocas foram organizadas, inicialmente, em reuniões quinzenais, para que pudéssemos, todos/as, conhecer as realidades particulares das comunidades com as quais trabalhamos. Uma caracterização dos territórios foi feita nestes encontros pelas seguintes pesquisadoras: Maria Raimunda Soares (UFF) e Rute Costa (UFRI) apresentaram o Quilombo da Machadinho, Katia Marro (UFF) e Hayda Alves (UFF) apresentaram os Assentamentos, e Vanessa Schottz (UFRI) e Suenya Santos (UFF) discorreram sobre o GT Mulheres da Agroecologia. Foi o primeiro momento de intercâmbio de saberes sobre os territórios, onde

aprendemos um pouco de suas histórias, suas aspirações, seus valores, suas culturas, e suas lutas; assim fomos nos aproximando de suas experiências de vida.

Para operacionalizar as nossas ações a equipe foi dividida por território, dessa maneira nos reunimos por grupos, em momentos de formação, capacitação, além de reuniões mais gerais. Uma preocupação do projeto era propor espaços de formação, tanto para a comunidade, quanto para a equipe organizadora. Como resultado deste primeiro espaço de formação, tivemos a organização de um segundo encontro sobre plantas medicinais, tema de uma das oficinas do projeto. O encontro foi ministrado pela Oficineira do projeto, *Tadzia de Oliviz Maya*, tendo como tema “*Plantas Mediciniais, Conhecimentos Tradicionais e Agroecologia*”. O encontro contou com aproximadamente dezessete participantes, e foi um momento de efervescência de ideias, onde surgiram proposições sobre metodologias e ações a serem trabalhadas nos territórios.

Em seguida, começamos a nos movimentar para organizar as oficinas que seriam promovidas nos territórios. A primeira oficina realizada nos territórios de Machadinho e no Assentamento MST foi a de Saboaria, ministrada por Tadzia de Oliviz. A Oficina de Saboaria colabora na questão sanitária, além de ser um incentivo à auto-organização de mulheres dos territórios em torno da produção de sabão e sabonete a serem comercializados em feiras ou mesmo dentro das comunidades. Sendo assim, começamos a planejar a nossa ida ao território nos marcos de realização desta oficina. Uma das recomendações sanitárias básicas para o enfrentamento da Covid-19 é a higienização das mãos, e de partes do corpo que tenham mais contato externo, e uma das demandas da comunidade era produzir algo que, futuramente, pudesse reverter-se em renda para as mulheres da comunidade.



Paralelamente a organização da oficina, o GT de Machadinho também realizou ações de maneira remota, com o acompanhamento de Quelem Matos - Agente Local Quilombola -, que conduziu e gravou conversas com as mulheres de Machadinho, sobre as ervas fitoterápicas e espirituais presentes em seus quintais, mais utilizadas para o cuidado em saúde neste momento. Resgatamos que para as comunidades quilombolas, o cuidado não se resume a relação biomédica eurocêntrica de saúde-doença, visto que as epistemologias de origem africana não deslocam o corpo da mente, do espírito e de todas as esferas que compõe o ser social na sua complexidade e subjetividade.

Foram meses de planejamento e articulação com as prefeituras e equipamentos de saúde, para que pudéssemos realizar a oficina com segurança. A professora Hayda Alves articulou-se em conjunto com a Secretaria de Saúde de Quissamã-RJ para garantir a testagem da equipe do projeto na Unidade Básica de Saúde local, e também utilizamos máscaras de proteção N95 e álcool em gel.

No mês de novembro (2020), realizamos a nossa ida ao campo com a equipe reduzida e seguindo todos

os protocolos de segurança. Chegamos em Machadinho na manhã de domingo, as mulheres da comunidade já estavam no nosso aguardo na Casa de Artes Machadinho, local amplo, com bastante ventilação, onde realizamos a oficina de saboaria. A atividade teve início com uma roda de conversa sobre as ervas utilizadas pelas mulheres, momento de descontração e troca entre as participantes, com muitos aprendizados sobre as formas de produzir sabão, seus tipos e utilidades.

No final da oficina deixamos os materiais utilizados para produzir o sabão com a comunidade, para uso coletivo, e combinamos um retorno para deixar algumas mudas de plantas (fruto da troca na roda de conversa), e realizar

filmagens dos quintais das mulheres, para construção de um vídeo que integre os territórios participantes. Para uma comunidade como Machadinho, que tem o contato físico e a oralidade como elementos centrais em sua sociabilização, a ida ao campo presencialmente foi uma estratégia para colaborar de maneira efetiva com a comunidade na pandemia. Ter membros na composição da equipe e em contato direto durante todo o processo, nos trouxe segurança de que estávamos entendendo as necessidades presentes naquele solo, mas acima de tudo, respeitando as vontades e a autonomia daquele grupo, que é criminalizado socialmente.

Neste momento, vivenciamos a Universidade Pública mobilizando recursos para atuar juntamente às comunidades quilombolas, população que vem sendo uma das mais atacadas desde o início da pandemia, enfrentando o descaso do poder público frente ao impacto da covid-19 nos territórios quilombolas. Mesmo em um contexto de caos social e descontrole do vírus, a Universidade manteve suas atividades, principalmente em uma de suas funções mais importantes, a promoção da extensão universitária, que direciona recursos de pesquisa e financeiros para locais que precisem de apoio neste momento, como foi o caso do edital que contemplou o nosso projeto.

Depois da ida ao campo e da realização da oficina nos outros territórios, exceto no GT Mulheres (trata-se de um coletivo de mulheres de locais distintos na Serra do Rio



de Janeiro), começamos a trabalhar na sistematização do material coletado ao longo da pesquisa, e na realização do vídeo, que é um dos produtos finais do projeto. Criamos dois GT's: o primeiro de produção do vídeo, que seria um pequeno documentário responsável por unir os registros dos três territórios, dando protagonismo aos conhecimentos populares em saúde presentes nestas comunidades, e por último, o das plantas fitoterápicas, que organizaria as plantas que foram citadas pelas comunidades.

Em julho (2021), retornamos a Machadinho para entregar as mudas de plantas, e realizar as filmagens nos quintais das mulheres, com uma equipe reduzida, e agora com parte da população do quilombo vacinada contra a Covid-19 (pessoas a partir de 18 anos), o que tornou o nosso retorno um momento mais tranquilo. O primeiro quintal que visitamos foi de Eliane, que cultivava uma horta junto ao seu marido Antônio. A área, antes utilizada como depósito de materiais descartáveis, estava completamente reflorestada, com uma imensa diversidade de frutas, legumes e verduras, o que nos impressiona à primeira vista. Eliane nos guiou durante o passeio pelo seu quintal e nos apresentou a área verde, contando a história de sua produção; nos contou que estava começando a realizar colheitas e utilizando parte dos alimentos para gerar renda para a família.

Com essa experiência vimos na prática que, quando famílias têm acesso à terra, produzem seu próprio alimento e sustento de maneira autônoma e harmoniosa com a natureza. Visitamos também os quintais de Antônio Jorge, conhecedor das ervas na comunidade, Francisca e Dona Preta, jogueira de Machadinho. Partilhamos as mudas que levamos e o açafraão (enviado pelas mulheres do GT Mulheres da Agroecologia), nas casas que visitamos. Foi uma visita muito produtiva, conseguimos ter conversas ricas enquanto filmamos os quintais, onde as mulheres nos contaram um pouco das suas dinâmicas de cuidado com a terra. Saímos de lá envolvidas pela energia de Machadinho, comunidade que partilhou conosco suas práticas de cuidado cotidianas, nos ensinou sobre sua relação com a terra e nos recebeu com muita acolhida, mesmo com as medidas de distanciamento social.

Atualmente estamos trabalhando nas imagens registradas em Machadinho e nos outros territórios, e organizando um material com as plantas fitoterápicas coletadas no processo. O objetivo é produzir materiais que sejam futuramente utilizados pelas comunidades



participantes. A experiência de sermos bolsistas e voluntárias de um projeto que tenha tamanho compromisso com o papel social da Universidade, e de sua responsabilidade com os movimentos sociais, torna-se um divisor de águas na formação profissional. É uma grande experiência participar da atuação da Universidade no período da pandemia, por meio da pesquisa e extensão, somando forças na construção de estratégias de sobrevivência e resistência, juntamente a comunidades rurais, tradicionais e ao Sistema Único de Saúde (SUS). No governo Bolsonaro, que promove constantes ataques à educação pública e à ciência, precisamos reafirmar a importância de experiências como essas, que contribuem diretamente na luta cotidiana das camadas mais vulneráveis da sociedade pela sobrevivência. Viva as comunidades quilombolas! Viva a Universidade Pública! Viva o SUS!

POESIAS



INABITÁVEL*

Tarcísio Conceição Oliveira, Rio das Ostras, Setembro de 2020

“Corpo de cor, (des)construído socialmente
Inabitável em diáspora, historicamente, de geração em geração

Destituído de sentimentos e de humanidade
Corpo este que carrega as heranças de uma nação

Nação esta que foi saqueada, desumanizada e escravizada
Ancorada em berços, moldes, caminhos e territórios eurocentrados

Nação que corre nas minhas veias, que me relembra o sufocamento dos navios negreiros
Veias também que se assemelham às rotas de fuga traçadas nos terreiros

Ao mesmo tempo que fujo desses pensamentos, me (re)lembrando que sou mais que isto
Retorno a eles buscando a força que me falta nas relações

Me encorajo, me repotencializo
E me lanço nisso

Esse mesmo corpo, que foi (des)construído numa ótica e perspectivas únicas
Que não partem das minhas vivências, narrativas e histórias

Hoje se (re)constrói, se torna múltiplo e único de potência, ganha materialidade, corporeidade e multiplicidade
Me reinvento nos afetos, de infinitas maneiras e configurações, entre e com os meus semelhantes
Me somo nesse mar de cor negra, nessa potência de construções políticas e afetivas

Me permito e descubro que sou agente de afeto e receptor de afeto também

Meu corpo anseia pelo afeto, pelo toque, pela fala, pelo coletivo, pela comunidade
Meu corpo em unidade mostra a minha dinamicidade

Logo assim, corpo este, que antes era inabitável, intocável e desprovido de sensibilidade
Hoje é um corpo transgressor, que tece redes e ensaios de ansiar por mudanças estruturais

Rompendo com este ciclo de dor, me (re)faço
Mudanças que partem primeiramente da minha estrutura singular e se transpõe ao coletivo, ao macro

Meu corpo além de ser um receptáculo ancestral de memórias e narrativas
Se tornará também, em gerações futuras, o sujeito ativo e transpassador de memórias e narrativas

Me encorajo, me repotencializo
E me lanço nisso

Nesse emaranhado de palavras e ações, busco o eterno movimento de Sankofa
Os caminhos para as construções e relações já nos foram deixados

Anseio por libertações coletivas e múltiplas
Libertações de um povo que habitou o inabitável”

*Texto publicado originalmente, em formato audiovisual, na página do Instagram do Projeto Suspiro: https://www.instagram.com/tv/CEu8VcfjnLo/?utm_source=ig_web_copy_link

QUANDO RIR ERA PROIBIDO

Rai Soares, Rio das Ostras, junho de 2021

Vovó sempre me contava
Que no tempo de minha bisá
Rir era proibido aos cativos,
Principalmente às mulheres.
A preta ou preto que era visto rindo com outro preto,
Logo era castigado.
O castigo dependia da dimensão do ato cometido.
Podia ir de uma bofetada, se o riso fosse lascivo.
Chicotadas, se fosse riso ouvido.
Até a perda dos dentes em caso de gargalhada.
Rir era só para os brancos.
Ria-se de felicidade.
E por que haveria um preto escravo de ser feliz?
Se não fosse porque tramava furto, morte ou fuga?
E por medida de precaução:
-Proibido o riso estava!
E por medida de dar exemplo e provocar medo na pretalhada:
- Proibido o riso estava!
E por medida de acostumar que os pretos não podem rir:
- Proibido o riso estava!
E para que sempre lembrassem que feliz nunca seriam:
- Proibido o riso estava!
Mas vovó também contava
Que em tempo de cativo os pretos sempre se olhavam.
E aprenderam a rir com os olhos,
A rir com o corpo todo,
Até quando suspiravam.
Assim se comunicavam,
Riam com as pontas dos dedos e com os dedos também falavam.
Quando um pelo outro passavam e sem poder se olhar,
Apenas se cutucavam.
Riam pelos cotovelos,
Quando era possível encostá-los.

Também riam pelos pés, cabelos e até ombros.
E assim os pretos riam e rindo se organizavam.
Assim e de outras formas é que os pretos falavam.
Uma língua que era sua.
Assim decolonizavam.
Rindo assim e de outras modos podiam se organizar
Criavam rotas de fuga,
Falavam onde se encontrar,
De lugares para onde ir,
E até como se vingar.
Os pretos quando fugiam
Ao longe outros pretos ouviam
Nas matas, florestas ou rios
Gargalhadas a indicar
O caminho a seguir,
O lugar onde chegar.
As gargalhadas eram grandes, de tal volume e poder
Que deixavam os capatazes, seus algozes e senhores
Perdidos, amedrontados e sem saber o que fazer.
Aos pretos que já fazia
Tempo que guardavam o riso
Podiam passar semanas rindo e guiando os seus.
Riam de uma tal maneira
Que o riso virou poder.

INFANTO - JUVENIL





Menina quilombola. Foto de Pedro Gradella. Acervo do Projeto Territórios Criativos

PAPAI, QUE BOM, PORQUE EU SOU PRETINHA TAMBÉM: RECURSOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS NA AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES INFANTO – JUVENIS DIVERSAS

Ana Beatriz Silva | Rebeca Ribeiro da Silva

Ao contrário do que se pode pensar, a infância e a adolescência não são apenas períodos de transição para a vida adulta. Ser adulto não é a finalidade última da existência desses sujeitos, pelo contrário, a infância e a adolescência são fases ímpares na construção do desenvolvimento humano porque são repletas de potencialidades e possibilidades. A voz de crianças e adolescentes ecoa de distintas formas e é preciso romper com a cultura de silenciamento instaurada nesse país desde sua origem, para ouvir as manifestações e contribuições de cada indivíduo, visando a construção de uma sociedade mais justa, que concretiza direitos e caminha na direção da emancipação humana.

A trajetória, que tornará essas projeções em realidade, passa por uma ampla mudança nas estruturas dessa sociedade, que incluem o reconhecimento e conseqüente transgressão com as instituições e práticas racistas, machistas, lgbtfóbicas, capacitistas e antidemocráticas, que foram naturalizadas, ao longo dos anos, pelos setores dominantes da sociedade. Essa realidade atinge de forma muito mais dura e cruel a população infanto-juvenil, inicialmente pelo não-lugar na sociedade do capital e no território brasileiro desde a formação, gerando invisibilização e secundarização das demandas e dos direitos dessa parcela da população.

Diante desse cenário e buscando caminhar na direção contrária, entende-se a importância da construção de uma nova realidade, em que todas as infâncias e adolescências sejam possíveis, ouvidas e atendidas; é por isso que esta seção se materializa. Compreendendo, desta forma, a reafirmação da identidade de crianças e adolescentes negras, indígenas, LGBTQIA+ e deficientes – constantemente negadas neste modelo de sociabilidade atual – é essencial dar visibilidade a este público e as suas necessidades específicas, bem como, contribuir com a transformação desse modelo de sociedade que os oprime e viola direitos cotidianamente.

Nesse sentido, é válido considerar a literatura, a poesia, a música e as mais diversas expressões culturais como ferramentas importantes na reafirmação da identidade desses sujeitos. Dessa forma, é proposto nesta revista um espaço de criação e diálogo com o segmento infanto-juvenil. Nesta edição, será apresentado um poema-ilustrado, conhecido também pelo nome de fanzine, para se estimular pensamentos, reflexões e sonhos a serem partilhados com crianças, adolescentes e jovens, legitimando a diversidade dos lugares e dos/das/de sujeitos de fala. O Fanzine foi construído por Jaasiela Monteiro, com poesia de Rai Soares.

FANZINE



1 Vovô sempre me contava que no tempo de minha bisã.

2 Rir era proibido aos cativos. Principalmente às mulheres.

3 A preta ou o preto que era visto rindo com outro preto, logo era castigado. O castigo dependia da dimensão do ato cometido.

4 Podia ir de uma bofetada, se o riso fosse lascivo.

5 Chicotadas, se fosse riso ouvido.

6 Até a perda dos dentes, em caso de gargalhada.

7 Rir era só para os brancos. Ria-se de felicidade. E por que haveria um preto escravo de ser feliz? Se não fosse por que tramava furto, morte ou fuga?

8 E para que sempre se lembrassem de que feliz nunca seriam: Proibido o riso estava. exemplo e provocar medo na pretalhada. Para acostumar que os pretos não podem rir. Não

9 Mas vovô também contava que em tempo de cativeiros, os pretos sempre se olhavam. E aprenderam a rir com os olhos.

10 A rir com o corpo todo. Até quando suspiravam. Assim se comunicavam.

11 Riam com a ponta dos dedos e com os dedos também falavam.

12 Quando um pele outro passavam e sem poder se olhar, apenas se cutucavam. Riam pelos cotovelos. Quando era possível encosta-los.

13 Também riam pelos pés, cabelos e até ombros. E assim os pretos riam.

14 E rindo se organizavam. Assim e de outras formas é que os pretos falavam. Uma língua que era sua. Assim descolonizavam rindo assim e de outros modos podiam se organiza.

15 Criavam rotas de fuga, falavam onde se encontrar. De lugares para onde ir e até como se vingar.

16 Os pretos quando fugiam, ao longe outros pretos ouviam. Nas matas, floretas ou rios. Gargalhadas a indicar o caminho a seguir. O lugar onde chegar. As gargalhadas eram de tal volume e poder que deixava seus capatazes, seus algozes e senhores, amedrontados.

17 Sem saber o que fazer. Aos pretos que já fazia tempo. Que guardavam o riso, podiam passar semanas rindo e guiando os seus. Riam de tal maneira, que o riso virou poder.



CAROLINA MARIA DE JESUS:
UMA INTERPRETE
DO BRASIL

A CONSTRUÇÃO DO MOSAICO “CAROL, CAROLINA”

Clarice Carvalho | Mariana Rimis

Ler Carolina, para alguns é conhecer uma grande autora do próprio país, que foi ocultada por tantos anos, sem nenhuma tentativa de dar-lhe o destaque que merece. É enxergar de perto tudo que tentam esconder, todas as falhas sistemáticas, que são atribuídas à falta de dedicação de um indivíduo, ou ao seu comportamento e personalidade. É entender que, se um escritor branco tivesse tido exatamente a mesma trajetória de vida da autora, sua história teria sido completamente diferente, sua valorização nacional teria sido infinita e ele não teria retornado à pobreza. Talvez até estivesse presente nas grades curriculares das escolas. Não somente isso, é se maravilhar com a experiência literária em si, tendo em mãos uma obra literária que não foi construída a partir das premissas “de um teto todo seu”, mas é também sentir raiva. Raiva ao perceber que, anos após suas obras, muito ainda está igual e os direitos conquistados pela classe trabalhadora, ainda não significam dignidade e equidade para a maior parte da população.

O texto da autora se conecta com a realidade de muitos, na noção de registrar ideias em qualquer canto, para tentar canalizar energias e organizar a mente. A lição da escola distribuída em muitos ‘restinhos’ de páginas, o caderno mal preenchido e ao mesmo tempo acabado. As anotações tremidas de fichamentos feitos diretamente no livro ou em páginas xerocadas. No entanto, muitas vezes também pode se desconectar e colocar as leitoras de cara com os registros e as dores da fome.

Carolina foi uma mulher que conseguiu ir contra um sistema que tenta, a todo custo, segregar favelados, ela conquistou um nome e teve diversas realizações, tanto profissionais, como pessoais. Fez tudo isso enquanto criava seus filhos sozinha, garantindo o acesso deles à educação ao mesmo tempo que lutava para garantir suas respectivas sobrevivências.

Sua escrita é irônica e ela faz com que fiquemos confortáveis com rotinas ou cenários, mas logo somos tomados por profundas reflexões viscerais, que só poderiam originar de alguém que experienciou tudo aquilo. Ela viveu na pele a “questão social”, não somente, teve um olhar crítico diante de tudo que a cercava, mas também inteligência para transferir isso pro papel.

Carolina também é contradição - como todos nós somos; às vezes passagens moralizantes, às vezes uma “louvação” asséptica do trabalho. Mas, as marcas mais contundentes são a sua autonomia da escrita, as expressões literárias de sentimentos, reflexões e perspectivas. Tudo isso é muito inspirador, gera inquietações e vontade de expandir as interlocuções com cada vez mais pessoas.

Desde maio de 2020 estamos construindo um espaço de leituras e conversas sobre a obra de Carolina. Os textos a seguir apresentam um pouco destas experiências e explicitam como a interlocução com Carolina é potente, criativa e multifacetada. Tal como um mosaico, expressam aspectos de uma totalidade que só é materializada e ganha amplitude e inteligibilidade a partir da experiência coletiva.



A OUSADA CAROL

Tania Lima

Administradora | Pós Graduada em Docência do Ensino Superior | Mediadora de Projetos para Jovens Aprendizizes

Falar de Carolina Maria de Jesus é muito fácil: Escritora, Compositora, Poetisa, ficou conhecida pela obra Quarto de Despejo: Diário de uma favelada, publicado em 1960. Trata-se de uma breve informação sobre ela, que tem como finalidade por em discussão e/ou estabelecer um sentido que justifique a escrita deste texto.

Agora quando eu falo de Carol, vou para além de sua escrita e talentos; quero registrar como a leitura de seus textos cheios de vida, criticidade e afetos, contribuiu para ampliar o significado das palavras tolerância, empatia e determinação, só para citar algumas.

Minha primeira leitura de Carol se deu em grupo, com uma prévia leitura silenciosa, para ser discutida ao sabor de várias vozes, formações e histórias de vida; a cada discussão, novas possibilidades de releitura, a cada discussão, novas marcas iam surgindo no texto e seguramente foram moldando em mim uma maneira diferente de pensar o significado de ser humano; não o Ser Humano – “Homo Sapiens” que se difere das demais espécies por ser racional, mas o “SER HUMANO” em estado de humanidade, consciente de seus sentimentos e aberto a experimentá-los indiscriminadamente “sentindo” cada situação, sem escolha prévia.

Para Carol, o mundo sempre revelava de maneira transparente todos os aspectos da vida, de maneira simples, para quem ousava querer ver; Carol era uma destas pessoas ousadas, donas de suas opiniões e capazes de enfrentar

a vida como ela se apresentava, sem floreios ou anestesia. Muitas vezes eu ficava admirada lendo situações, que me pareciam difíceis, ficarem no mínimo “palatáveis “ (aceito pelo espírito) para ela.

Isso acontecia porque Carol tinha um jeito todo próprio de absorver as questões e traduzi-las em ações, que iam além do movimento, pois promoviam transformações e novas formas de sobrevivência. Então, mesmo nas situações de “quase morte” ela tinha uma proposta de “quase vida”.

A vida quando difícil, perdeu todas as batalhas para Carol, pois ela enfrentou todas as lutas e com as suas vitórias ainda ajudava os vizinhos, além de realizar os seus próprios sonhos. Por isso, hoje quando enfrento as minhas lutas, pergunto-me: como poderia ser ousada como Carol? Como me mover em direção ao enfrentamento de questões às vezes tão difíceis, mas passíveis de serem vencidas como seguramente ela diria?

Posso dizer que depois de ler Carol, somos tomados por uma nova personalidade; nos tornamos mais críticas, menos vítimas e muito mais donas do nosso destino. Começamos a pensar na existência de outras mulheres que como Carol, também tiveram que seguir em frente, sem abrir mão da alegria, fé e até de um certo humor. Então, sim, é possível sobreviver às chamadas “mazelas da vida “com a própria vida, ou vontade de viver. Carol fazia isso o tempo todo.

Hoje, tento seguir seus exemplos, quando em sala de aula, falo de seus livros com meus alunos e peço que observem a época, as várias situações denunciadas dentro de um contexto político, que ela ressaltava ao chamar por várias vezes o governo à responsabilidade. Foco nas questões sociais e de convívio, relatadas nas suas

relações com os vizinhos. Sinalizo a importância da família para Carol, que fazia questão de manter seus filhos sempre com ela. Destaco o valor que ela dava à educação, a despeito da falta de estrutura educacional (uniforme, escola preparada para receber os alunos, material), legitimando a necessidade de uma formação escolar por menor ou pouca que fosse. Assim, tento promover em meus

alunos o mesmo espírito de luta e transformação proposto por ela a cada leitura, pois Carol nunca foi submissa à vida, ela sempre estabeleceu critérios de sobrevivência, que partiam de seus valores e vivências estabelecidas e validadas a cada batalha que ganhava ousadamente. Então nos tornemos Carol, sejamos ousadas!



Carolina e a questão social - uma perspectiva crítica e individual de Quarto de Despejo e Casa de Alvenaria

Luzia Marques - Estudante de Serviço Social - UFF

Para discorrer sobre as obras de Carolina Maria de Jesus poderíamos usar várias linhas acadêmicas, e também o arcabouço pessoal, porém aqui prefiro tentar adotar uma visão mais crítica podendo me perder um pouco pelos caminhos que tentarei percorrer.

Apesar de a Escritora ser muito próxima da minha realidade pessoal, a minha visão de mundo é limitada e aqui nessa análise o senso comum não serve para tentar entender essa grande pessoa que foi Carolina Maria de Jesus e continua sendo através de seu legado escrito. Seu livro Quarto de Despejo me tocou fundo. A menina da periferia que sempre esbarrou com outras Carolinas pelos becos da comunidade em que morou, deveria ter conhecido Carolina no subúrbio, mas infelizmente Carolina e muitos outros autores como Lima Barreto, Luís Gama e Maria Firmino não chegam até o gueto.

Por isso, o senso crítico se faz muito necessário, enquanto muitos outros que escrevem sobre Carolina adotam determinado tipo de linguagem para abordar suas obras, buscarei colocar a Carolina como um sujeito que vivenciou as múltiplas expressões da “Questão Social”. De acordo com lamamoto (1999, p. 27),

“a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva,

o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade.”

Sendo assim, Carolina figura como a escritora, negra, mulher e periférica, fruto do sistema capitalista. Não tem como ler sua obra e achar que é apenas uma história sobre uma favelada, catadora de papelão e produtos reciclados para sobreviver. Carolina é considerada como a Cinderela negra, pois sua história de superação esbarra com o desejo de ascensão social, mas o sistema deixou bem claro que ela poderia até visitar a casa grande, porém nunca faria parte, de fato, daquela elite burguesa.

O período histórico que Carolina viveu foi uma época de efervescência política para o Brasil, o mundo que vinha se adaptando aos novos moldes do sistema capitalista no pós Segunda Guerra Mundial, o resultado da vida e sofrimento de Carolina tem a base fundamentada no que podemos identificar nos textos de Marx e nos livros de Paulo Freire e Florestan Fernandes. A expressões da “Questão Social” que ela vivia foram diversas: falta de educação para negros e periféricos, ausência de moradia, fome, a experiência de ser mãe solo. Mulher negra marginalizada, vítima de diferentes tipos de preconceito, migrante que vai para a “cidade grande” em busca de melhores condições de vida e acaba batendo de frente em condições precárias de existência humana.

A saúde era apenas para quem podia pagar por ela, a pobreza sendo tratada como uma doença e a “Questão Social” tratada como assunto de polícia. Podemos até ver as raízes do Serviço Social conservador. São muitos os materiais de debate e análise, coisa que não tem como uma única pessoa se apropriar, sendo assim, tanto as leituras de suas obras como as escritas sobre Carolina são um trabalho que deveria ser feito

no coletivo. De modo que possamos analisar o pensamento crítico presente nos livros de Carolina, nos apropriando dele e levando-o mais cedo possível para as periferias e escolas de ensino básico. Não é transformar Carolina Maria de Jesus em um mártir, mas possibilitar que as crianças e pessoas como ela compreendam que suas mazelas são socialmente produzidas pelo sistema capitalista. Deste modo, se torna inconcebível apenas ler Carolina e não falar sobre ela.

O livro Quarto de Despejo, assim com os demais livros de Carolina Maria de Jesus, está recheado de relatos que evidenciam as expressões da questão social. No entanto, vale lembrar que Carolina queria ser reconhecida, mais do que como uma ex-favelada, ela queria ser reconhecida como cantora e poetisa. Após ter suas necessidades básicas atendidas pela nova forma de vida, ela acreditava nas múltiplas opções a serem superadas, entretanto a barreira que separa as classes sociais e o racismo velado não permitiram sua emancipação, pois de fato em uma sociedade regida pelo sistema capitalista não existe liberdade real, o que existe é apenas a reprodução da lógica capitalista.

Podemos citar a pauperização produzida pelo capitalismo como o assunto central do Quarto de Despejo, porém, ao lermos atentamente, observamos diversas facetas da “Questão Social” e debates inesgotáveis que estão presente até hoje: o preconceito de raça e de classe social, a violência doméstica, a precarização das moradias, o crescimento descontrolado das cidades, a falta de um sistema de saúde, de um serviço social crítico e a falta de políticas públicas e sociais.

“O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. Carolina afirma - A escravidão atual é a fome.”

Entretanto, após um ano de pandemia acompanhada da leitura da obra de Carolina, podemos perceber com um gosto amargo na boca o quanto o capitalismo ultraneoliberal atingiu seu ápice de barbárie. Após as eleições de 2018 percebemos um desgoverno pautado no benefício da extrema direita e na retaliação da população negra, periférica LGBTQI+, quilombolas, indígenas, o aprofundamento do abismo entre as classes sociais e a volta da fome para a pauta social, apesar de nunca de fato ter saído totalmente da realidade de muitos brasileiros.

Vimos um Brasil sendo transformado em um grande quarto de despejo e a escritora Carolina Maria de Jesus nos pareceu tão atual e próxima. Quando leio alguns de seus trechos, vou aos poucos revivendo momentos que deixava trancados no meu passado e cada linha lida é dolorida, então foi nesse momento que os meus conhecimentos acadêmicos se chocaram com a realidade vivenciada por Carolina. Eu não sei só do que ela fala, eu já vivenciei as panelas vazias sem

saber quando seria a próxima refeição e quem tem a fome como companhia está em uma luta diária para comer e correndo contra o tempo e contra o sistema, para se alimentar e sobreviver. Como nos conta Carolina, é preciso conhecer a fome para saber descrevê-la. O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. “A fome é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças”, Carolina também afirma: “Escravidão atual a fome”.

Sendo assim, beber em outras fontes sobre Carolina pode descaracterizá-la como um indivíduo social afetado pelas relações de classe

a coloca-la como vítima, chegando a marginalizá-la. Carolina tenta deixar claro, apesar da edição e cortes em Quarto de Despejo, que ela não é aquela favela que as pessoas enxergam, em seu livro Casa de Alvenaria isso fica ainda mais evidente quando começam a levar a autora para visitar e vender seus livros nas favelas e ela é rechaçada, porque, no momento histórico que ela vivia, os moradores da periferia não a viam como igual, ela sofreu o que muitos migrantes sofrem no Brasil, onde não se tem lugar na casa grande nem na senzala, ou melhor explicando, não se identificam com um lugar nem com como sujeito pertencente a uma determinada classe social.

Cada um tem o primeiro encontro com Carolina Maria de Jesus de uma forma particular, existem aqueles que ainda não tiveram a chance de conhecê-la direta ou indiretamente, afinal, mesmo com tantos materiais como texto, matérias na mídia, vídeos sobre ela, não a conhecemos de fato, mas nos apropriamos dela como outrora um repórter e o mundo fez. Em Casa de Alvenaria o editor nos apresenta uma Carolina caridosa e cansada da atenção, que leva o incômodo com o fato de todos tentarem arrastá-la de volta ao quarto de despejo. “Quem sai de lá não quer nunca mais voltar” palavras dela própria. A apropriação do papel e sua produção, antes Carolina cata para sobreviver de sua venda para o ferro velho, e depois, com a ascensão do seu livro, o papel se torna uma mercadoria valorizada e aumenta a renda de Carolina.

Encontrei Carolina no livro Heroínas Negras, antes nunca tinha ouvido falar dela, nem na favela onde morei parte da vida, nem na escola do fundamental e do ensino médio. Não! Nas escolas públicas não se lê Carolina, ironicamente ela nunca terminou seus estudos, mas no seio da universidade lá estava ela sendo merecidamente vangloriada e aclamada como Heroína.

Nessa pandemia, com a volta fervorosa da fome e com o isolamento imposto, ter a companhia de Carolina, apesar da dor que seu livro despertou, trouxe uma luz, um momento para refletir: quantas Carolinas estão por aí, sem ser lidas, afogadas nos escombros do quarto de despejos, sufocadas pela pior das dores - a fome e a desigualdade social? A pobreza gera lucro, ela vende livros, ela estigmatiza uma mulher negra pela vida toda, Carolina não é, mas deveria ser leitura obrigatória para os favelados e para a periferia, porém ela é hoje apropriada pela massa intelectual dos centros acadêmicos e dissecada como um animal, a história é sempre contada pelo lado da Casa grande, recortada e montada para chamar mais atenção da burguesia sedenta de tortura. A barbárie do sistema capitalista está posta e nossa pergunta deveria ser: o que poderíamos fazer sobre isso?

A luta e movimentos sociais se fazem cada vez mais necessários e urgentes para derrubarmos esse sistema. Nesta empreitada, levar o debate sobre os livros de Carolina para além dos muros acadêmicos, chegando naqueles que precisam saber que sua situação social é socialmente produzida pelo sistema que define quem vence e quem será pisoteado e serve para continuar sustentando as engrenagens desse sistema excludente.

Referências:

Jesus, Carolina Maria de. Quarto de despejo – Diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1993.

Jesus, Carolina Maria de. Casa de alvenaria – Diário de uma ex-favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1961.



CAROLINEANDO MUNDOS

Patrícia Rosa

Primeiras leituras de Carolina e algo se abre. Após degustarmos de suas obras percebemos que não é sobre uma leitura de, mas sim de leituras com. Carolina consegue em sua literatura “engrossar o caldo” do social. Essa mulher ensina e muito ao colocar em palavras uma profundidade que me põe de cara com meus privilégios, palavras que tomam forma, quase que de uns “cutucão” na gente, dizendo:

- E aí, minha filha, vai ficar só aí me lendo, se emocionando, rindo...? Faz alguma coisa! Porque não é só sobre mim e meus filhos, minha vizinhança... A essa hora mesmo no nosso país temos milhares destes com fome, frio, violentados pela trama racista, misógina e classista do tecido social do qual fazemos parte. Mas que ao mesmo tempo são tão distintos, únicos, potentes.

E a convocação dessa mulher torna-se revolução em nós por conseguir com sua “ginga” na escrita sustentar nosso laço e de modo bastante envolvente, mesmo que atravessado pela acidez de realidades cruéis, as quais nunca passei na pele, mas que não deixam dúvidas sobre não desejarmos isso pra nós nem pra ninguém. Mas como né? Você me pergunta. Isso porque, com Carolina já me peguei chorando, mas em diversos momentos também já me peguei rindo. Com Carolina também mudei meus olhares e, conseqüentemente, minha sensibilidade aguçou inspirada por ela e com isso também consegui mudanças de olhares do meu entorno e por aí vai. Carolina é uma, mas que tal como uma fruta se multiplica em milhares de sementes que brotam e dão tantos outros frutos.

Sem querer me delongar muito, pois infinitas são as “pérolas”, como bem diz Clarice ao se referir aos trechos de destaque, reafirmo esse lugar tão carolinístico que, para além de todos esses aprendizados de uma práxis elaborada por diversas teóricas conhecidas mundialmente (mas de um jeito “palatável” pra leitura de quem quer que seja, independente da origem), Carolina vem nos mostrar potência sem cair num lugar colonial-assistencialista que é o lugar perigoso onde muitas

branques como eu acabam se colocando -o que é mais comum do que possamos imaginar, infelizmente. Carolina, então, nos resgata a força do nosso poder pessoal a partir do dela própria e sua “estranha mania de ter fé na vida”, como na música Maria Maria (de Milton Nascimento e Fernando Brant), e sem que nos coloquemos num lugar violento, que hierarquiza, distancia.

E é por essas e tantas outras que eu e mais uma multidão espalhada pelo globo, das mais diversas habilidades e saberes, nutrimos um amor por essa mulher que só conhecemos pela escrita, ou por uma foto e outra... mas já nos sentimos íntimos e por isso leituras não de, mas sim com. Dá vontade de chamar de Carol, ler coletivamente, criar grupo de estudos, chamar a crush pra assistir as peças online de Carolina, fazer pesquisa interseccionando com temas os mais diversos... e por aí vai. E então, ao retornar ao que mencionei no início (sentimento e palavras compartilhados coletivamente no grupo Brasil em Telas: leituras de carolina) algo que tenha a ver com sua obra dizer de leituras COM. Nos damos conta de que não é somente de quem lê para com ela, mas algo que naturalmente se faz maior ao ser experienciado com outros, coletivamente. Numa costura de perspectivas, sentimentos e emoções. Precioso não por se fazer um “monólogo”, mas por nos incitar a colocar pra fora e também debater sobre. Pois esse é um “tear” que se faz de modo amplo e que retrata o real. Facilmente daria uma “colcha” com autores tanto mortos como também vivos e pessoas que sequer saibam escrever. Finalizo com “ponto”, mas com sentimento de “reticências” e um zilhão de “interrogações” na cabeça. Gratidão Carolina, por me atravessar e me deslocar, tirar do meu lugar de costume/conforto com tanto amor juntamente com esse grupo que corajosamente se propõe a desbravar esse território de saberes e práticas com profundidade e acolhimento. De um jeito tão bonito. Tão único. Tão seu: Carolina!

Com tantas sementes assim, inspiradas por ela, carolineiam-se mundos!



COMO ENTENDEMOS CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA MULHER NEGRA, POETISA QUE DESEJOU UM BRASIL PARA OS BRASILEIROS

Adriana de Oliveira Abreu

Estudante de Serviço Social/UFF - Rio das Ostras

Muito se tem dito sobre Carolina Maria de Jesus, porém sua vida e obra mais parecem um olho d'água, pois nunca para de brotar inspiração para se escrever ou falar dela. Cada brasileiro que lê um livro da autora faz sua própria interpretação, mas, caso se junte um grupo de pessoas de várias regiões para discutir o mesmo livro, haverá uma surpresa a cada fala. Carolina está para o singular, mas é perfeita no plural, ou seja, é no coletivo que ela se completa, como uma obra de mosaico.

Quando começamos a leitura de seus livros, jamais imaginamos que encontraríamos uma fala tão atual a ponto de confundirmos com as reportagens do dia. Carolina trata, com muita contundência e seriedade, das questões que nos são mais caras, como educação, saúde, habitação, fome, entre outras. O que a autora faz não é uma tentativa de explicar as desigualdades sociais. Ela faz melhor: mostra para o povo como essas contradições brasileiras ocorrem através da sua própria vivência e experiência, desde sua infância até sua fase adulta, tendo uma vida sofrida, atravessada pelo preconceito racial, social e de gênero.

Sua escrita não é como a do acadêmico para o povo ler e interpretar, ao contrário, é a fala/escrita do povo (na pessoa de Carolina) para o acadêmico ler e entender: como; onde; com quem, e por que ocorrem essas desigualdades? É de grande interesse da autora que sua voz seja escutada através da literatura, que o povo leia e compreenda o que é o Brasil que está posto e, na sua opinião, como deveria ser "Um Brasil para os brasileiros". Ao lançar um olhar crítico para o país, ela vai identificando e anotando os problemas sociais que vão se acumulando conforme as regiões vão se desenvolvendo, podendo ser identificado o território regional, sudeste, à época do período industrial (1940 a 1960).

Mas como Carolina nos ensina tanto sobre nosso país que a torna compreendida nacional e internacionalmente? Como sua escrita é para o coletivo e para um só? Carolina promove de imediato a microaprendizagem, os leitores encontram palavras e frases de impacto que explicam e fixam a mensagem. Essas mensagens vão projetar a obra da autora nos nossos dias, como foi dito no início. Eis alguns exemplos: "O maior espetáculo do povo da atualidade é comer"; "Antigamente o que oprimia o homem era a palavra Calvário; hoje é salário"; "O negro só é livre quando morre". É uma linguagem para qualquer um entender a sua mensagem.

Como se estivesse em um palanque, num discurso em defesas das lutas sociais, ela vai defendendo os direitos que mais tarde serão inscritos na Constituição Federal de 1988, que são frutos das lutas sociais nas quais ela se insere com sua voz interventiva e seu próprio exemplo de vida, ou seja, saiu do campo por não ter trabalho nem casa, veio para a cidade e continuou na mesma situação. Some-se a tudo isso o enfrentamento do preconceito racial.

Sua luta para sobreviver é semelhante à de milhares de brasileiros, os quais, geralmente, devido às condições econômicas, precisam sair de sua terra natal para buscar trabalho em outra região. Isso é muito comum em tempos de colheitas, corte de cana-de-açúcar, entre outros, e acontece todo ano em várias partes do Brasil.

A luta pessoal se torna universal quando a autora pensa "Um Brasil para os brasileiros". Um país com educação para todos, um pedaço de terra para plantar (campo), uma casa de alvenaria para quem mora na cidade e saúde acessível para quem precisa, são algumas de suas propostas. A voz forte e crítica vai ser apelidada de "boca de fogo".

Não é possível falar de Brasil e lutas sociais sem falar da violência, e ela também foi vítima e testemunha ocular da violência policial, que é uma triste e maldita herança instituída desde o período escravagista no Brasil. Ela nem precisou falar das diversas mudanças na lei para punir os pobres e pretos, pois, ao ser espancada por policiais, ver sua mãe ter o braço quebrado pela violência policial, ser presa a troco de nada diversas vezes e testemunhar os moradores da favela dia e noite sob o jugo do braço armado do Estado, já era mais do que suficiente para entender o que foi a ditadura militar. Não esquecendo o que são os enfrentamentos dentro das favelas na atualidade, que vêm tirando a vida de adultos e crianças

num processo genocida que não para nunca: a ditadura na favela continua.

Com o advento da pandemia de covid-19, em diversos países, incluindo o Brasil, houve também a explicitação e o agravamento de problemas que a autora tanto lutava para combater, ou seja, a fome, a falta de moradia, a dificuldade de acesso à saúde, à educação e os conflitos por terra no campo. O governo brasileiro foi na contramão do que fizeram diversos países que implementaram políticas de proteção social em caráter emergencial, como "Reino Unido, Itália, Espanha, Estados Unidos, Japão, Argentina, Chile, Colômbia, Peru, entre outros", buscando diminuir os efeitos no campo econômico para os que precisam ficar em isolamento social.

Aqui, o presidente Jair Bolsonaro tornou a pandemia uma arma e apontou para a cabeça de cada cidadão, pois ninguém sabe quando os efeitos da doença da covid-19 serão leves, graves, gravíssimos ou mortais para as pessoas. Mesmo assim, o presidente lançou uma campanha forte para que todos fossem infectados e contraíssem a doença enfrentando-a como soldados numa guerra.

Mas, mesmo antes do alarmante número de contaminados e casos de mortes, veio a fome que exigiu ajuda imediata. No primeiro momento, com muita luta dos representantes do povo, foi concedido um auxílio emergencial, cujo valor (600 reais) foi amplamente combatido por ele, tanto que no segundo ano, além de ser diminuído em mais da metade (250 reais), ainda foi concedido para pouquíssimas pessoas em situação de pobreza.

Com a falta de ajuda do Estado, só restou aos brasileiros buscar sua própria sobrevivência. O FIQUE EM CASA, já não era/é possível, as medidas de isolamento social e cuidados de higiene, como uso de álcool em gel demandam dinheiro. Tudo isso se torna secundário quando falta o essencial: comida na mesa.

No que tange à moradia, no campo e na cidade, o que se viu foram milhares de pessoas sendo despejadas. Ao invés de proteger os moradores contra os despejos no período da pandemia, o presidente vetou o Artigo 9º do projeto de lei 1.179/2020, que proibia o despejo de inquilinos inadimplentes em 2020. No campo não foi diferente: pipocaram conflitos entre fazendeiros, grileiros (empresários) e trabalhadores sem-terra em assentamentos, juizes julgando causas e dando ganho

aos fazendeiros, colocando as famílias na situação de andarilhas. E, na Amazônia, os indígenas vêm sendo atacados por garimpeiros, desmatadores e fazendeiros, com a ajuda do governo.

Por fim, só com a questão da fome, da educação, da saúde e da habitação Carolina Maria de Jesus escreveria outro livro, atualíssimo, mostrando sua narrativa do atual contexto social, como o país retrocedeu pela retirada de direitos adquiridos, pela precarização no sistema educacional público e pela intensa luta política por parte de setores conservadores para acabar com o Sistema Único de Saúde (SUS). Sendo que o exemplo da peregrinação dela em busca de uma consulta médica nos ensina a importância do SUS, hoje.

O conjunto da obra de Carolina Maria de Jesus evidencia como pensa e age a nossa sociedade elitista, sua forma de governar pela manutenção dos seus interesses, pela falta de patriotismo e o pensamento colonialista, como se as terras brasileiras fossem apenas o rogado do mundo (privado), "Em dela se apropriando, de tudo se tira e se vende", vendem-se seus frutos, suas riquezas minerais, o suor de seu povo e até a vida. Assim, o país foi transformado no celeiro do "Agro é pobre, agro é tóxico, agro é morte", pois é assim que as tribos indígenas, os quilombolas, os sem-terra e o povo que não pode comprar comida o vê.

Termino com o conselho de Carolina Maria de Jesus para os brasileiros, "Mas o povo não deve cançar, não deve chorar. Deve lutar para melhorar o Brasil para os nossos filhos não sofrer o que estamos sofrendo". Ainda vivemos a continuidade dos dias de Carolina, mas esperamos que seu desejo de um Brasil melhor se concretize, e para tanto os grupos devem fortalecer seus laços e proteger seus territórios, seja no campo ou na cidade, porque a bancada ruralista e a religiosa não estão para prosa.

Esse texto é inspirado nas leituras feitas: Quarto de despejo, Casa de alvenaria, Diário de Bitita, Provérbios de Carolina e Pedacos da fome de Carolina Maria de Jesus; Indivíduo social de Marilda Iamamoto; Brasil: mito fundador e sociedade autoritária de Marilena Chauí, além de diversas leituras de artigos e jornais sobre a nossa atualidade diante do advento da covid-19.

O PROTAGONISMO DE CAROLINA MARIA DE JESUS: UMA POTENCIALIDADE NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Thais Salcedes

No tocante apagamento identitário da Autora Carolina Maria de Jesus, colocam-na sempre como a portavoza de um coletivo, em detrimento da sua subjetividade enquanto mulher negra, que tem a sua história, seu conhecimento, a sua individualidade e a sua opinião. Um tanto quanto contraditório, haja vista que a própria Carolina deixa clara a ausência de traços identitários com os moradores, a sensação de não pertencimento. É importante analisar as contradições dessa imposição de pertencimento, que imputa a ela e às populações negras a normatividade nessas condições de vulnerabilidades socioeconômicas e a negação das condições de sujeitos, numa tentativa de escamotear as raízes históricas escravocratas no processo de desigualdade social, ao mesmo tempo que a essa construção narrativa de pertencimento constitui a valorização da cultura, a identidade, as formas de se reinventar, a resiliência e a resistência, que foram se consolidando nos povos afrodescendentes.

Entretanto, é extremamente curioso quando a autora fala do seu sentimento de não pertencimento à comunidade, mas a vontade de sair da favela, de conseguir uma vida que ela considerava digna. Segundo Perpétua (2003), a transposição do primeiro diário publicado, Quarto de Despejo: O diário de uma favelada, intencionalmente, pré-determinou à publicação um valor de representação coletiva e não particular da miséria e de abandono do favelado. Essas supressões também potencializam uma ideia incompleta e pouco lúcida de sua percepção sobre o mundo, ao registrar somente expressões preconceituosas e agressivas de Carolina em relação aos seus vizinhos. Logo, uma série de reflexões, fazem-se necessárias, em

torno de como a Carolina, Mulher negra transgressora, foi expropriada, a pensar como a imagem da Carolina foi adequada à sua condição social por Audálio, ademais como a subtração dessas informações, suprimiu grande parte das observações que apontam os posicionamentos políticos de Carolina, a dimensão intelectual e a maneira como ela gostaria de ser vista, como uma poetisa engajada politicamente, nacionalista, possuidora de uma missão social que lutava assumidamente ao lado dos fracos e oprimidos (PERPÉTUA, 2003). Portanto, definir Carolina, somente, em uma perspectiva coletiva é no mínimo, expropriar Carolina de suas subjetividades e potências. A tendência em que nós fomos colonizados nos faz naturalizar a situação em que estamos inseridos? Essa suposta passividade é cômoda ao sistema? Até que ponto a objetificação dos nossos corpos dá suporte à ideologia de passividade desses indivíduos? De todo modo, entender o que está posto, não é uma escolha passiva desses sujeitos, mas uma expressão da questão social, é sobreviver, é resistir para existir.

A Literatura de Carolina de Jesus tem um caráter fundamental no âmbito Acadêmico, em especial nos cursos de Serviço Social e Psicologia. Ao primeiro contato com a autora na disciplina Questões Étnico Raciais, Políticas Sociais e Serviço Social e, por conseguinte no Ciclo de Leituras Carolina Maria de Jesus, ambos vinculados ao Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), da Universidade Federal Fluminense de Rio das Ostras, foi possível perceber o potencial de suas obras para compor a apreensão da realidade social. A partir dos relatos dos integrantes do Ciclo, a minoria já havia tido algum contato com as suas obras na Educação Básica, vindo a ter contato somente no Ensino Superior de forma pontual.

É instigante raciocinar o quanto as obras de Carolina trazem concretude às contradições do capital, ao evidenciar o quanto de fato o “crescimento” material do país acentua muito a pobreza extrema da classe menos favorecida. Ademais, em seu livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada, conseguimos nos deparar

com a atuação das profissionais do Serviço Social nos primórdios da profissão, trazendo materialidade para os aprendizados construídos no curso. No entanto, não se deve enquadrar as suas obras, unicamente, como documento sociológico, pois estas destacam-se por seu valor literário, situam a autora na condição de sujeito social, alicerçadas na sociedade e no tempo em que foram produzidas e aos quais se referem, nesse sentido estes enquadramentos evidenciam o gênero, raça e classe como fatores determinantes para a negação do seu lugar enquanto autora literária.

A literatura de Carolina dá existência a uma nova base de estudo da cultura característicos da periferia, a construção da imagem de si e concomitantemente constitui uma outra via frente à concepção sociológica dos que falavam em nome dos marginalizados, diferente da perspectiva hegemônica, pois perpassa as próprias vivências do espaço periférico ultrapassando o campo estético. Neste sentido, a análise crítica partindo das obras de Carolina, traz elementos da realidade e do dito desenvolvimento do país, possibilitam trazer para as discussões políticas o fenômeno da pobreza, a miséria e a fome da população que se via à margem do processo de industrialização e modernização brasileira, a preocupação com os custos de vida, a realidade do subproletariado urbano, as condições de vida dos catadores de papel e moradores de cortiços e favelas na cidade de São Paulo, na perspectiva dos sujeitos que as vivenciavam.

O Editor Audálio Dantas recebeu 37 cadernos de Carol, os diários editados como “Quarto de Despejo” preenchem apenas dois, o restante eram textos de ficção: contos, poemas, romances e provérbios. Todavia, há quem duvide da autoria de Carolina, atribuindo ao Audálio a autoria do Diário de uma favelada. Há quem desdenhe das obras de Carolina retirando delas o caráter literário. O próprio Audálio de certa maneira, talvez, inconscientemente no seu lugar de branquitude, buscava apenas reconhecimento para si ou uma forma de subalternizar Carolina. Deixá-la no lugar de favelada para

que sua obra jamais fosse vista como literatura (MIRANDA, 2003). Ele desenha um perfil de Carolina como uma vítima social, dentro de uma lógica estereotipada da própria favela, em nome do suposto caráter de denúncia do livro e com o objetivo de assegurar um tom apenas descritivo ao texto publicado, escamoteou a perspectiva de classe e as demonstrações de conhecimento nos textos originais de Carolina, elementos que foram parcialmente apagados. “Eu dava os parabéns a mim mesma, analisando a minha ascensão. Compreendi que dependia de mim mesma lutar para vencer” (JESUS, 1986, p. 197), considerando o fato de que Carolina possuía plena consciência crítica de classe e raça como fundantes das desigualdades socioeconômicas, não se pode relacionar esta frase a uma representação meritocrática na fala da Carolina, de outro modo evidencia a ausência de garantia de direitos fundamentais e irresponsabilidade por parte do Estado com as populações marginalizadas. Lamentavelmente, a escritora é posta sob um olhar de soberba, tida como alguém consumista e culpabilizada pela sua mobilidade social temporária, os demais livros de Carolina não tiveram tanto sucesso quanto o primeiro publicado, até o sítio que a Carolina havia adquirido necessitou vender voltando à extrema pobreza (JUNIOR, 2019). Carolina sai de uma condição de extrema pobreza para uma condição de vida que ela considerava humana, o que se justifica, portanto, a sua relação de consumo. Possuir bens monetário e materiais adquire um outro significado que a difere do Audálio, por exemplo, a comparar a falta de experiência no quesito fome.

Ainda nessa linha faz-se necessário pensar as contradições dessa suposta “ascensão” de Carolina, tendo em vista que além de escrever, agora torna-se responsável pelas vendas dos seus livros, ou seja, se insere no mercado como trabalhadora precarizada, longe de compor a categoria rica, sem falar do marketing político e ideológico que o jornalista constrói, a narrativa de uma pobre coitada, favelada, que contradiz bastante com a maneira como ela gostaria de ser conhecida.

Referências Bibliográficas

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JUNIOR, R. R. N. (2019). Identidade e memória em Diário de Bitita, de Carolina Maria de Jesus. Uma “história contada” acerca dos anos 1920 a 1940. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História –Mestrado Profissional em História: História, Cultura e Formação de Professores, da UFG/Regional Catalão. Catalão, 2019. 160f

MIRANDA, F. R. D. E. (2013). Os Caminhos Literários De Carolina Maria De Jesus : Experiência marginal e Construção Estética. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2013. 160f

Perpétua, E. (2003). Aquém do Quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. In: Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea (Vol. 0, Issue 22, pp. 63–83).



CARTA PARA CAROLINA MARIA DE JESUS

Sarah Neves (estudante de Serviço Social da UFF/ campus Rio das Ostras)

Querida Carolina, gostaria de escrever somente sobre coisas boas nessa carta, mas, preciso te atualizar de algumas das situações presentes no mundo de hoje. Nesse momento, vivemos uma pandemia de um novo vírus, o COVID-19, o covid ou também conhecido como coronavírus, é uma doença que se manifesta através de sintomas de gripe, mas que afeta de forma mais densa qualquer pessoa que já possua alguma condição de saúde crônica, como os idosos, os hipertensos, os asmáticos... Ou era o que achávamos, até que os jovens começaram a se contaminar e em diversos casos, também chegaram a óbitos.

Com o intuito de cessar a propagação do vírus, foram decretadas quarentenas, onde as pessoas só deixavam seus lares em casos essenciais. Parece coisa de filme né? Eu também acho. Faculdades, escolas, bares, lojas, fábricas, academias, entre tantos outros, foram fechados. Ficamos afastados de familiares, de amigos, das nossas atividades cotidianas e de tudo o que conhecíamos como normal. Agora, vivemos na onda do novo normal. Usamos máscaras para poder ter contato com outras pessoas ou frequentarmos espaços públicos. Com tudo isso, fatores como o desemprego, a fome e a pobreza, se tornaram cada vez maiores. Nosso governo é bastante complicado, nosso presidente possui momentos de extrema loucura e outros de extrema incompetência, um genocida que na verdade, está zero preocupado com os brasileiros que o elegeram e menos preocupado ainda com os que não o fizeram.

São tempos difíceis, Bitita, mas, sei que tanto eu quanto você, entendemos que no mundo em que vivemos, são as dores que nos fortalecem. Muita coisa mudou desde que você partiu! Ou talvez, nem tanta coisa assim. Se formos olhar para o Brasil, não enxergaremos tantas mudanças assim. Mas você ultrapassou o Brasil, Carolina. Publicaram outros livros seus e devo te dizer que fizeram tanto sucesso quanto “Quarto de Despejo”. Os seus livros foram traduzidos para diversas línguas e você, minha amiga, é reconhecida internacionalmente. Até te concederam o título de Doutora Honoris, pela UFRJ. Espero

que esteja orgulhosa de si, pois eu estou.

Tive contato com seus livros pela primeira vez, no ensino médio em um trabalho onde representamos diversas escritoras famosas e adivinha? Você estava lá. Agora, realizando meu sonho de estar numa faculdade federal, te reencontrei e a cada página que lia sobre a sua vida, me sentia cada vez mais incapaz, por diversos fatores. O primeiro deles, é que eu gostaria de ter te ajudado, Carolina.

Eu gostaria de poder te prestar assistência da forma que você precisava ser assistida. Queria poder te ajudar a curar as suas feridas tanto externas, quanto internas e não digo só por dizer. Você merecia ser tratada com dignidade, com humanidade, mas a galera da sua época, não estava preparada pra essa conversa. E eu sinto muito que não tenham feito nada disso por você enquanto ainda estava aqui, é uma pena que você tenha terminado seus últimos dias somente sobrevivendo e não vivendo, como deveria ser.

O Diário de Bitita mexeu comigo de muitas formas e o que mais me doeu, foi saber que eram histórias reais, histórias que se repetem até hoje.

Me identifiquei com você e gostei de você, me afeiçoei.

No capítulo onde você fala sobre a morte do seu avô, eu chorei e muito. Lembrei do meu que perdi em dezembro do ano passado, devido a complicações do vírus que contei acima. O seu, era a sua referência de segurança, assim como o meu. Eu sabia que o encontraria ali, no quintal onde passei quase todos os domingos do meu ano passado. Sabia que ele me receberia com um sorriso, apesar de reclamão. Sabia que me elogiaria e que jamais me pediria ajuda na hora de ajeitar seu relógio, mas que ficava feliz quando eu o fazia.

Quando falou do seu pai, ali estava eu, refletindo mais um trauma de infância.

Seu livro mexeu comigo de formas que eu nunca senti em nenhuma outra leitura.

Eu me indignei por você com a forma que te trataram. No capítulo em que sua tia não te oferece comida ou no capítulo em que você é presa e espancada com sua mãe, ou no capítulo em que você precisa sair da escola. Me indigna saber que você não pôde ocupar um espaço

que merecia e tinha o direito de ocupar. Quanta raiva eu senti durante tantos capítulos, eu sei que essas cenas se repetem, eu as vejo. Talvez seja por isso a escolha desse curso, Serviço Social.

Pela possibilidade de se mostrar humano. Pela possibilidade de cuidar. Pela possibilidade de cuidar das próximas Carolinas de mente brilhante, que são negligenciadas pelas grandes esferas.

Obrigada Bitita, Carolina, autora.

Eu te admirei pela honestidade do começo ao fim, te admirei pela força e pela ousadia. Aprendi com você.

Se permitir ser tão vulnerável nas suas escritas, foi um ato de extrema ousadia.

E sabe de uma coisa?

O mundo não estava preparado pra você, Carolina Maria de Jesus.

Atenciosamente,
Sarah Neves.



UNIVERSIDADE
E LUTAS SOCIAIS



SER CAPAZ DO BELO, DO GRANDE E DO COTIDIANO

Às e aos compas do Assentamento PDS Osvaldo de Oliveira, do MST

Katia Marro | Josefina Mastropaolo

Era um 7 de setembro de 2010, dia em que se celebra a suposta independência do Brasil, aquela mesma que apesar do que sugere o calendário oficial, deixou intocadas as cadeias neocolonialistas que nos amarram aos circuitos imperialistas. Era também dia do *Grito dos Excluídos*, e pelas lindas casualidades que forjamos na história, foi o dia em que as e os compas ocuparam a Antiga Fazenda Bom Jardim, no município de Macaé. Macaé faz parte da chamada Bacia Petrolífera de Campos, uma das mais disputadas nos últimos 30 anos e circuito trágico do neoextrativismo renovado após a descoberta do Pré-sal. *Território de sacrifício* de trabalhadores, dos bens comuns da natureza e do corpo das mulheres. Hoje centrada no petróleo, ontem dedicada à produção escravocrata do açúcar e do café. Todas as dinâmicas denunciadas pelos movimentos feministas de *Nuestra América* se repetem de forma macabra: crescimento exponencial das cidades com migração abrupta; masculinização dos territórios, grande circulação de recursos econômicos que aumenta as disparidades sociais e de gênero; desenho de espaços urbanos ao serviço da especulação; construção de obras que subsidiam a indústria extrativista, mas cobram a vida. Rio das Ostras, cidade dormitório coladinha a Macaé, cresceu durante o período 2000-2010 a um ritmo 4 vezes mais intenso que esta outra (aproximadamente 200%, segundo dados oficiais). É por isso que as “más línguas” a chamam de “capital do estupro”.

Dias depois da ocupação em 2010, as/os compas bateram na porta da Universidade Pública, e algumas enfermeiras e assistentes sociais que aí trabalhamos, prontamente nos deixamos interpelar por esse manancial de demandas que nos instigavam a repensar a formação profissional. Em 2014, as/os compas conquistaram

o direito à terra, quando se inicia o processo de expropriação devidamente contemplado na Constituição Federal, e se põe em marcha a construção do PDS Osvaldo de Oliveira. Aos poucos foram chegando as nutricionistas, os engenheiros, os historiadores e tantos outros que foram se somando ao trabalho que as Universidades desempenhariam neste território. Impossível retratar em poucas palavras a importância desta experiência para a nossa formação: aprender a enxergar as comunidades que batem diariamente a porta das políticas públicas, como sujeitos políticos e coletivos, forjando processos de autorganização; produzindo agroecologia; batendo a cabeça contra todo tipo de contradições para sobreviver e criar novas relações sociais; se desafiando para superar as hierarquias patriarcais que nos infiltraram nas veias desde o nascimento.... tudo isso é profundamente pedagógico.

Meses atrás, quando as/os compas enfrentavam mais uma tentativa de reverter a existência desse território de reforma agrária, olhávamos umas fotos áreas que comparavam a área em 2010 e 2020. Cabe lembrar que quando as famílias ocuparam esta área, havia vestígios importantes de degradação ambiental, apesar de ser um espaço supostamente protegido por legislação especial pelo seu tipo de vegetação. Foi emocionante ver as fotos aéreas atuais, com um verde e um relevo de vegetação inexistente nas apagadas e foscas fotos de 2010. A recuperação ambiental que as fotos demonstram foi cultivada com as mãos calejadas das/os compas do MST.

Se tornaram produtores rurais que fornecem alimentos para a merenda escolar do Município de Macaé, as feiras locais, inclusive diversas feiras que realizamos nas Universidades Públicas da região, assim como em

outros espaços de comercialização de alimentos orgânicos, próprios do MST. Vimos com os nossos olhos a simpatia, o intercâmbio e a solidariedade com as trabalhadoras/es terceirizadas/os da Universidade (as da limpeza, os vigias) e com os próprios estudantes.

Produzem feijão, mandioca, abóbora, bananas, milho, batata doce, inhame, taioba, guandu, tomate, *chaya*, maracujá, condimentos e hortaliças, dentre tantos outros alimentos derivados, sem veneno, quase sempre com poucas máquinas, apesar de trovões, incêndios, barracos de lona que se molham com a chuva, a falta de luz e água que às vezes os pega de surpresa. As/os compas fazem mágica para produzir alimentos agroecológicos.

Há dez anos atrás, quando foram ocupadas as improdutivas terras da antiga Fazenda Bom Jardim, os órgãos do governo federal as declararam de interesse social e disponíveis para a reforma agrária. Desde então, as 63 famílias que compõem o assentamento oscilaram num pêndulo de despejos aos que responderam com reiteradas reocupações. Despejos e reocupações: esta é a dinâmica violenta e desgastante da luta pela terra que enfrentam

trabalhadores rurais sem terra, ao longo deste país que tem uma das maiores taxas de concentração de terra da região. Só em 2014, o INCRA publicou oficialmente que a antiga Fazenda Bom Jardim seria destinada à constituição do assentamento ambiental diferenciado na modalidade do PDS, atribuindo às famílias a posse da terra. Apesar dessa medida oficial, em 2015 tiveram que se mobilizar frente a uma ordem de despejo que alegava inviabilidade produtiva e econômica. Foi necessária muita resistência, e a emissão de outro parecer para demonstrar a viabilidade do PDS e a necessidade de permanência das famílias. Em 2016, a posse foi aprovada pela justiça, constituindo-se como uma grande vitória para as famílias. Entretanto,



em 2019 ressurgiu um novo pedido de despejo: a oitava câmara do tribunal de apelações do Tribunal Regional Federal 2, com dois votos contra um, anulou o processo de desapropriação e ordenou que as famílias deveriam sair da terra em um prazo de 3 meses, autorizando inclusive o uso da força policial. Os argumentos voltam a girar em torno da suposta inviabilidade produtiva e econômica do assentamento. Chama a atenção que o juiz que instruiu a causa, tão preocupado pela viabilidade ecológica do assentamento, aceitou recentemente um recurso do governo federal de Bolsonaro para restabelecer as decisões do Conselho Nacional de Meio Ambiente que retiram a proteção ambiental de manguezais, restingas, e permitem que se queime lixo tóxico.

O discurso da inviabilidade não condiz com as avaliações dos órgãos oficiais competentes, nem com as evidências reais que mostram que desde a ocupação as famílias expandiram as margens de recuperação de vegetação nativa; nem com o que vemos a simples vista visitando o assentamento onde as famílias produzem uma grande variedade de alimentos sem veneno para sua própria subsistência e para abastecer

o mercado local.

Geninha — mulher negra, assentada no PDS Osvaldo de Oliveira, de sorriso largo e voz doce para entoar as canções do movimento —, adora dizer que o MST é uma Universidade. E ela está coberta de razão. Pois boa parte do que temos aprendido e ensinado como docentes, enfermeiras e assistentes sociais, cresceu junto às/os compas.

As mulheres do PDS são tão gigantes que não cabem nestas páginas. Criaram um coletivo chamado Margaridas do Karucango. E com este nome - que também

nomeia o feijão agroecológico produzido no PDS – recupera o nome do Quilombo do Karucango, que está sob essas mesmas terras. Outra das lindas coincidências que as mãos dos subalternos semearam ao longo da história: mato à dentro do PDS, ainda se encontram vestígios de grandes painéis e utensílios que lembram os passos de quem forjou as poucas margens de liberdade que tem este país. É que na memória subterrânea destas terras há uma ancestralidade de luta que alimenta as forças das/os compas que parecem nunca acabar.

Dizem as “más línguas” que o feijão, a mandioca, a abóbora e a farinha que produzem têm raízes e memórias que vêm de longe....

Como não falar de Dona Delira? Delira anda pertinho dos seus 70, de sorriso lindo e travesso. Muitas histórias para contar. Delira aprendeu a ler na Campanha do *Sim, eu Posso*, que o Movimento abraça com seu setor de educação, mas ela deu continuidade a seus estudos na escola mais próxima (que não está nada próxima, nem na área rural). Um dia fazíamos uma formação com as mulheres, e pedimos para que elaborassem uma listagem com todo o trabalho que desenvolviam ao longo do dia. Apesar de que a proposta era debater a invisibilidade e a desvalorização do trabalho reprodutivo, Delira fez uma lista com sua letra recém-estreada que desafiava qualquer rotina de divisão sexual e racial do trabalho. Outro dia, na sua sábia sensatez, Delira disse: “nós somos conjuntura”. E o repetiu muitas vezes, apesar de que não entendíamos exatamente o que ela queria dizer. Ao melhor estilo do mestre Paulo Freire, a companheira Delira estava recriando uma palavra que se aproxima do conjunto. Talvez Delira não soubesse que nestes tempos delirantes, sua palavra era um convite a juntar o desejo de ser realidade, o compromisso de ser presente e o desafio de fazê-lo juntas e juntos. CON-JUNTURA que na boca sensata de Delira é: Nós + agora + bem juntas/os.

Como não nomear a Edna, que um dia nos contou o que sentiu quando chegavam na área onde seria o assentamento, com os caminhões com suas mudanças, depois da emissão oficial da posse da terra, para se tornarem assentadas/os da Reforma Agrária. Parece que enquanto passavam pelo distrito vizinho de Córrego de Ouro, houve alguns olhares de reprovação para as bandeiras vermelhas do gigante MST. Olhares de outros trabalhadores pobres, liquidificados nas engrenagens da exploração, dopados pelas doses diárias de Rede Globo, o grande aparelho da hegemonia burguesa no Brasil. Edna pensou para dentro dela, com essa dose de humanismo que só a luta dos trabalhadores pode nos dar: *vocês, que nos olham com reprovação, não sabem que nós plantaremos os alimentos saudáveis que os irão alimentar*. Temos certeza que muitos desses trabalhadores, depois de 6 anos de trabalho agroecológico incansável, depois de terem sido alimentados pelas doações que lhes mataram a fome durante a tragédia da pandemia, já sabem.

Poderíamos falar de Jovem, e suas mãos tricotando flores e belezas, ou preparando um xarope; ou de Rosângela e sua voz potente para lhe cantar à luta; poderíamos falar de Marcela, aguerrida e imprescindível para a mobilização; ou de Shirley e sua mãe, sempre cuidando com solidariedade feminista todos os espaços das mulheres. E de tantas outras, Creuza, Dona Maria, Gildete e Saionara...

Vimos os compas doarem alimentos em plena pandemia, nas favelas da região. No final do ano passado, em plena chuva do mês de novembro, no meio do caos que reinava frente à ameaça de despejo, as/os compas estavam mobilizados para acompanhar a um companheiro até um centro de saúde mental, localizado na distante área urbana. É que os Sem Terra aprenderam com Guevara que um revolucionário está feito de grandes sentimentos de amor e de sensibilidade perante o sofrimento humano alheio.

Tempos atrás líamos as memórias das mulheres da revolução cubana, e uma delas lembrava a Frank Pais, jovem lutador do Movimento 26 de Junho, assassinado pelas forças policiais de Batista, bem antes da vitória de 1959. Ela dizia que Frank era um lutador imprescindível, porque era capaz do pequeno e do cotidiano, e ao mesmo tempo, do grande e do belo. A imagem nos resultou incrível para nomear as/os compas do PDS Osvaldo de Oliveira, também capazes do grande e do cotidiano.

Os antigos donos, ou melhor, os apropriadores destas terras, nunca se conformaram, e apesar de que as famílias contam com uma permissão de posse desde 2016, os latifundiários continuam apelando. Recentemente as famílias conseguiram mais uma vez, suspender o despejo, mas ainda estão na batalha judicial por reverter essa ameaça e garantir sua permanência. Que possamos resistir, pois o futuro do PDS importa a todos! Toda solidariedade e apoio às famílias do PDS Osvaldo de Oliveira!



A DEFESA INTRANSIGENTE DA POLÍTICA DE COTAS NO ANO EM QUE O BRASIL ENFRENTA A POSSIBILIDADE DE SEU RETROCESSO

Tarcísio Conceição Oliveira | Thamires Costa Meirelles dos Santos

Os esforços coletivos dos Movimentos Negros pela implementação da política de cotas raciais antecedem sua regulamentação no Brasil. Desde quando ocorreu o momento de revisão crítica da historiografia sobre as questões de “raça” e “racismo” no cenário nacional (HASENBALG 1979; IANNI, 2004)¹, intelectuais e militantes negros passaram a denunciar os mecanismos de dominação contra o negro brasileiro nas esferas econômicas, sociais, culturais e simbólicas, assumindo o compromisso político, e efetivamente democrático, de construir uma agenda que incluísse propostas em benefício da população negra.

A utilização de dados estatísticos foi uma metodologia utilizada no aprofundamento de pesquisas sobre as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira, não à toa, discussões relacionadas ao mercado de trabalho e ao acesso à educação sempre foram temas caros ao Movimento Negro Unificado (MNU), que teve em figuras como Lélia Gonzalez uma de suas interlocutoras, das quais

a dedicação em incluir a questão racial e de gênero em suas análises tornou-se uma marca própria (GONZALEZ, 2020)².

Na mesma direção, Munanga (1996; 2003) vem há décadas chamando atenção para o impacto positivo das cotas raciais em países como Estados Unidos, defendendo que as experiências realizadas em lugares que convivem



Créditos: Claudia Ferreira - www.memoriaemovimentossociais.com.br

com o racismo poderiam servir de inspiração ao Brasil no enfrentamento das desigualdades econômicas e raciais. Foi a partir da luta incansável deste movimento, especificamente após a Conferência de Durban na África do Sul, em 2001³, que a exigência de adoção de medidas reparatórias às

vítimas do racismo reverberou na implementação da Lei nº 12.711, em 29 de Agosto de 2012, cujo Art. 3º dispõe sobre a garantia e reserva de vagas, em universidades públicas e institutos federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, alunos de baixa renda e estudantes de escolas públicas.

A considerar o abismo social existente entre brancos e negros no Brasil, oriundo dos quase 400 anos de escravização de africanos e indígenas, as políticas de ações afirmativas representam a possibilidade de garantir uma mobilidade social, antes inalcançada por esses grupos, além de ser um dos instrumentos cruciais para acelerar o processo de mudança do quadro injusto em que se encontra a população negra (MUNANGA, 2003). Dentre as políticas afirmativas conquistadas, Pinheiro e Soares (2020, p. 201) analisam que “a política de cotas no ensino superior é considerada um marco, tanto por ter dado maior visibilidade a essas políticas, como por ter propiciado maior debate em torno de questões tratadas por elas”.

Apesar disso, desde sua criação, a Lei de Cotas esteve condicionada a uma avaliação e revisão programada, prevista para quando completarem dez anos de sua implementação (BRASIL, 2012, n. p.). Portanto, o ano de 2022 será importante para redefinir os rumos dessa política que se constitui como medida fundamental para o enfrentamento do racismo e das desigualdades causadas por ele. O que nós não esperávamos, era que essa revisão ocorreria na vigência de um governo ultraconservador com demonstrações correlatas ao neofascismo, no marco de uma crise social, política e econômica que se somatiza a crise sanitária causada pela péssima gestão governamental exercida durante a Pandemia da Covid-19, que já se estende há quase dois anos no Brasil.

Neste contexto, as práticas e discursos proferidos pelo Presidente da República, Jair Bolsonaro, que antes já indicavam sua pretensa oposição às cotas raciais e a afirmação dos direitos relacionados à população negra

e indígena, potencializam as posturas negacionistas contrárias à ciência e ao importante papel desempenhado pelas universidades. Deste modo, se preocupava o fato de que as políticas de ações afirmativas fossem compreendidas com o fim em si mesma (GONÇALVES; AMBAR, 2018), atualmente essa problemática soma-se a possibilidade de extinção da Lei de Cotas (PINHEIRO; SOARES, 2020, p. 202).

Como nos lembra Munanga (2003, p. 118) “as peculiaridades culturais e históricas do racismo à brasileira”

são fatores determinantes para reafirmar o lugar do negro e, não por acaso, são constantemente reatualizadas para manter o pleno funcionamento da lógica operante do Estado, que por sua vez atua por trás do ‘manto’ da “democracia racial”. No tocante às cotas raciais, o antropólogo observou que entre os que a condenam, de modo especulativo, utilizam de argumentos que pregam o *status quo*, silenciando as estatísticas que comprovam a exclusão social do negro (Idem, p. 127).

Em função disso, torna-se revoltante – para os movimentos sociais e parcela da sociedade brasileira – a postura assumida pelo presidente em relação a questão, em falas como: - “Que dívida? Eu nunca escravizei ninguém” (CARTA CAPITAL, 2018, n. p.)⁴; ou quando diretamente ameaça extinguir tal política:

Não vou falar que vou acabar [com as cotas], porque depende do Congresso. Quem sabe diminuir o percentual. Não só para a universidade, mas para concurso público. Pelo amor de Deus, vamos acabar com essa divisão no Brasil (ANTUNES, 2018, *apud* PINHEIRO; SOARES, 2020, p. 202).

4 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-rodaviva-que-bolsonaro-sonhava/>> Acesso em: 26 jun. 2021.

1 O sociólogo argentino Carlos Hasenbalg, foi um dos importantes nomes para o avanço de pesquisas sobre raça e racismo no Brasil, sustentando as ações do Movimento Negro Unificado e contribuindo para o avanço dos estudos étnico-raciais no país (GONZALEZ, 1982), sua obra intitulada “Discriminação e desigualdades raciais no Brasil” (1979) defende que a estratificação social revela a extrema desigualdade entre negros e brancos, uma vez que, as diferentes formas de discriminação e preconceitos raciais, foram inteiramente atualizadas para o desenvolvimento do capitalismo à brasileira. A importância desse estudo reverberou na parceria de Hasenbalg com diferentes intelectuais negros, dentre eles, Lélia Gonzalez, onde juntos escreveram o primeiro livro da autora “Lugar de Negro” (1982). Já o sociólogo brasileiro Octavio Ianni, pertencente à Escola Sociológica de São Paulo, da qual também participaram eminentes estudiosos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, entre outros que iniciaram os estudos sobre o negro, na ótica das relações raciais e interétnicas, rompendo apenas com a visão raciológica e culturalista de Nina Rodrigues, Arthur Ramos, etc. (MUNANGA, 2003, p. 18).

2 Ver mais em: GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). Por um feminismo Afro latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 45-49.

3 O Movimento Negro Unificado apresentou o texto do Relatório do Comitê Nacional para a Reparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, no período de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 (MUNANGA, 2003, p. 120).

Apesar da Pandemia da Covid-19 ter aprofundado significativamente as desigualdades já existentes na sociedade brasileira, a afirmação dos direitos sociais se mantém como único caminho possível para constituir as bases fundamentais para sua superação, sendo assim, em um cenário marcado pelo retrocesso generalizado, a defesa por “nenhum direito à menos” passa a valer para medidas já conquistadas, como é o caso da Lei de Cotas. Em razão disso, nos reportamos a estratégia histórica dos Movimentos Negros de lançar luz e interpretar criticamente os dados estatísticos, a fim de contribuir para a preservação dos direitos já conquistados pela população negra.

Nota-se, portanto, que:

Em se tratando das cotas, isso é emblemático. O perfil dos estudantes nas instituições de ensino superior mudou nos últimos anos. Segundo a Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019) um total de 51,2% da população pesquisada nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) se autodeclara negra. Esses dados demonstram que as ações afirmativas, em um período de 10 anos, foram responsáveis pela elevação do número de estudantes pretos(as) e pardos(as) de 160.527 para 613.826, com variação de 282% (ANDIFES, 2019, *apud*: SOARES; SANTOS; SALCEDOS, 2020).

Para além do aumento quantitativo extremamente relevante no tocante ao acesso às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) através da política de cotas, esses dados representam o ingresso de diferentes estudantes negros que encontram na qualificação e formação profissional, uma das possibilidades de mudar a realidade das quais partem e, se tratando de sujeitos negros, representam majoritariamente a primeira geração de sua família a se inserir no ensino superior. Nesse sentido, torna-se inteiramente necessária e simbólica a efetividade da Lei de Cotas, tanto no que diz respeito à redução e combate das desigualdades impostas para a população

negra brasileira, quanto na posituação da trajetória desses sujeitos, representando um salto qualitativo na afirmação de direitos historicamente negados a várias gerações.

Portanto, a defesa intransigente da política de cotas raciais se sustenta no projeto político construído arduamente pelos Movimentos Negros e se constitui, na contemporaneidade, como agenda fundamental para a manutenção dos direitos sociais já conquistados, haja vista que, os tempos sombrios nos quais temos vivido, exigem a construção de estratégias de luta inspiradas nas resistências históricas protagonizadas pelos que nos antecederam e prepararam nossos caminhos.

A afirmação da política de cotas como uma luta ancestral, histórica e estrutural

Vimos que a Lei de Cotas é um marco significativo para os Movimentos Negros, expressando e materializando uma luta contínua da população negra no que diz respeito ao acesso em espaços e instituições que outrora proibiam a sua entrada e quiçá permanência. Mas, por que a política de cotas é um alvo tão demarcado no Brasil, ainda mais no atual governo vigente?

Pois bem, para nos auxiliarmos neste caminho, é primordial entender que a sociedade brasileira foi cimentada em cima de processos sociais e históricos que fortaleciam e reforçavam discriminações, preconceitos e opressões raciais e sociais, como por exemplo: a miscigenação, a imigração de mão de obra europeia e a ideologia da “democracia racial”⁵. Nos dias atuais, notamos algumas falas permeadas desses processos destacados acima, como já foi evidenciado, anteriormente, em relação ao pronunciamento do Presidente da República sobre a política de cotas.

Além disto, não podemos perder de vista o papel do âmbito jurídico durante toda a historicidade do Brasil, legitimando o que já apontamos acima e, criando condições para perpetuar a população negra na base da pirâmide social, negando acesso a moradia, renda, educação e etc., pois a primeira lei de educação formulada e instaurada no país, em 14 de Janeiro de 1837, afirmava que eram proibidos de frequentar as escolas públicas: “primeiro: pessoas que padecem de moléstias contagiosas. Segundo: os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam livres ou libertos”⁶. Em 18 de Setembro de 1850, temos a Lei de Terras, implementando a propriedade privada no Brasil e, paralelamente, no mesmo mês da Lei Eusébio de Queirós, em 4 de Setembro de 1850, que colocava fim no tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas.

Sendo assim, os ataques à política de cotas raciais podem ser interpretados como um ataque direto a uma população que possui cor, raça e etnia específicas, além de, historicamente, ser impossibilitada de ocupar instituições e espaços. Esta afirmativa ganha sustentação a partir do momento em que, mais uma vez retornando aos processos sociais e históricos do Brasil, constatamos a primeira lei de cotas, destinadas a filhos de donos de terras, para vagas nas escolas técnicas e nas universidades, nomeada como Lei do Boi, em 3 de Julho de 1968.

Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino médio agrícola e as escolas superiores de Agricultura e Veterinária, mantidos pela União, reservarão, anualmente, de preferência, de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas a candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam com

suas famílias na zona rural e 30% (trinta por cento) a agricultores ou filhos destes, proprietários ou não de terras, que residam em cidades ou vilas que não possuam estabelecimentos de ensino médio (Brasília, 1968)⁷.

Portanto, o que Silvio Almeida (2018) denomina por racismo estrutural, caracteriza este breve percurso exposto, visto que o mesmo não pode ser compreendido sem as dimensões da economia, política e subjetividade, assim como os seus rebatimentos nas instituições e espaços – o racismo institucional. Por entendermos a profundidade deste sistema e estrutura, ressaltamos a defesa pela política de cotas e a (re) afirmativa de não a este retrocesso. É nesta direção que se faz tão pulsante e presente os corpos negros nas universidades, tensionando este espaço e rompendo com os silêncios e apagamentos históricos, fundados em uma desumanização dos corpos de seus antepassados.

Desta forma, “o fato de esses jovens passarem a frequentar em maior quantidade os espaços acadêmicos traz uma corporeidade outra, acompanhada da produção de novas experiências e de novos significados” (GOMES, 2009, p. 202). Neste encontro de semelhantes, vivências compartilhadas, começam-se a tecer redes de resistências, afeto e apoio, expressa por Coletivos ou Movimentos Negros, com vistas ao enfrentamento do racismo no ambiente acadêmico; um enfrentamento que carrega toda uma ancestralidade ao atestar uma historicidade negada, na produção de conhecimentos, mas também, de uma historicidade essencial para a estruturação da sociedade brasileira.

“Um enfrentamento que carrega toda uma ancestralidade ao atestar uma historicidade negada, na produção de conhecimentos, mas também, de uma historicidade essencial para a estruturação da sociedade brasileira.”

5 Lélia González (2018) e Abdias do Nascimento (2017) nos ajudam nesta compreensão e debate a partir do momento em que destrincham tais incidências, afirmando que a miscigenação foi calcada em cima do estupro de mulheres negras, africanas escravizadas e indígenas; a imigração de mão de obra europeia tinha como direcionamento o branqueamento da população brasileira, tendo João Baptista de Lacerda o seu principal defensor, com vistas a modernização do Brasil; e a “democracia racial” corroborava para uma ideia de “paraíso racial” entre as três raças: a branca, a negra e a indígena. Além disso, o que entendemos hoje por meritocracia – sistema onde cada indivíduo é considerado inteiramente responsável por suas conquistas individuais, exclusivamente por méritos próprios – é atravessado por resquícios desta ideologia.

6 Trecho retirado do site Favela Potente. Matéria disponível na íntegra em: <<https://favelapotente.wordpress.com/2018/11/07/o-brasil-e-racista-e-posso-provar/>> Acesso em: 05 jul. 2021.

7 Documento disponível na íntegra em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 05 jul. 2021.

Na contramão desta lógica, criamos mecanismos para se romper com a história única, como bem nos alerta a feminista e escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, em seu TED intitulado “*O perigo de uma história única*”⁸. Um movimento que carece de urgência e que pode ser visto nos tensionamentos causados por essas corporeidades outras⁹ nas universidades. História única, esta, que materializa apenas uma forma de se pensar e de se produzir conhecimentos, uma vez que as histórias da maneira como são contadas e por quem são contadas precisam de um olhar atento e crítico, acerca de povos historicamente impedidos do direito a fala e produção de conhecimentos em detrimento de um grupo racial dominante que está em espaços de poder e persiste desde os primórdios – a branquitude.

Entendendo essas corporeidades outras como corpos políticos, mas particularmente o corpo negro, temos uma ruptura do lugar social e acadêmico construído e imputado ao mesmo, de acordo com as contribuições de Guerreiro Ramos (1955). O “negro-tema”, objeto de pesquisa nas universidades, falado a partir de outrem por meio de um projeto (neo)colonial¹⁰, após a quebra desta lógica, que podemos fazer um paralelo com a implementação da política de cotas, passa agora a ser “negro-vida”, o agente ativo, protagonista de sua história e pesquisador de suas produções. O agente que resgata referenciais de um povo interrompido e longe do seu berço de identidade e civilidade, o Continente Africano.

A política de cotas é alvo declarado porque expressa uma articulação dos Movimentos Negros no que tange ao racismo e à sua apreensão, no qual podemos observar nas formulações que a antecedem, tais como: a Constituição de 1988, reconhecendo e afirmando o racismo como um crime inafiançável; a Lei 10.639 de

2003, tornando obrigatoriedade o ensino da história e cultura afro-brasileira; a primeira Política de Saúde da População Negra, em 2009, denunciando as formas como a população negra é tratada no sistema de saúde, como também as suas particularidades; e o Estatuto da Igualdade Racial, em 2010, ratificando as incidências históricas para com a população negra.

Este montante de ações, olhado num primeiro momento de maneira acrítica, desarticulada e isenta de sujeitos e processualidades históricas, podem ser entendidos como momentos distintos e distantes entre si, bem como da política de cotas. Mas, são movimentações que expressam a árdua articulação política dos Movimentos Negros, na denúncia do extermínio e genocídio diário sofrido pelos povos originários e pela população negra, na intenção de criar instrumentos de reparação e construir uma sociedade livre de quaisquer tipos de opressão. Cabe destacar, que trata-se de uma construção em andamento e a sua descontinuidade é o projeto deste (des)governo.

Portanto, nos reportamos ao Quilombo dos Palmares, primeiro Estado livre do Brasil que, além de deter uma estrutura e organização complexa, tinha conjuntamente os conhecimentos, os saberes e as tecnologias essenciais para a manutenção e concretização de um sistema social alternativo e contra-colonial. Sendo assim, a política de cotas corresponde a um dos caminhos de resgate de uma existência negada, tanto no que se refere a inserção de sujeitos que foram historicamente excluídos, minorizados e subjugados, dentro e fora dos espaços acadêmicos, quanto na possibilidade de construir um espaço de insurgência e protagonismo negro.

8 Vídeo na íntegra disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EC-bh1YARsc&t=540s>> Acesso em: 05 jul. 2021.

9 Tais corporeidades podem ser compreendidas a partir de toda manifestação que não seja branca, masculina, heteronormativa, cisgênera e outros elementos e características físicas. Tem-se em vista então a população negra – escravizada e em diáspora, os povos originários, população quilombola, população LGBTQIA+, povos de terreiros e etc.

10 Numa lógica de dominação e/ou domesticação, uma vez que estes sujeitos eram “infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos)” (GONZÁLEZ, 2018, p. 193).



Créditos: Claudia Ferreira - www.memoriaemovimentossociais.com.br

Referências

ALMEIDA, Silvio. **O que é: Racismo estrutural?** Belo Horizonte: Grupo Letramento, 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 26 jun. 2021

CARTA CAPITAL. **O Roda Viva que Bolsonaro sonhava**. 31 jul. 2018. Coluna Política. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/rodaviva-que-bolsonaro-sonhava/>. Acesso em: 26 jun. 2021

GOMES, Nilma Lino. Para além das bolsas acadêmicas: Ações afirmativas e o desafio da permanência dos(as) jovens negros(as) na universidade pública. In: **Ações afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pósDurban**. Organização: Valter Roberto Silvério e Sabrina Moehlecke. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

GONÇALVES, Renata; AMBAR, Gabrielle. A questão racial, a universidade e a(in)consciência negra. **Revista Lutas Sociais**, nº 34, jan/jun. 2015.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: HASENBALG, Carlos; GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**, v. 3, p. 9-66, 1982.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZÁLEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia González em primeira pessoa**. Coleção organizada e editada pela UCPA – União dos coletivos Pan-africanistas. Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org.). **Por um feminismo Afro latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, pp. 45-49.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

IANNI, Octavio. Dialética das relações raciais. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, 2004.

MUNANGA, Kabengele. O anti-racismo no Brasil. In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 79-94.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; SILVERIO, Valter Roberto (Org.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva 2017.

PINHEIRO, Carina; SOARES, Maria de Lourdes. A lei de cotas por um fio: o retrocesso social atual. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro – 1º semestre de 2020, n. 45, v. 18, pp. 196-210.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Patologia social do branco brasileiro**. Editora Jornal do Commercio, 1955.

SOARES, Raimunda; SANTOS, Thamires; SALCEDES, Thaís. Que caminhos nos levam a uma educação antirracista no Serviço Social? Experiências e tensões frente ao “reconhecimento” da centralidade da questão racial na conformação da questão social brasileira. **I Simpósio Serviço Social e Relações étnico-raciais**, UNIFESP, v. 1, ed. 1, 2020. DOI 10.34024/978-65-87312-05-7. Disponível em: <https://simposiorelaciais.openjournalsolutions.com.br/index.php/simposio/issue/view/6>. Acesso em: 26 jun. 2021



AS MUITAS FOMES QUE NOS CERCAM

Suenya Santos

Nos encontramos num cenário em que a realidade ultrapassou a ficção. Em pleno século XXI, com tantos avanços científicos em diversas áreas, a mentira ganha *status* institucional quando os próprios governantes assumem esse recurso como prática política. Assim, sob o apelo da moral cristã, da defesa da família e dos bons costumes, se prega o ódio contra segmentos populacionais historicamente oprimidos; nega-se as mudanças climáticas, incentivando o comércio ilegal de madeiras e o ateamento de fogo em florestas; nega-se a importância da vacinação mediante a dramaticidade da pandemia do novo coronavírus; incentiva-se o armamento numa sociedade já marcada pela violência; dentre outras defesas desavergonhadas, cínicas e descabidas. Desde 2019, o Brasil tem vivido essa experiência, com uma lista ampla de inverdades, as chamadas “*fake news*” (notícias falsas), que atravessam o nosso cotidiano, incitando a violência como resposta às mazelas sociais, enquanto uma série de políticas duramente conquistadas são desmontadas.

Acredito que ainda vamos levar um tempo para entender como nos encontramos nessa realidade de condições de vida adoecedoras e insuportáveis (que lembra uma distopia) por uma escolha política de muitos brasileiros e brasileiras em que o discurso do ódio e da violência são pronunciados por diferentes classes sociais, a ponto de pessoas de segmentos populacionais que são justamente alvo da violência, seja por forças privadas e/ou públicas, apoiarem quem os quer eliminar. Contudo, é importante reconhecermos e valorizarmos que as saídas já estão em construção e precisam ser reforçadas.

Como ponto de partida, compreendo que nosso terreno vem sendo fertilizado há muito tempo para a naturalização da violência, do genocídio de grupos sociais, sobretudo em função da cor da pele e etnia. São séculos de colonização, não apenas de territórios, mas de

conhecimento, irrigada com um profundo conservadorismo combinado com irracionalismo e autoritarismo em momentos de crise econômica. As elites brasileiras carregam em si o patrimonialismo, ou seja, o assalto permanente do que é público, para reter a pequenos grupos e famílias, considerando qualquer reação social crítica, que defenda a justiça, a igualdade, a democracia, os direitos humanos, o meio ambiente, como uma poderosa ameaça que precisa ser controlada ou mesmo eliminada.

“A aposta do capital tem sido a criação de um conjunto de políticas que dizem combater a pobreza, mas na verdade combate os pobres”

Tanto tempo de roubo e espoliação nos empurrou para um conjunto amplo de carências subjetivas e materiais. Por isso, nos encontramos cercados de múltiplas “fomes”, como de acolhimento e cuidado, de tolerância e respeito, de acesso a direitos como educação, cultura, saúde, trabalho e renda, previdência, assistência, meio ambiente e até mesmo do direito humano à alimentação. O contexto

da pandemia apenas aprofundou as desigualdades previamente existentes, nos oferecendo a oportunidade histórica de olharmos para a nossa própria história reconhecendo em nosso processo de colonização profundas marcas de violências atravessadas não apenas pela exploração que dá origem a uma luta de classes típica de relações sociais capitalistas, mas por opressões étnico-raciais e de gênero. Essa mirada no espelho latino-americano, sem utilização do filtro eurocêntrico, nos auxiliará a fertilizar um solo já enxarcado de sangue de povo pobre, de mulheres, de negro/as, de indígenas, de camponeses/as para que brotem sementes de um novo futuro. Isso nos exige um compromisso coletivo de

reconhecimento de sabedorias e práticas ancestrais e de lutas populares.

Trata-se de uma tarefa de longo prazo e aqui buscaremos contribuir com elementos que auxiliem a uma aproximação para refletirmos sobre a complexidade do fenômeno da fome.

Produção e reprodução social da fome

As inverdades não são algo novo na história da humanidade. Mas na atualidade, com a velocidade que as redes de comunicação permitem a disseminação de informações, elas se tornam uma poderosa arma de destruição de sonhos de um mundo melhor. E o resgate dessa utopia passa por nos apoiarmos na ciência e na luta popular, desfazendo mentiras e mitos, enxergando a realidade na dinâmica das disputas políticas, cujo modelo de desenvolvimento em curso revela processos de conflitos fundiários e socioambientais, de genocídio e destruição ambiental.

Um dos mitos que nos cercam, e não é de hoje, é de que não haverá comida para todos. No final do século XIX, Thomas Malthus afirmava que a população cresceria mais do que a capacidade da produção de alimentos, aumentando a população pobre e miserável e por isso afirmava que a assistência social era um estímulo ao nascimento de pobres. Desde então, sob novas roupagens essa ideia vem sendo ressuscitada para culpabilizar os pobres pelo aumento da pobreza. Por certo que não podemos ignorar que nos últimos 100 anos a população mundial praticamente quadruplicou, saindo de 2 bilhões em 1927 para uma previsão de 8 bilhões em 2025 (Alves, 2017), impondo uma forte pressão sobre os bens naturais. Contudo, olhar para esses números isoladamente não nos ajuda a entender o que se passa. Numa primeira mirada, podemos tender a pensar que há muita gente no mundo e a pressão sobre nossa grande casa, o planeta terra, não dá conta desse crescimento. Se ficarmos presos aos números não teremos a capacidade de compreender

que sim, precisamos entender que a existência humana gera uma pressão sobre os bens comuns, mas a saída é - eliminar parte da humanidade ou repensar nosso modo de produzir e de viver? A aposta do capital tem sido a criação de um conjunto de políticas que dizem combater a pobreza, mas na verdade combate os pobres. Ou seja, não se combate as origens da pobreza que expressam um modelo produtivo que degrada o meio ambiente e gera exploração e desigualdades. Portanto, se um percentual significativo da população mundial passa fome, cerca de 1/3 segundo a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura), não é por falta de alimentos, mas por um sistema que privatiza a terra e outros bens comuns, desterritorializando comunidades que, sem acesso à terra e à renda, perdem o acesso a um direito básico: o da alimentação.

Ziegler (2013), em seu livro *Destruição em massa – geopolítica da fome*, denunciava que o mundo produz alimentos para o dobro da população mundial. Porém, sob os ditames do mercado financeiro internacional, a produção agrícola se volta não para alimentar a população mundial, mas para o acúmulo de capital para setores das finanças e de toda a rede que domina a cadeia produtiva e de armazenamento, estocagem e distribuição de alimentos. O resultado é que não se combate a pobreza, mas os pobres. As mudanças climáticas e seus efeitos sobre a produção agrícola são extremamente preocupantes, a exemplo do aumento de secas, inundações, pandemias. Tais fatores ampliarão as desigualdades e o fenômeno da fome é uma das expressões mais doloridas, pois é inaceitável que com tanta terra agricultável no mundo, com tanto desenvolvimento tecnológico, ela ainda seja produzida e reproduzida por um sistema que coloca o lucro acima da vida.

Brasil, mostra a tua cara

“Se arranjávamos dinheiro para pagar o aluguel, não arranjávamos para comprar comida”
Carolina Maria de Jesus, Diário de Bitita, p. 143

Especialmente no Brasil e no conjunto da América Latina, a política em curso é que os bens comuns se voltem para a produção agropecuária, exploração mineral, produção de energia. Assim, comunidades e povos tradicionais, fauna e flora são considerados obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo. Segundo a FAO, em 2019 a fome afetou 47,7 milhões de pessoas na América Latina e Caribe, com tendência ao crescimento até 2030.

Entre 2004 e 2014, com todos os limites dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento agrário possibilitou que o país saísse do mapa da fome. Contudo, com o fim do pacto que deu sustentação a esse período, a aposta na combinação de uma economia assentada no agronegócio e no neoextrativismo, juntamente com o desmonte de políticas sociais e ambientais, tem provocado um rápido recrudescimento da fome, no dramático contexto da pandemia.

Dados de institutos oficiais de pesquisa (como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e de rede de pesquisadores (como a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar) revelam a cara do Brasil atual: 116,8 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar; 19,1 milhões passando fome; 14,8 milhões de desempregados; 26 milhões em situação de pobreza; aumento de mais de 40% do desmatamento em relação a 2020; 215 milhões de cabeças de gado, enquanto a população brasileira é de 211 milhões. Tais dados revelam o resultado de uma escolha política. A escolha pelo agronegócio, ao contrário da propaganda de que o “Agro é Pop, o Agro é Tech”, é a escolha de que é preciso terra para gado e não para pessoas produzirem, mesmo que isso implique em desmatamento, em desterritorialização de comunidades, em despejos, remoções, conflitos, em fome! Fome que tem classe social, tem cor, etnia e gênero.

Num contexto de crise climática a agricultura familiar é mais do que produção, é luta e resistência pelos territórios, pelo meio ambiente, por saberes e

cultura populares. Ademais emprega muito mais do que o agronegócio, representando 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária.

Na contramão do agronegócio, a agroecologia busca reunir conhecimentos e práticas populares e acadêmicas, trabalhadores do campo, cidade, florestas em torno de um projeto de defesa da vida e dos bens comuns. Esse projeto é pleno de respeito à diversidade de produzir com equilíbrio com a natureza, à igualdade entre homens e mulheres, ao respeito étnico-racial tendo como linha que costura esses fios a ética da vida.

No ano comemorativo do centenário de Paulo Freire, cabe registrar que a agroecologia se coloca a serviço do esperançar. Como esse grande educador defendia, não como substantivo mas como verbo, como ação, ato, atitude na construção de um novo devir a partir das ruínas dessa sociedade decadente.

“... É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo...”. (Freire apud AILP-CSH, disponível em https://ailpcsh.org/2021/02/12/centenariopaulofreire_esperancar/)

Se o Brasil apresenta nesse momento novamente a cara da fome, da miséria, da desigualdade, ao mesmo tempo apresenta luta e resistência de mulheres, homens, pessoas trans, do campo, cidade, florestas em sua diversidade étnico-racial. A superação da fome, passa pela superação do sistema vigente, pela luta pelo direito ao território e pelo direito de existir, por iniciativas autogestionárias e populares, mas também por um conjunto de políticas como de meio ambiente, de agricultura com base na agroecologia, de segurança alimentar e nutricional, garantindo às crianças o acesso à alimentação através do Programa Nacional de Alimentação Escolar, dentre outras programas.

Viva a ancestralidade dos povos indígenas, negros que tanto nos ensinam que precisamos alimentar o corpo de nutrientes e a alma de sonhos, sendo a natureza nossa fonte inescapável de vida.

Essa prosa foi apenas uma aproximação inicial com a temática que merece muito estudo e aprofundamento, transformando o conhecimento em combustível para mudar a realidade. Dessa forma, indicamos alguns autores/as e materiais para que possamos seguir na trilha de nos nutrir de conhecimentos para nos somarmos nas lutas em curso:

Autores/as: procurem textos de Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus.

O documentário de Silvio Tendler, O cidadão do mundo é imprescindível: <https://www.youtube.com/watch?v=LFzNV08KIKg>

Podcasts: Comida é Patrimônio: <https://soundcloud.com/cta-podcasts/sets/comida-e-patrimonio>;

Prato Cheio - Fome, uma coisa horrível: <https://podcasts.google.com/search/prato%20cheio%20fome%2C%20uma%20coisa%20horrivel>;

Pontes da Terra – A fome em tempos de covid-19. <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy8yNzdjZmlzOC9wb2RjYXNOL3Jzcv/episode/IODItMWQ3Ni00NDk3LTg1MWUtNGJkYzRhY2FhNDM1?sa=X&ved=0CAUQkFYCahcKEwio3KOG7evrAhUAAAAHQAAAAQHA>;

Pontes da Terra – Agroecologia: uma via sustentável para produção alimentar. <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy8yNzdjZmlzOC9wb2RjYXNOL3Jzcv/episode/diMDUtZjU2Ny00MmUzLWJmN2UtNDIhNjMxY2U1NzIz?sa=X&ved=0CAUQkFYCahcKEwio3KOG7evrAhUAAAAHQAAAAQPQ>;

Receita de Impressão – receita para acabar com a fome. <https://podcasts.google.com/feed/aHR0cHM6Ly9hbmNob3luZm0vcy9kMGwYTYOL3BvZGNhc3QvcnNz/episode/MDUtYWNiZi00ODk3LTg1NmUzLWJmN2UtNDIhNjMxY2U1NzIz?sa=X&ved=0CAMQkFYCahcKEwio3KOG7evrAhUAAAAHQAAAAQWw>;

Criação de podcast a partir de experiência pedagógica na graduação do curso de Serviço Social da UFF/Rio das Ostras: <https://anchor.fm/semendoagroecologia>;

Páginas de organizações de pesquisa e militância sobre segurança alimentar e nutricional: <http://olheparaafome.com.br/#action>; <https://fbssan.org.br/>

Referências bibliográficas

AILP-CSH. Centenário de Paulo Freire: esperançar é preciso. Disponível em https://ailpcsh.org/2021/02/12/centenariopaulofreire_esperancar/, acesso em 22/09/2021.

ALVES, José ED. O impressionante crescimento da população humana ao longo da história. Revista IHU-online. 06/04/2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/186-noticias/noticias-2017/566517-o-impressionante-crescimento-da-populacao-humana-atraves-da-historia>, acesso em 20/09/2021.

DOWBOR, Ladislau. Fome: não é falta de alimentos. Disponível em <https://dowbor.org/2021/09/fome-nao-e-falta-de-alimentos.html>, acesso em 20/09/2021.

FAO. ONU: Fome na América Latina e no Caribe pode afetar quase 67 milhões em 2030. Disponível em <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1297922/>, acesso em 21/09/2021.

JESUS, Carolina Maria. Diário de Bitita. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SOUZA, Osmar T. Nem pop, nem tech: a agricultura familiar é muito mais que isso. Revista eletrônica Medium. 06/07/2021. Disponível em <https://medium.com/economistas-no-debate/nem-pop-nem-tech-a-agricultura-familiar-brasileira-%C3%A9-muito-mais-que-isso-ff2cd473b0e7>, acesso em 15/09/2021).

ZIEGLER, Jean. Destrução em massa – geopolítica da fome. Trad. de José Paulo Netto. 1. Ed., São Paulo: Cortez, 2013.

Movimento Solidário de Rio das Ostras – Trabalhadores unidos

Natasha Christine dos Santos Almeida | Bruno Ferreira Teixeira

Desde 2010, a Constituição Federal elenca em seu artigo 6º a alimentação como um direito social. Este importante reconhecimento (ainda que tardio), se contrapõe a realidade de milhões de brasileiros, expressa no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, publicado em 2020 pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Os dados (...) revelam que 55,2% da população brasileira sofre alguma ameaça ao direito aos alimentos. A situação mais severa atinge a mesma parcela vítima da extrema pobreza, principalmente mulheres chefes de família, pretas ou pardas, com baixa escolaridade e trabalho informal.¹

Ainda neste levantamento, temos o alarmante número (em 2019) de “19 milhões de brasileiros em situação de fome no Brasil (...). A comparação com 2018 (10,3 milhões) revela que são 9 milhões de pessoas a mais nessa condição”.² Vale ressaltar, portanto, que a pandemia do Covid-19 não é a causa de todo este triste cenário, mas sim, catalizadora de uma situação histórica em nosso país³.

Para além, verifica-se o galopante aumento do número de trabalhadores informais, que segundo o IBGE, representavam “41,6% dos trabalhadores do país em 2019 ou 39,3 milhões de pessoas”⁴, e, com a pandemia, temos o desnudamento da fragilidade e da precariedade dessa forma de relação trabalhista, visto que cerca de “68% dos trabalhadores que ficaram sem trabalho no segundo trimestre de 2020 tinham postos informais”⁵, segundo o mesmo instituto.

Seguindo esta linha, ainda que tenhamos inúmeras críticas a concepção de pobreza que sustenta a linha estabelecida pelo governo brasileiro, vale destacar que durante a “[pandemia do coronavírus](#)”, o número de cidadãos que vivem abaixo da linha da [pobreza](#) triplicou, e atinge cerca de 27 milhões de pessoas, 12,8% da população brasileira”.⁶

Compreendendo esse panorama junto às especificidades da cidade de Rio das Ostras, interior do Estado do Rio de Janeiro, e com a demora na atuação do poder público local em formular ações de combate à fome/renda, o “Movimento Solidário de Rio das Ostras – Trabalhadores unidos”, foi criado com o objetivo de diminuir os impactos econômicos/sociais das famílias de trabalhadores autônomos do município, afetados pela pandemia, atuando com a distribuição de cestas básicas. O movimento, que ocorreu entre os meses de março e dezembro de 2020, cadastrou famílias que chegaram de

forma espontânea, por meio de anúncios nas redes sociais/jornais e/ou indicadas por outras pessoas (conhecidos, amigos e familiares) que tomaram conhecimento da ação.

A arrecadação das doações se deu em forma de mantimentos e/ou dinheiro, tendo o movimento contado, desde o seu início, com a parceria do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE – Casimiro de Abreu), na organização, operacionalização e ajuda financeira. Posteriormente, passamos a contar também com a parceria da ADUFF (Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense), quando ampliamos a abrangência das ações juntamente com o corpo docente do Departamento Interdisciplinar de Rio das Ostras⁷, passando então a realizar a inclusão de alunos da Universidade em situação de vulnerabilidade para recebimento das cestas; distribuição de máscaras; confecção de cartilhas informativas de serviços e protocolos de higiene pessoal e saúde no período de pandemia.

Ao longo da ação, a partir dos nossos cadastros, percebemos a dificuldade do acesso da população ao auxílio emergencial, seja por dificuldade no cadastramento, pela demora ou negativa do serviço. Mesmo entre as famílias que conseguiram acessar o auxílio, identificamos a impossibilidade de se manter com os R\$600,00 distribuídos pelo programa, pois tal valor não é suficiente para pagar luz, água, aluguel e garantir a alimentação.

Juntamente com essa percepção, identificamos um aumento significativo na procura por cestas, principalmente pela insuficiente intervenção do poder público municipal, que tomou como principais medidas para auxiliar essas famílias, a distribuição de kits de gêneros alimentícios para alunos matriculados na Rede Municipal

de Ensino de Rio das Ostras e o benefício destinado aos ambulantes, feirantes e artistas da cidade, de três parcelas de R\$500,00. Vale aqui destacar a apresentação do tal “kit” na página da Prefeitura:

Cada kit contém os seguintes alimentos: 2kg de açúcar refinado; 5kg de arroz; 3 pacotes de 200g de biscoito cream cracker; 1 pacote de 500g de café torrado e moído; 1kg de farinha de mandioca; 2kg de feijão preto; 1kg de fubá, 2 pacotes de 400g de leite integral em pó; 2 pacotes de 500g de macarrão; 900ml de óleo de soja e 1kg de sal. A Administração Municipal lembra que o kit é específico para os alunos e difere de uma cesta básica porque não contém alguns itens que normalmente acompanham a cesta, como os de higiene pessoal. Por ser adquirido com verba própria do PNAE, os kits devem ser montados apenas com itens que se referem a merenda dos alunos⁸

Cabe ressaltar que essas medidas, além de insuficientes e tardias, com o início das entregas dos kits apenas no mês de maio e o pagamento do benefício aos trabalhadores em agosto, contaram com irregulares distribuições, tendo atrasos de mais de um mês de diferença entre uma entrega dos kits alimentícios e outra⁹. Seguindo esta linha, é imperativo criticar a ausência de produtos de limpeza no kit distribuído pela prefeitura, dada a importância destes, ainda mais em um período pandêmico, de reforço profundo com os cuidados de higiene.

Diante deste triste quadro, vale destacar como resultado, a distribuição de 1050 cestas básicas de março a dezembro¹⁰, e, para além das cestas destinadas às famílias cadastradas (com maior prevalência nos bairros do Âncora, Cidade Praiana, Nova Cidade, Nova Esperança e Recanto), aos artistas de Rio das Ostras e aos alunos da UFF, terem contribuído para diminuir os impactos

1 Ver em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/22/fome-provocada-pela-pandemia-atinge-19-mi-de-brasileiros-diz-levantamento.htm?cmpid=copiaecola>

2 Ver em: [Não é só efeito da pandemia: por que 19 milhões de brasileiros passam fome - BBC News Brasil](#)

3 Como exemplo recente desta situação histórica, vale destacar que ao assumir “o Palácio do Planalto, o presidente Jair Bolsonaro extinguiu o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), que tinha atribuição de propor ao governo federal diretrizes e prioridades da política de segurança alimentar e nutricional”. Idem

4 Ver em: [IBGE: informalidade atinge 41,6% dos trabalhadores no país em 2019 | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](#)

5 Ver em: [Pandemia aumenta o número de trabalhadores informais e condições precárias | Força Sindical \(fsindical.org.br\)](#)

6 Ver em: www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-abaixo-da-linha-da-pobreza-triplica-e-atinge-27-milhoes-de-brasileiros/

7 As ações foram inseridas no Programa de Extensão do Departamento: “*Programa de Enfrentamento à Covid-19 do Departamento Interdisciplinar da UFF Rio das Ostras*” que articulou mais de 30 ações, projetos e iniciativas, visando ao enfrentamento dos danos e sofrimentos da pandemia.

8 Ver em: www.riodasostras.rj.gov.br/entrega-do-kit-alimentacao-para-alunos-comeca-nesta-segunda-dia-18/

9 Ver em: [Rio das Ostras entrega nova remessa de cestas básicas para alunos municipais \(prensadebabel.com.br\)](http://riodasostras.uff.br/prensadebabel.com.br)

10 Fizemos mensalmente a prestação de contas e prestamos informações sobre a quantidade de famílias atendidas e os bairros com maior incidência na página do Instagram feita para a divulgação das ações do movimento (<https://www.instagram.com/msriodasostras/?hl=pt-br>).

econômicos e sociais às famílias de trabalhadores que perderam parte ou total da renda nesse período de pandemia. Vale ressaltar também que, para a composição das cestas básicas, compramos de pequenos produtores locais (pequenos produtores de Rio das Ostras, produtores de Cantagalo e do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Oswaldo de Oliveira de Córrego do Ouro) - que também tiveram sua renda comprometida -, uma série de itens: café, legumes, frutas e biscoitos (sendo em média um montante de 140kg por mês).

A importância deste fato, ainda que autoexplicativa, encontra eco em outras questões, como por exemplo, a busca por garantir uma alimentação de qualidade às famílias beneficiadas pela ação, aspecto ainda mais importante neste período pandêmico, em que se percebeu o

(...) crescimento de consumo de alimentos ultraprocessados (...) na faixa etária entre 45 e 55 anos, o que aumenta o risco de depressão, câncer e morte prematura. (...) Também foram evidenciados a redução dos estoques dos alimentos básicos e o aumento nos preços¹¹.

Nestas cestas, conforme inicialmente planejado, incluímos junto aos artigos alimentícios e de limpeza, máscaras com instruções de lavagem e uso; panfleto com serviços assistenciais de Rio das Ostras e um zine sobre o Covid 19, a partir da parceria com os seguintes grupos e projetos de extensão: NEAB (Núcleo de Estudos e Pesquisas afro-brasileiro); Projeto Florescer - Frente de Resistência e Solidariedade; Adolescentes e jovens do interior do Rio de Janeiro: participação, direitos e saúde; todos vinculados ao Departamento Interdisciplinar da Universidade Federal Fluminense (Campus Rio das Ostras).

¹¹ Ver em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/22/fome-provocada-pela-pandemia-atinge-19-mi-de-brasileiros-diz-levantamento.htm?cmpid=copiaecola>

Finalizamos este breve relato ressaltando que é fundamental opor-se ao entendimento que aponta o assistencialismo e a atuação do terceiro setor como a resposta para o combate à fome, tendo em vista profundas críticas ao processo de desresponsabilização do Estado, principalmente nesse grave momento de crise sanitária, que escancarou os abismos da desigualdade e da precariedade do trabalho informal.

Assim, o “Movimento Solidário de Rio das Ostras – Trabalhadores unidos” foi, para vários segmentos de trabalhadores na cidade, que almejam um outro tipo de sociabilidade, e que atuam na defesa dos direitos da classe trabalhadora, um momento de solidariedade de classe frente à omissão dos poderes públicos, materializando a ausência de proteção social e o combate ao seu reflexo mais imediato e urgente: a fome.

Matar a fome dos trabalhadores e trabalhadoras, dar-lhes informação correta no momento de desinformação e fortalecer sua união, estas foram as balizas de nossa trajetória de luta nesse momento de pandemia.



MOVIMENTO
Solidário
TRABALHADORES UNIDOS DE RIO DAS OSTRAS

LISTA PARA DOAÇÕES

<p>1KG DE ARROZ 1KG DE FEIJÃO 1KG DE MACARRÃO 1KG DE SAL 1 KG DE AÇÚCAR 900ML DE ÓLEO 500G DE CAFÉ</p>	<p>ACHOCOLATADO BISCOITO LEITE ÁGUA SANITÁRIA 1 KG DE FARINHA ENLATADOS (SALSICHA OU SARDINHA) 4UN DE SABONETE 1 KG DE SABÃO EM PÓ</p>
--	--

(22) 98184-2445

MEC

APOIO:
ADUFF
SSind
 MOVIMENTOS
 SOCIAIS



**MOVIMENTOS NEGROS
E COLETIVIDADES/
REGIÃO DOS LAGOS**



Região dos Lagos, Movimentos Negros e Coletividade

Ana Beatriz Silva | Rebeca Ribeiro da Silva

Imprescindível para a trajetória da população negra, a coletividade (e a articulação coletiva) têm papel importante também na atualidade. É a partir do encontro de gerações, do aquilombamento e dos mais diversos encontros que a população negra tem buscado alternativas para sobreviver (e viver) diante de um cenário opressor, com os atravessamentos do racismo e das demais opressões. Assim, conhecer os coletivos que atuam em Rio das Ostras e cidades próximas e que, de maneiras diferentes, atuam na construção de uma nova ordem societária, é tarefa de quem tem alinhamento à luta antirracista.

COLETIVO NEGRO FUZUÊ

O Coletivo Negro Fuzuê nasceu no ano de 2018, fruto da inquietação de estudantes de diversos cursos, da Universidade Federal Fluminense, do *campus* de Rio das Ostras. Diante da falta de articulação dos alunos em relação às pautas raciais e a falta de diálogo entre os estudantes pretos, surge como um levante em resposta a essa desmobilização. Sendo assim, se percebem enquanto povo e potência transformadora da sociedade, atuando inicialmente dentro na universidade, porém visando ultrapassar esses muros e agir, com os seus, para além do espaço acadêmico. Acreditam na militância enquanto um espaço de luta e resistência, mas também de partilha de vivências, afetos e de construção coletiva, buscando alcançar também pessoas pretas fora da Universidade, propondo diálogos férteis para novas possibilidades de existência, por uma sociedade mais justa e igualitária.



Tem como um dos objetivos a construção de ações e movimentações com outras entidades e organizações negras, movimentos sociais e sociedade civil, compreendendo a estrutura social racista que cimenta as instituições e relações sociais, não perdendo de vista também a luta por políticas estudantis (entrada, permanência e assistência) das pessoas negras estudantes da UFF de Rio das Ostras.

Diante disso, o Coletivo Negro Fuzuê participou ativamente de diversas ações que caminhavam nessa direção, entre elas: Ocupação da UFF de Rio das Ostras, em 2018; Organização da Semana Afro, evento realizado anualmente pelo NEAB (Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros). Em 2019, fomentaram rodas de conversa com estudantes da universidade e, no mês de novembro, realizaram o Enegrecendo a UFF. No cenário atual de coronacrise, construíram, com mais seis organizações negras da Região dos Lagos, o Festival Movimentos Negros, Ancestralidades e Contemporaneidades, de maneira online, composto por oficinas, apresentações político-artísticas, conversas e muito axé durante toda a concretização. Atualmente se prepara para uma nova edição do evento.

COLETIVO NEGRO MINERVINO DE OLIVEIRA



O Coletivo Negro Minervino de Oliveira nasceu como uma frente de massas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), voltada para a atuação junto à população negra e aos movimentos de luta contra o racismo e a discriminação racial. A ideia de criar uma nova organização surgiu da necessidade de diferenciar a luta antirracista e comunista dos movimentos que creem haver solução para a questão racial dentro do sistema capitalista. O principal objetivo está na aplicação de uma visão marxista para a questão racial no país (e em todo o mundo), com foco nos territórios em que existe atuação. No Rio de Janeiro, esses territórios consistem na Capital, Baixada Fluminense, Volta Redonda, Niterói/São Gonçalo e, em estágios mais iniciais, Nova Friburgo e Região dos Lagos.

Como principal histórico, existe a atuação junto às populações quilombolas e/ou majoritariamente negras, em suas lutas por terra e teto, a construção de pré-vestibulares populares, as ações de solidariedade de classe, junto ao movimento estudantil negro e em articulação junto aos agricultores populares.

COLETIVO VISTA MINHA PELE

A formação do núcleo embrionário do Coletivo Vista Minha Pele ocorreu no ano de 2018, no interior de outro Grupo de Estudos e Práticas da Causa Negra, o GALCUNE (Galpão da Cultura Negra), atuante desde 2017, na cidade de Rio das Ostras. Ainda nesta dinâmica, algumas mulheres participantes do GALCUNE perceberam a necessidade de se aprofundar em estudos referentes às questões do feminismo negro, com pesquisas voltadas à condição da mulher negra em Rio das Ostras.

No ano de 2019, o Coletivo Vista Minha Pele toma corpo, voz e vez e apresenta as suas propostas à população riostrense. A data escolhida para o nascimento oficial foi dia 25 de julho de 2019, em celebração ao Dia da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, em que foi apresentado o novo projeto de trabalho, dedicado ao estudo do feminismo negro e a reverberação desta tônica ao maior número de mulheres do município e adjacências.



O Coletivo Vista Minha Pele iniciou os trabalhos promovendo rodas de conversas, cines debates e palestras, em projetos sociais e escolas municipais e estaduais de Rio das Ostras, além de cidades vizinhas. Também contou com atuações em mesa de debates, eventos artísticos e educacionais, sempre em defesa do projeto ético-político, de socializar e popularizar o debate do feminismo negro com uma linguagem acessível e acolhedora a todas as ouvintes e participantes, visando a reflexão e o empoderamento destas, sobre os seus direitos enquanto mulheres.

Com a trágica e inevitável chegada da pandemia por COVID-19 e a urgência pelo isolamento social em março de 2020, o Coletivo Vista Minha Pele precisou se reinventar. As atividades passaram a existir de modo remoto, sendo fomentadas através das redes sociais, com rodas de leitura virtuais, transmissões artísticas e entrevistas ao vivo, sempre com o intuito de que o debate referente às questões sobre raça, classe e gênero deve estar sempre em pauta, devido às encruzilhadas de opressões que cercam as mulheres negras.

GRIOT - Pesquisa, difusão e memória em tradições afro-brasileiras

O GRIOT existe na Região dos Lagos desde 2008, com sede em Cabo Frio, pesquisando, difundindo memórias em tradições afro-brasileiras e dialogando com as contemporaneidades. Em ações comprometidas com a luta antirracista, com o protagonismo, a identidade e visibilidade cultural afrocentradas, tendo como principal atividade danças, percussão e capoeira.

O GRIOT tem como principais ações o estudo e difusão de expressões afro-brasileiras (dança, percussão e cantos) tais como o jongo, maracatu de baque virado, coco de roda, ciranda praieira, ritmos e danças contemporâneas de Orixás; Estudos, difusão e formações no âmbito da Educação Antirracista – GRIOT Construindo Saberes (implementação e manutenção da Lei 11.645/08.); Tambor de Iaiá; ManABaque GRIOT; Afropercussão feminina; Rodas de expressões afro. Tem como responsáveis as professoras Márcia Fonseca e Andreia Fernandes.



REDE DAS PESQUISADORAS NEGRAS DA REGIÃO DOS LAGOS

Apesar de não se tratar propriamente de um coletivo, a Rede das Pesquisadoras Negras da Região dos Lagos nasceu das inquietações de viver a academia sendo mulher preta. O chamado surgiu de Carol Gonçalves e Liana Ébano, com o intuito de reunir mulheres da região e criar um espaço seguro para apoios, trocas e incentivos, ou seja, um aquilombamento negro e feminino.

O intuito inicial era fazer reuniões mensais para leituras de textos, produção de escritas e troca afetiva. O primeiro encontro aconteceu no Teatro Municipal de Cabo Frio, em março de 2019, e contou com a presença de 11 mulheres. Foi um momento para conhecer umas às outras e entender de que forma cada uma atuava.

No segundo encontro somaram 16 mulheres e aconteceu no quintal da Arminha Freire, em Rio das Ostras, em abril de 2019. Foi um momento muito especial, a partir do reconhecimento de segurança, compartilhamento de angústias e de apoio. Houve choro, riso, abraços e grande troca de energia, além de celebração da vida. Depois, houve outras tentativas de reencontros, mas só foi possível através de plataformas digitais.

Atualmente, a rede mantém grupo, no *aplicativo* de mensagens instantâneas *WhatsApp*, com 45 mulheres acadêmicas e não acadêmicas. Nele, são trocadas referências bibliográficas, informações de cursos e eventos, músicas, informações profissionais, além de dúvidas, com a certeza que ali existem mulheres com quem se pode contar.

UNEGRO RJ - Núcleo Rio das Ostras

O núcleo da União de Negros pela Igualdade Racial foi fundado em Rio das Ostras, em agosto de 2020, localizado no bairro Cláudio Ribeiro, junto a Associação Cultural de Capoeira Balikudenbe, com a qual realiza atividades conjuntas na comunidade. Os membros atuam nas áreas das Culturas e Artes, Educação e Esportes, Direitos Humanos, Diversidade e Gênero.

A Unegro foi fundada em 14 de julho de 1988, na cidade de Salvador, na Bahia, em reunião que aconteceu no interior da Biblioteca Pública do Estado, no bairro de Barris, num rompimento da noção de que o racismo era um fenômeno isolado de separação entre brancos e negros na sociedade brasileira. Nesses 33 anos de ativismo, a entidade vem consolidando um projeto de crítica social não só contra o racismo e o sexismo, mas, também, contra o capitalismo.



Gestação e nascimento do Coletivo Negro Fuzuê

Belisa Maria Santos da Silva | Luana Silva de Azevedo | Marcelle de Souza Santos | Tarcísio Conceição Oliveira | Thamires Costa Meirelles dos Santos

O Coletivo Negro Fuzuê começa a se gestar por meio de um contexto sócio-acadêmico, da UFF de Rio das Ostras, quando estudantes de diferentes cursos se veem em situação de incômodo e inquietação. A partir das suas inserções em projetos de extensão e monitoria, bem como grupos de estudos e suas aproximações com o debate racial, questionam a si e ao corpo acadêmico o porquê de, até aquele momento, não haver uma organização estudantil na universidade que pautasse a raça em sua centralidade e, além disto, um espaço que oferecesse também acolhimento, afeto e apoio.

Por intermédio da professora Maria Raimunda Penha Soares, coordenadora no ano de 2018 do projeto de extensão “*Questões étnico-raciais e vivências em cultura afro-brasileira*”, Tarcísio Conceição Oliveira, Thamires Costa Meirelles dos Santos e Luana Silva de Azevedo, estudantes de Serviço Social, em conjunto com a estudante de psicologia Marcelle de Souza Santos, começaram a traçar ideias para a construção e nascimento do Fuzuê.

Dialogando com demais estudantes, dos cursos de Enfermagem e Produção Cultural, foi proposto uma reunião para se pensar a construção de um coletivo. Sendo assim, no dia 03 de Setembro de 2018, após divulgação e chamada nas redes sociais, como também a criação de um evento no Facebook, nascia o Coletivo Negro Fuzuê – até então, sem nome. Na primeira reunião reuniram-se cerca de 20 pessoas negras estudantes dos cursos citados anteriormente e, também, dos cursos de Ciência da Computação e Engenharia de Produção, oferecidos pela UFF de Rio das Ostras, além de moradores da própria cidade. De maneira muito espontânea e orgânica, notou-se na fala

de todas as pessoas presentes a inquietação referente a falta de um espaço organizado e protagonizado pela negritude, em suas múltiplas singularidades e pluralidades, um espaço em que o debate sobre raça não fosse tratado como “recorte” ou “área temática”, pois isso dizia respeito as vidas dessas pessoas e a sua forma de enxergar-se no mundo, os seus atravessamentos. Além do mais, o questionamento por “não saber por onde começar”, no que se refere a construção de um coletivo, foi notório nas contribuições de cada um. Conforme a ata registrada nessa reunião as pautas giraram em torno de: construção do regimento interno, vertente teórica do coletivo, nome do coletivo, setoriais/grupos de trabalho, contato com outros coletivos e entidades negras, arte do coletivo, núcleo infantil, grupo de estudo/formação política e etc.

O movimento de escolha para o nome do coletivo foi algo muito interessante. Partindo de uma crítica antirracista do termo “fuzuê”, usado de maneira a estigmatizar a população negra, atrelando a bagunça ou algo que gera um determinado incômodo, empregamos e ressignificamos esta palavra, com um viés político, no sentido e intenção de ser um fuzuê que tenha como objetivo mudar as estruturas acadêmicas, ser sinônimo de reivindicação, tensionamento e modificação radical, potencializando vozes, intelectualidades e corpos negros.

Já é sabido que a hostilidade do espaço acadêmico sobre corpos racializados é mais um dos desafios que discentes enfrentam, sendo assim, construir um espaço político e de afeto com (e para) pessoas negras é um desafio. Na UFF de Rio das Ostras, assim como em diversas outras Universidades e Instituições de ensino, é possível identificar a ausência de pessoas negras em to-

das as instâncias (estudantes, professores, técnicos, entre outros) tornando cada vez mais árdua e solitária a jornada educacional. Neste viés, é possível perceber o quão importante é a presença do Coletivo, que para além dos muros universitários, contribui fortalecendo de inúmeras formas as pessoas que por ele são atravessadas.

Com esta premissa, participamos da organização coletiva dos estudantes em relação ao bandeirão (restaurante universitário) e a ocupação da UFF de Rio das Ostras¹ e da reitoria em Niterói, lutando pela ampliação das políticas de permanência e denunciando aquelas que sofreram fortes rebatimentos com a precarização. Não perdendo de vista a centralidade e direcionamento em apontar estas incidências e medidas para com as pessoas negras estudantes. Nesta ocupação, construímos outros espaços e atividades, como por exemplo: oficinas, cine debate e rodas de conversa.

Entretanto, não foi possível deixar de perceber os mecanismos que a universidade e suas entidades, ainda que se digam progressistas, utilizam para deslegitimar e invisibilizar o Movimento Negro. Neste momento, situações de tendências racistas aparecem desqualificando nossas reivindicações e insistindo no suposto “lugar do negro” em posição de servilismo e submissão. Quando em um espaço de luta por permanência, como a ocupação, estudantes negros encontram-se alocados, em sua maioria, nos cargos de limpeza e tendo suas falas deslegitimadas, entendemos os entraves que ainda permane-

cem dentro das mobilizações que supostamente deveriam lutar em conjunto para nosso bem estar e continuidade. A saída foi e sempre será a aliança entre a comunidade negra – integrantes ou não do coletivo – e em união, decidimos não mais estar nesse lugar, adotando outras funções na ocupação.

Somamos na construção, como parte da comissão organizadora, da VI Semana de Cultura Afro-Brasileira, que aconteceu nos dias 26 a 29 de Novembro de 2018, tendo como tema “*130 Anos da Lei Áurea: Uma crítica*”. Evento realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros (NEAB – UFF/CURO), por meio do projeto de extensão mencionado, anteriormente.

“De maneira muito espontânea e orgânica, notou-se na fala de todas as pessoas presentes a inquietação referente a falta de um espaço organizado e protagonizado pela negritude, em suas múltiplas singularidades e pluralidades, um espaço em que o debate sobre raça não fosse tratado como “recorte” ou “área temática.”

A articulação acima destacada, além de evidenciar o caráter interdisciplinar do evento e do projeto de extensão, não perdendo de vista o tripé ensino, pesquisa e extensão, trouxe para o Coletivo Negro Fuzuê e os seus integrantes um espaço de potencializar ações que dizem respeito a questão racial, a cultura afrobrasileira e, reafirmar a comemoração ancestral do dia da Consciência Negra, resgatando toda uma historicidade referente a memória e identidade de africanos escravizados e negros em diáspora.

Com este direcionamento, ao término da VI Semana de Cultura Afro-Brasileira realizamos uma festa que tinha como temática o *afrofuturismo*², reforçando a urgência de evidenciarmos um passado que é apagado constantemente, ao falarmos sobre os processos de colonização e escravização e os seus impactos nos dias atuais,

1 Matéria na íntegra disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/2018/10/04/estudantes-ocupam-uff-de-rio-das-ostras-para-pedir-restaurante-universitario.ghtml>> Acesso em 05 de jul. 2021.

2 Afrofuturismo é um movimento estético, cultural e político, manifestando-se nos campos como a literatura, cinema, moda, arte, fotografia, música e afins, a partir de uma perspectiva e centralidade negra, utilizando elementos de ficção científica em sua composição e enaltecendo a identidade e ancestralidade africana e diaspórica. Um dos pioneiros do movimento afrofuturista foi o compositor de jazz, bandleader, pianista, poeta e filósofo conhecido por sua “filosofia cósmica”, Sun Ra.

sem perder de vista o presente e a orientação de um futuro em que estejamos vivos e protagonistas das nossas narrativas. Esta atividade foi um extremamente importante no que diz respeito à interação entre os integrantes do Fuzuê e a noção de coletividade e cooperação.

Nesta articulação e construção coletiva com o NEAB, no dia 25 de Maio de 2019, tivemos a ida ao Quilombo da Machadinho, em Quissamã/RJ. Foi uma das idas mais aguardadas, já que em sua maioria os integrantes do Fuzuê nunca tinham tido contato com este espaço de ancestralidade. Foram um dos momentos vivenciados mais emocionantes!

Tendo em vista a ausência de representatividade cultural e o desconhecimento estratégico sofrido pela população negra com relação a sua origem e seus antepassados, a ida ao Quilombo da Machadinho significou um encontro ancestral, que reuniu os anseios por acolhimento, reconhecimento e aquilombamento por parte dos integrantes do Fuzuê. Cabe destacar, o abraço coletivo dado ao entorno do Baobá – árvore nativa de África e símbolo fundamental das culturas africanas tradicionais – na ocasião, foi evidente que a troca e os diálogos construídos com os saberes e tecnologias quilombolas potencializaram e colocaram em movimento a memória insurgente desses sujeitos coletivos.

Nos dias 12 e 13 de Novembro de 2019 o Coletivo Negro Fuzuê realizou um evento intitulado “*Ene-grecendo a UFF*”, no qual discutimos a importância do Novembro Negro e para além disto, a adoção de práticas antirracistas durante o ano, em sua totalidade; discutimos o racismo no judiciário e a seletividade penal; a mulher ne-

gra na contemporaneidade e o uso da estética como forma de resistência. Todo este movimento articulado com outros coletivos da cidade de Rio das Ostras – Coletivo Vista a Minha Pele e Coletivo Paradoxo – e instâncias representativas – a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), por exemplo. Finalizamos a programação com slam, poesias e o Desfile Afro, atividade artística com o intuito de posicionar a estética negra a partir de roupas e penteados que expressam símbolos de resistência da cultura afrobrasileira.

Neste sucinto caminho construído, em quase três anos de trajetória, ora com muitas mãos, ora com poucas, colocamos como direcionamento e forma de aquilombamento no Fuzuê ampliar as nossas ações e intervenções para a cidade Rio das Ostras – pois desde o começo da nossa organização este propósito esteve em nosso horizonte – não restringido as mesmas unicamente ao ambiente acadêmico. Compreendemos a urgência de efetivar este posicionamento quando fomos acometidos por uma crise política, econômica e social, pelo atual (des)governo do qual repudiamos veemente, somatizada pela pandemia mundial da Covid-19 e o grito dos protestos em (re)afirmação que “vidas negras importam”³.

A partir disso, a nossa atividade mais recente e que materializou as inquietações descritas acima foi o “Festival Movimentos Negros, Ancestralidades e Contemporaneidades”, realizado de maneira remota, nos dias 20, 22, 24, 28, 30 de Julho e 01 de Agosto de 2020⁴. Um festival organizado com mais 6 outros coletivos, instituições e/ou entidades negras do interior do Estado do Rio de Janeiro – da região dos lagos⁵. Nos dias atuais, estamos em articulação para uma segunda edição do Festival, prevista para Dezembro de 2021.

O Coletivo Negro Fuzuê continua tecendo a sua história, porém, como em todo processo de organização coletiva, alguns integrantes se afastaram e outros somaram na nossa luta. Junto a isso, estamos realizando atualmente encontros remotos, com participação aberta, para a leitura e debate, de maneira semanal, às sextas-feiras, no intuito de resgatar pensadoras/es negras/os brasileiras/os – sendo a da vez Lélia González e o seu livro “*Primavera para as rosas negras*”. Além disso, para viabilizar a institucionalização da organização, estamos em campanha financeira por meio de uma rifa online.

Tais ações dizem respeito ao nosso cotidiano, ao nosso contexto particular, mas que vão ganhando densidade conforme as concretizamos, não perdendo o foco da

luta pela libertação do povo negro e de uma sociedade livre de quaisquer tipos de opressões.

Seguimos resistindo! Vida longa ao Coletivo Negro Fuzuê! Asé!



3 O “Vidas Negras Importam” se configurou como uma onda de protestos e mobilizações iniciadas nos Estados Unidos durante a Pandemia da Covid-19 em decorrência do violento assassinato de George Floyd, um homem negro que foi morto por um policial branco utilizando o joelho para asfixiar o pescoço da vítima contra o asfalto. Este brutal episódio, reverberou em uma série de protestos em diferentes países do mundo, dentre eles o Brasil, que assim como nos EUA, possui um longo histórico de genocídio contra a população negra. Ver mais em: <<https://www.brasilefato.com.br/2020/05/31/protestos-por-george-floyd-crescem-nos-eua-rio-tera-manifestacao-neste-domingo-31>> Acesso em 5 de jul. 2021.

4 Mais informações disponíveis em: <<https://youtube.com/c/FestivalMovimentosNegros>> e <<https://www.instagram.com/festivalmovimentosnegros/>> Acesso em 5 de jul. 2021.

5 Além do Coletivo Negro Fuzuê, o Festival foi construído pelo NEAB – UFF/CURO, o Coletivo Vista Minha Pele da cidade de Rio das Ostras, o Movimento Voluntário Cultural de Macaé, o GRIOT (pesquisa, difusão e memórias em tradições e contemporaneidades afro) da cidade de Cabo Frio, a Associação de Cultura e Capoeira Balikudembe de Rio das Ostras e a Rede das Pesquisadoras Negras da Região dos Lagos.



ENTREVISTA
NARRATIVA



ENTREVISTA NARRATIVA

Ancestralidade, memória afetiva e os pés fincados no chão: Dalma dos Santos é educadora, poetisa, professora e mestre do saber do Quilombo Machadinho (Quissamã/RJ) – Maria Raimunda Penha Soares

Maria Raimunda Penha Soares

Dalma dos Santos



Foto de Pedro Gradella/2015. Projeto "Territórios Criativos UFF/MINC"

144

AMERICANAS

Dalma dos Santos é mulher quilombola de Machadinho que tem na educação um instrumento de transformação e fortalecimento de sua comunidade. Lutou muito para ter acesso à educação e seguir seu sonho de ser professora.

Hoje, como poetisa, pesquisadora e educadora, desenvolve oficinas de contação de histórias e de jongo às crianças do seu quilombo. Autora do livro Flores da Senzala (2016), Dalma se orgulha de ter conseguido registrar os causos e histórias do seu povo em uma forma de narrativa que pode ultrapassar os limites do território quilombola e inspirar outros sujeitos a olharem, interagirem e entenderem a luta e a vida no quilombo, a partir das falas e memórias do seu próprio povo. Abaixo trago trechos de uma entrevista concedida a mim, por Dalma em 2015. Conhecendo um pouco da história de Dalma dos Santos, podemos olhar de outra forma para a dinâmica de vida e resistência dos sujeitos quilombolas, em especial das

mulheres e entendermos o quanto é importante reconhecermos e apoiarmos estas lutas.

A Comunidade Quilombola de Machadinho fica no município de Quissamã (RJ), na região do norte fluminense e é composta por cinco territórios quilombolas: Fazenda Machadinho, Sítio Santa Luzia, Bacurau, Sítio Boa Vista e Mutum. Os cinco territórios compreendem aproximadamente 300 famílias que descendem de povos que foram escravizados e trabalharam principalmente na plantação de cana de açúcar da Fazenda Machadinho e fazendas adjacentes. Apesar da comunidade ter sido reconhecida como quilombola pela Fundação Palmares em dezembro de 2006, até o momento não tem a titularidade das terras. Machadinho guarda um modo de vida que reafirma a ancestralidade, cultura, religiosidade e resistências de seus antepassados. É deste contexto que a poetisa, pesquisadora e educadora Dalma nos fala.



Dalma dos Santos e seu Gilson cantando Jongo (I Encontro de Saberes Machadinho UFF/ 2015)
Foto de Pedro Gradella/2015. Projeto "Territórios Criativos UFF/MINC"

145

AMERICANAS



Roda de Jongo da Machadinho (no Quilombo)
Foto de Pedro Gradella/2015. Projeto "Territórios Criativos UFF/MINC"

SOBRE A ORIGEM DE DALMA E DE SUA FAMÍLIA NO QUILOMBO MACHADINHA

Memórias afetivas que sobreviveram aos tempos de escravidão

Dalma - Olha, conforme eu tava falando, a minha família é toda, por parte da minha mãe, é toda daqui de machadinha, o meu bisavô por parte de mãe, já foi administrador, Vovô Venturino, da Fazenda Machadinha, naquela época. E a minha tataravó, vou começar da minha tataravó, a minha tataravó era Terê. Foi Teresa Dedimila da Conceição, que foi escrava dali da casa grande, por parte da minha mãe, minha mãe que é daqui. Ela foi mameira, deu de mamar aos filhos da Ana Loreto e do Visconde de Ururá, ali na casa grande. Só que ela não era negra da chibata, ela era negra de regalia, porque ela amamentava os filhos dos senhores. A minha bisavó, só “alcancei” até minha bisa, ela criou os filhos tudo ali naquela senzala 24, ali, inclusive é a senzala que mora a Lourdes, a minha vizinha ali, a minha senzala é 251. Vou começar por aí, então ela, não era negra da chibata, era negra de regalia, então eu só “alcancei” até minha bisavó, minha bisavó vai contando a história, vai contando a história. Então eu tenho um marco importante na minha história pelo seguinte, porque quando houve a libertação a Ana do Loreto e o Visconde de Ururá deu de presente umas terras ali em Boa Vista, pra minha tataravó, e essas terras foi registrada em cartório, a minha família tem a escritura dessas terras, ali em Boa Vista, e todos são afrodescendentes, e aí essas terras ainda existem ali [...].E aí minha bisavó e minha avó criou os filhos aqui, nas senzalas.

¹ Em Machadinha os quilombolas que vivem no lugar onde foi a Fazenda ainda se referem às suas casas como senzalas, posto que, de fato vivem onde antes eram as senzalas destinadas aos que trabalhavam como escravizados. Estas antigas senzalas foram reformadas em 2006, pela prefeitura de Quissamã (e hoje são tombadas como patrimônio histórico). Os Quilombolas de Machadinha afirmam que há uma resignificação do termo senzala para eles, ao se referirem às suas atuais casas, e que a permanência das senzalas de pé, enquanto a casa grande está em ruínas é um sinal de resistência do quilombo.

Raízes femininas: a migração pela sobrevivência – lembrança da mãe

Dalma - Minha mãe quando completou, na época, ela disse que tinha completado 15 anos, minha mãe nem estudou, ela foi, saiu daqui pra trabalhar fora. Aqui era assim, como a mãe de Janaina, outros mais, tem gente que saiu até com menos idade daqui pra trabalhar fora. É por causa do custo de vida, aqui o pessoal tinha muitos filhos, conforme minha avó que teve muitos filhos.

- Ah! Ela teve mais ou menos uns dez a doze filhos! E aí ela saiu pra trabalhar fora em casa de família, lá no Rio de Janeiro. Ela trabalhou lá em Copacabana, muito tempo. Ela trabalhou junto com dona Gerusa. Dona Gerusa até conta que as duas se encontravam lá, quando elas trabalhavam na mesma rua, e elas sempre foram colegas, sempre foram amigas independente do lugar.

- Aí a minha mãe voltou pra cá. Quando completou dezoito anos, ela foi e conheceu meu pai, só que meu pai, meu pai já veio de um outro Quilombo, que o pai dele veio de um outro Quilombo. Eu até ainda falei que queria saber o Quilombo certo. Eu sei que veio do lado do Vale Paraíba, daquele lado de lá. Ele teve uma história de lá com uma mulher, que ele veio praticamente corrido de lá pra cá. Aí chegou aqui encontrou a minha avó, né! A minha avó que já é dali do lado de São Miguel, da Senzala dali. Tudo afrodescendente! Aí minha mãe trabalhou lá no Rio de Janeiro, até os dezoito anos, aí ela foi conheceu meu pai, engravidou! Meu pai também daqui

de Quissamã, só meu avô que veio de lá. Aí nós fomos morar ali numa senzala, perto de São José, não tem aquele São José ali?! Nós fomos morar ali. Aí no caso ela engravidou, me teve.

- [...] São José é aqui em Quissamã mesmo, ali quase perto da usina. O nome se chamava São José, Santa Maria o pessoal falava. E por incrível que pareça era senzala também, a gente morava na senzala. Só a Machadinha que permanece de pé as senzalas, mas tinha Senzala lá também. Não era todas as casas que tinham senzalas não. Tinha assim, uma casa tipo assim, essas casas ali, estilo bem rústico assim. Dividia em duas. Duas casas.

Memórias do avô jongueiro. O Jongo está presente na vida de Dalma desde a infância: um ensinamento do avô que criou raízes e é inspiração para suas poesias e oficinas dentro do Quilombo

Dalma - [...] Meu avô veio de um outro Quilombo era Jongueiro também, mas ele veio desse Quilombo, lá do Vale do Paraíba. Ele cantava Jongo. Tem duas músicas que eu canto muito no Jongo aqui, que já aprendi com meu avô. Que ele botava o balde no chão, toda tarde. Ele tinha um problema, que ele sofreu um acidente né, por causa da carreta de cana com facão aqui no quarto, cortou ele aqui assim, e teve um problema, teve até que botar platina. Aí a carreta passou por aqui assim nele. Teve que botar platina e tudo. Ele não dançava, só cantava. Aí aonde que eu não sabia como dançava o Jongo, mas ele cantava Jongo e eu aprendi: “Nego véio pra quê quer muié, deita na cama fedendo a chulé,

nego véio pra quê quer muié, deita na cama fedendo a chulé”. Aí quando eu (...) aí eu queria ser professora, depois que eu me formei professora, que aí eu fui botei essa quadrinha aí: “Nego véio só sabe cantar Machadinha é meu lugar, nego véio só sabe cantar Machadinha é meu lugar”, porque ele não era de Machadinha, ele era de lá. Agora já a origem da minha mãe (...) minha origem é daqui, então eu fui e produzi em cima disso aí.

- [...] Aí essa outra também: “Deu meia noite o galo já cantou eu quero ver Maria dando saca no tambor”. Ele que cantava!

O sonho de Dalma ser professora vem desde a infância

Dalma - E depois, aí o que aconteceu! Eu queria desde pequena (...) eu dava aula quando eu imitava a minha professora de alfabetização. Eu queria ser professora, desde pequena. Aí eu dava aula (...) eu imitava minha professora, eu copiava ela. Chegava lá reunia com as meninas pra dar aula: “Ah eu que sou a professora”. E eu dizia pra ele assim: “Vovô será que quando eu for professora, será que eu vou poder ensinar essas músicas na escola pras crianças?”, aí ele falou assim: “Ah minha filha eu não sei, eu não entendo isso aí não, daí eu não sei não”, ele também não tinha leitura nenhuma, não tinha conhecimento! Aí tá! Aí veio a minha luta, mas eu não saía daqui. Veio minha luta, com muito sacrifício, muito mesmo (...) meu pai era cortador de cana. Minha mãe (...) aí minha mãe não trabalhava mais! Minha mãe passou a ver que os filhos passaram a crescer um pouquinho (...) ia pra lavoura pra limpar linha de cana com meu pai pra ajudar no orçamento da família, e eu estudando! Estudei ali no engenho central. Aí fiz o fundamental ali, e aí depois eu falei

“eu quero ser professora”, aí tinha formação de professora naquele colégio ali, Cenecista, perto da cabeça da ponte. Aí eu fui e falei “ai meu Deus, eu quero ser professora”. Aí meu pai foi (...) meu pai era músico, tocador de forró, aí todo sábado e domingo ele tocava forró. Era esse dinheirinho que ajudava pra pagar o ônibus, o passe pela São Cristóvão, naquela época era a São Cristóvão. E aí eu ganhei uma bolsa que só arcava 50%, e os outros 50% tinha que pagar lá no Cenecista. E minha tia... tem essa tia minha que eu até te apresentei ela naquele dia, que era professora, dava aula lá num lugar também lá no Barrão Vermelho, é um lugar também pelo que vejo, aquilo ali também foi terra de afrodescendente, porque a gente via que a maioria ali todo mundo é negro (...) negro, negro (...) lugar que não foi reconhecido. Aí ela deu aula ali, então ela me ajudava muito, comprar meus livros. Ela que ajudava meu pai, entendeu, com muito sacrifício. Sofri muito preconceito, eu sentava lá na última carteira. Naquela época foi entre 83, ainda não existia aquela lei da constituição, daquele movimento negro que houve lá em 1988, então eu sofri muito com aquilo. Hoje em dia ainda há, ainda acontece o racismo, mas ele agora é mais silencioso. Sofri muito, mas eu consegui e me formei. Aí comecei dando aula, né! Aí eu fiquei, primeiro comecei dando aula ali no Engenho Central, que eu fiquei no lugar de uma professora que entrou de licença maternidade, e eu dei aula ali. [...]. Depois aí eu fui (...) aqui não era município, eu fui trabalhar em Macaé, fui pra Macaé. Meu pai tinha que criar os outros filhos. Aí tinha os outros pra também sustentar, aí eu fui pra Macaé, aí lá eu fui trabalhar com médico que dava consulta aqui, fui trabalhar até mesmo como secretária dele, ficava lá mesmo na casa da mãe dele, fui fazer companhia pra ela. Aí depois eu noivei e casei lá com um homem de lá, aí tive um filho, eu só tenho esse filho! Aí lá consegui ser contratada

pela prefeitura de Macaé, aí dei aula lá em Macaé, mas eu já tinha um negócio com a cultura, que eu sempre gostei de trabalhar com a cultura, e lá eu trabalhava com as lendas de Macaé. Eu tenho até meus planos de aula aí guardado com lendas de Macaé. Eu já tinha aquele negócio de aptidão com cultura, aí lá eu já trabalhava com as lendas de Macaé né! E era muito legal, que todo mundo gostava, que os contos de Macaé (...) eu tenho isso tudo registrado que eu guardo meus planos de aula. Aí depois viuvei, depois de oito anos de casada, fiquei viúva, que ele morreu, adoeceu e morreu. Aí eu falei assim “não”, então eu não vou criar meu filho aqui não, meu filho ficou com cinco anos, não vou criar meu filho aqui nessa cidade, então eu vou voltar lá pra Quissamã, e vou voltar lá pra onde é minha origem, vou voltar pra lá. Aí eu fui, depois de nove anos, vim pra cá, meu filho já estava com quatorze, com treze anos (...) aí eu vim pra cá. Aí eu cheguei aqui (...) aí eu não saía daqui, eu vinha pra festa aqui em Machadinho. Não saía daqui porque eu tinha as minhas tias, meus parentes aqui, e foi onde eu conheci meu esposo que é quilombola e já morava numa dessas senzalas ali, que é essa senzala 25. [...] acabou que eu vim morar onde exatamente era a minha origem aqui!

O encontro com Dona Cheiro²: uma referência feminina de luta e resistência em Machadinho

Dalma - Aí vim morar, e já tô aqui há onze anos, morando na senzala e aí eu fui logo contratada pra trabalhar ali na escolinha, em 2005 na época. Aí quem que eu encontro? “Cheiro”, aí Cheiro (...) e Cheiro era a minha prima também, eu não saía daqui e eu tinha muito contato com ela porque eu não saía daqui. Aí eu fui falei com Cheiro [...] aí Cheiro já tinha acabado de formar

um grupo, resgatar o grupo de jongo aqui, com Cheiro, seu Gilson (...).

- Foi em 2005, não, 2004. O grupo tava começando. Eu pedi ajuda pra ela ensaiar as crianças na escola. Cheiro ia! E incrível que pareça Cheiro ia com aquela vontade, ensinava sem interesse nenhum, era uma coisa incrível, aquela mulher; “prima Dalma que hora que a senhora quer que eu chegue aí na escola?” (...) que eu trabalhava com conteúdo também, mas só mesmo quem tinha essa coisa com a cultura era eu, as outras ganhavam igual a mim, mas eu ficava lá pra ensaiar criança e (...) na culminância do projeto, apresentar tudo que foi trabalhado, eu sempre botava o jongo, e aí escrevia letras, escrevia música baseado no projeto da escola, por exemplo! Cultura afro-brasileira - aí escrevia uma música, sentava eu e minha tia, que minha tia também tem aptidão pra isso, e minha tia também é repentista, ela é repentista e ela é poetisa.

- Cheiro era uma pessoa assim (...) apesar de ela não ter leitura e não sabia lê e nem escrever, mas ela era uma pessoa que tinha muito conhecimento, em relação a cultura, ela tinha muito conhecimento. Ela dizia que o jongo daqui, não é o jongo, é o “tambor”.

- [...] até porque o jongo ele tem vários, ele tem quatro nomes. Ele é caxambu, ele é “tambu”, batuque e tambor. O nosso aqui é o tambor. Ela dizia que era tambor. Era o tambor, porque?! Porque eles dançavam até de forma diferente. O jongo é um ponto, o jongo ele tem influência espiritual. Antigamente, eu tenho um livro aqui ó,

que eu leio muito, (...) antigamente, naquela época, os jongueiros eles entravam na roda até desafiava. (...) e criança não participava do jongo. Os mais novos ficavam sentados observando, né?! Muito em respeito, os mais velhos, que só os mais velhos que dançavam. E eles desafiavam através de um ponto, um ponto de macumba! Até desafiavam um ao outro (...) era até mesmo de às vezes um manifestava cai na roda, entendeu?! O jongo mesmo! Agora o “tambor” não, o tambor é diferente. O tambor, apesar de ser assim também, de uma maneira, de tipo assim um desafio, mas o mais o tambor mesmo (...) até a dança do tambor Cheiro dançava diferente! (...) Então ela dançava e cantava assim: “A mamãe eu tenho pena, a mamãe eu tenho dó, quero vê o galo preto apanhar do carijó... A mamãe eu tenho pena, a mamãe eu tenho dó, quero vê o galo preto apanhar do carijó”. A batida do pé. (...). Cheiro falava! Eu conversava muito com Cheiro, e ela até dizia assim pra mim: “ah em troca prima Dalma” (...) “em troca você me ensina a lê, escrever, eu quero aprender muito”. Eu fui preparei um caderninho pra ela. Aí depois foi adoeceu, deu um problema na garganta, né!? E aí não teve como! Mas, a gente conversava muito. Eu tudo, assim lendo, eu pedia pra ela me contar, ela contava. Cheiro assim, tinha muito conhecimento, muito conhecimento cultural, muito mesmo! E ela sabia de muita coisa!

² Dona Guilhermina dos Santos, conhecida como Cheiro foi (e ainda é) uma das grandes referências política e cultural do Quilombo. Filha de negros escravizados, nasceu em 1941 em Machadinho assim como seus pais. Trabalhou no corte de cana de açúcar, foi responsável pelo resgate do Jongo na comunidade e foi uma das mães-de-santo de Machadinho e principal informante sobre as ervas e os rituais.

Histórias, lendas e coisas que só se contam em Machadinha – a aproximação de Dalma com o universo imaginário do Quilombo

Dalma - Ah começou (...) olha desde lá da escola! Porque eu tenho lenda, inclusive que Cheiro (...) eu já trabalhava lenda desde lá na escola!

- Registrava no caderno e depois levava pra escola! Sempre gostei de trabalhar a leitura com as crianças, aí meus textos eram assim muito focados na cultura daqui. Eu tenho até as coisas que eu fiz na escola que deixei registrado.

- Sempre! Lá em Macaé era as lendas de lá! Era os contos de lá. E aqui os contos daqui!

- (...) tem até um conto que eu vou trabalhar em cima disso! De uma senhora chamada Dona Sinhá, ela tinha 94 anos. Quem contou esse conto foi Dona Gerusa. (...) Dona Sinhá, ela morava em uma senzala. Na senzala 28 lá! Até o número da senzala ela me deu! (...) era Sinhá Rita o nome dela, chamava de Sinhá Rita, mas era Dona Rita, mais ou menos ela tinha 90 anos, na época, uma idosa! E, ela usava (...) Dona Gerusa, dizia (...) diz, que ela usava sempre babado, babadinho na gola da blusa, aquele babado bem alto e também nas mãos, manga comprida com aquele babadinho nas mãos. E as saias dela eram bem compridas, né! E aí ela era viúva, morava sozinha, na senzala 28 lá, aí Dona Gerusa disse que ela morava na 28, e elas eram vizinhas, a mãe dela, de Dona Gerusa era vizinha dela, morava na 27. (...) e essa Dona Sinhá Rita morava do lado, com 90 anos, sozinha! Então, Dona Gerusa e Dona Geísa dormiam,

essas duas que moram ali, dormia na casa dela, faziam companhia pra ela a noite! (...) Então em cima disso que tá aí! Eu quero contar muito isso aqui pra eles, que a gente não vê mais isso, esse amor, o respeito, vê aquele amor, aquele carinho, o afeto, pelas pessoas mais velhas. A gente não vê! Eu não vejo isso até dentro dos ônibus aí, nesses 0800 aí! Pessoas mais velhas entram no ônibus, e os mais novos sentados, não dá o lugar! Eu quero trabalhar muito isso aqui! Que antigamente era assim, eu fazia companhia pra minha vó, quando a minha vó estava com meu avô no hospital internado, quando ele sofreu esse acidente! Até os netos hoje em dia não quer ficar! (...) Então, acabou! Isso a gente não vê mais! As pessoas de antigamente, as crianças de antigamente, tinham um amor muito grande pelos seus avós, pelas pessoas, então ela não era nem avó delas! Mas elas tinham aquele compromisso, de todo dia ir dormir com ela lá, fazer companhia, né! Aí conversava, ouvia história, ela contava as histórias, 90 anos!!! Tem coisas à beça, e Dona Gerusa fala, que elas tinham aquele amor com ela! Então isso aí, eu não vejo aqui! Então eu quero trabalhar muito isso aqui também com eles, entendeu?!

Dalma, como educadora, tem consciência da importância da identidade quilombola como instrumento de luta por direitos e de reafirmação da ancestralidade e de pertencimento ao território. Encerraremos com uma poesia composta por Dalma dos Santos em homenagem às crianças quilombolas de Machadinha (escrita em 11 de Outubro de 2019, em homenagem ao dia da criança quilombola).

Sou Criança Quilombola

Ser quilombola é ouvir as histórias, contadas pelos meus avós

Ser quilombola é gostar de brincar

Ser quilombola é ser livre pra estudar

Ser quilombola é ajudar a cuidar da escola

Ser quilombola é brincar de faz de conta com os coleguinhas

Ser quilombola é tomar bençã pai e a mãe antes de dormir

Ser quilombola é tomar café acompanhado com aipim, batata doce, badanha ou bolinho de trigo

Ser quilombola é comer feijão com carne seca

Ser quilombola é cuidar dos animais

Ser quilombola é jogar futebol

Ser quilombola é ajudar os meus pais cuidar das plantas

Ser quilombola é respeitar os mais velhos

Ser quilombola é gostar de dançar jongo e tocar tambor

Ser quilombola é sonhar que vou colocar a roupa branca, turbante e ninguém vai zombar de mim.

E que as pessoas sejam amigas de verdade

Quando acorda com liberdade, é mais feliz!

Acompanhe nosso trabalho pelo site

www.neab.uff.br

